



TRIBUNAL SUPREMO

RELATÓRIO ANUAL DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS 2023

“ Por um Sistema Judicial acessível, independente, moderno, íntegro, celere e de qualidade”

MAPUTO - 2024

**RELATÓRIO ANUAL
DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS - 2023**

TEXTOS E EDIÇÃO
TRIBUNAL SUPREMO
GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

FOTOS
TRIBUNAL SUPREMO
GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM
WEBSITE: WWW.TS.GOV.MZ

PRODUÇÃO GRÁFICA E IMPRESSÃO
SOCIEDADE DO NOTÍCIAS - GRÁFICA

ÍNDICE

1. Introdução	5
2. Abertura do Ano Judicial – 2023	6
3. Lançamento da Primeira Pedra para a construção do edifício do Tribunal Supremo	9
4. Iniciativa Presidencial “Um Distrito, Um Edifício Condigno para o Tribunal - até 2023”	12
5. Projecto de Apoio Técnico ao Sector da Justiça para o Tribunal Supremo – JUSTA TS	28
5.1. Lançamento do Projecto de Apoio Técnico ao Sector da Justiça para o Tribunal Supremo – JUSTA TS	28
5.2. Primeira reunião dos Grupos Multidisciplinares	30
5.3. Desenvolvimento de competências no âmbito do Projecto de Apoio Técnico ao Sector da Justiça – JUSTA TS	31
5.3.1. Seminário de auscultação de Magistrados Judiciais das Províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa em matéria de crimes contra a biodiversidade, corrupção e Direitos Humanos	32
5.3.2. Formação em matéria de gestão financeira para parceiros da USAID - Moçambique e plano de monitoria, avaliação e aprendizagem para agentes implementadores do Projecto	33
5.3.3. Formação em matéria de Gestão da Informação Judicial e Estatística	34
5.3.4. Formação em matéria de gestão estratégica de recursos humanos	35
5.3.5. Formação de Agentes de Execução Orçamental e Contratação Pública	36
6. Rede Judiciária e Especialização	37
7. Implantação de Tribunais Marítimos	41
7.1. Instalação e entrada em funcionamento do Tribunal Marítimo da Cidade de Maputo	41
7.2. Instalação e entrada em funcionamento do Tribunal Marítimo da Província de Nampula	43
7.3. Instalação e entrada em funcionamento do Tribunal Marítimo da Província de Sofala	45
8. Entrega do Tribunal Móvel do Tribunal Judicial da Província da Zambézia	48
9. Actividade Jurisdicional	50
9.1. Tribunal Supremo	51
9.2. Tribunais Superiores de Recurso	52
9.3. Tribunais Judiciais de Província	53
9.4. Tribunais Judiciais de Competência Especializada	53
9.5. Tribunais Judiciais de Distrito	55
9.6. Serviços de Mediação Judicial	56
9.7. Estado da Legalidade	60
10. Conselho Superior da Magistratura Judicial	61
10.1. Composição e funções do Conselho Superior da Magistratura Judicial	61
10.2. Magistrados Judiciais	62
10.3. Gestão e disciplina de Magistrados Judiciais e de Oficiais de Justiça	64
10.3.1. Nomeações	64
10.3.2. Transferências	64
10.3.3. Concursos	64
10.3.4. Exposições	65
10.3.5. Reclamações	65
10.3.6. Processos disciplinares	66
10.3.7. Processos de inquérito	66
10.3.8. Processos de averiguação	67
10.3.9. Processos de sindicância	67
10.3.10. Inspeções judiciais	67
10.3.11. Nomeações em Comissão de Serviço	67
10.4. Código da Ética dos Magistrados Judiciais	67
11. Comissão de Ética Pública do Tribunal Supremo	68

12. Relações de Cooperação e Intercâmbio	69
12.1. Visita do Embaixador dos Estados Unidos da América ao Tribunal Supremo	69
12.2. Visita da Embaixadora da Holanda ao Tribunal Supremo	70
12.3. Visita da Presidente do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos ao Tribunal Supremo	71
12.4. Visita do Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique ao Tribunal Supremo	73
12.5. Visita do Presidente da African Defenders, Rede Pan - African de Defensores dos Direitos Humanos ao Tribunal Supremo.....	74
12.6. Visita dos Operadores do Judiciário do Reino de Eswatini ao Tribunal Supremo	76
12.7. Visita da Missão do Instituto para os Direitos Humanos e o Desenvolvimento em África ao Tribunal Supremo	78
13. Participação do Tribunal Supremo em eventos internacionais	79
13.1. Participação de Moçambique no III Simpósio Regional sobre o Direito Ambiental em África e Conferência Geral da Rede Africana de Educação Judicial sobre o Direito Ambiental	79
13.2. Participação de Moçambique na Conferência e Reunião Anual do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da África Austral e Oriental	81
14. Visita de monitoria, avaliação e apoio ao Tribunal Judicial da Província do Niassa	83
15. Auditoria Interna	86
16. Conselho Judicial - 2023	87
17. Conselhos Técnicos dos Tribunais Judiciais	100
17.1. II Conselho Técnico do Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo	100
17.2. II Conselho Técnico do Tribunal de Trabalho da Província de Maputo	102
18. Modernização dos Tribunais Judiciais	104
19. Revisão dos Códigos de Processo Civil e Laboral	106
20. Celebração dos 45 Anos da Organização Judiciária de Moçambique	108
21. II Colóquio Internacional de Direito Processual	109
22. Administração da Justiça Eleitoral	120
23. Seminário de harmonização de procedimentos na tramitação de processos de branqueamento de capitais, terrorismo e financiamento ao terrorismo	123
24. Celebração dos 30 Anos do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo	126
24.1. Programa “Tribunal de Menores de Portas Abertas”	127
24.2. Jornadas Científicas	129
24.3. I Simpósio sobre a Jurisdição de Menores e Direitos Conexos	132
25. Desenvolvimento do Capital Humano	136
25.1. Formação de Magistrados Judiciais em matéria de combate a crimes contra a Vida Selvagem.....	136
25.2. Capacitação de Oficiais de Justiça do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo em matéria de Estatísticas Judiciais.....	138
25.3. III Reunião Nacional de Oficiais de Justiça dos Tribunais judiciais	139
25.4.Seminário Jurídico - Processual do Tribunal Superior de Recurso de Maputo	140
25.5. II Seminário Jurídico - Processualdo Tribunal Superior de Recurso de Maputo.....	151
25.6. I Seminário de intercâmbio e de troca de experiências e boas práticas, dos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo, Beira e Nampula	153
25.7. Formação de formadores de mediadores judiciais	154
26. Semana da Legalidade	155

Introdução

O presente relatório anual dos tribunais judiciais é publicado em cumprimento do disposto no artigo 108, da Lei nº 24/2007, de 20 de Agosto (Lei de Organização Judiciária), com as alterações introduzidas pela Lei nº 24/2014, de 23 de Setembro e, ainda, pela Lei nº 11/2018, de 03 de Outubro.

Efectivamente, o nº 1, do referido artigo 108, estabelece que “*A direcção do aparelho judicial faz publicar, anualmente, um relatório sobre a actividade jurisdicional e outras questões de interesse geral dos Tribunais Judiciais*”.

O Ano Judicial de 2023 foi marcado por diversas realizações relevantes, a destacar:

- (i) O lançamento da primeira pedra para a construção do edifício do Tribunal Supremo;
- (ii) A instalação e entrada em funcionamento dos Tribunais Marítimos da Cidade de Maputo e das Províncias de Nampula e Sofala;
- (iii) A criação e entrada em funcionamento de secções de Execução de Penas nos Tribunais Judiciais de Província;
- (iv) A celebração dos 45 anos da Organização Judiciária de Moçambique, assinalada com a realização do II Colóquio Internacional de Direito Processual;
- (v) A Inauguração de um total de **17** edifícios para funcionamento de Tribunais Judiciais, construídos no âmbito da Iniciativa Presidencial “Um Distrito, Um Edifício Condigno para o Tribunal - Até 2023”.
- (vi) A entrada em funcionamento dos Tribunais Judiciais dos Distritos de Mapai (Gaza), Muecate (Manica) e Mocubela, Molumbo, Muleva, Luabo e Derre (Zambézia), Nacarôa (Nampula), criados através do Decreto nº 77/2020, de 02 de Setembro.

Relativamente à actividade jurisdicional, temos a destacar, entre várias constatações, o seguinte:

- O aumento da demanda, em **13,7%**, quando comparado com o ano de 2022;
- O aumento da capacidade de resposta dos Tribunais Judiciais, com o incremento de processos findos, em **12,4%**, em relação ao ano de 2022;
- A redução do tempo médio de resolução de litígios, de 7 meses para 6 meses;
- O aumento da taxa de resolução, de **60,4%** para **62,5%**.

Outros aspectos relevantes e de interesse para o sector de Administração da Justiça, em particular e para o país, no geral, tiveram lugar no ano de 2023, tais como:

- A realização da sessão solene de Abertura do Ano Judicial de 2023;
- A actividade do Conselho Superior da Magistratura Judicial - órgão de gestão e disciplina dos Magistrados Judiciais e de Oficiais de Justiça;
- A realização da sessão Ordinária do Conselho Judicial;
- A celebração dos 30 Anos de criação dos Tribunais de Menores e de Polícia da Cidade de Maputo;
- O lançamento do Processo de Revisão dos Códigos do Processo Civil e Laboral;
- A celebração da Semana da Legalidade.

2. Abertura do Ano Judicial - 2023

A abertura do ano judicial, nos termos do artigo 26, da Lei nº 24/2007, de 20 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 24/2014, de 23 de Setembro e pela Lei nº 11/2018, de 03 de Outubro, é assinalada através de uma sessão solene, no primeiro dia útil do mês de Fevereiro de cada ano, na qual usam da palavra, de pleno direito, o Presidente do Tribunal Supremo, o Procurador - Geral da República e o Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique.

Com efeito, e no cumprimento da disposição legal acima citada, no dia 01 de Fevereiro de 2023, primeiro dia útil do mês, realizou-se, em Maputo, a sessão solene de Abertura do Ano Judicial de 2023, sob o Lema: *"45 Anos consolidando o Estado de Direito Democrático"*.

A Sessão solene foi dirigida pelo Mais Alto Magistrado da Nação **Filipe Jacinto Nyusi**, Presidente da República, e nela usaram da palavra o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, a Procuradora - Geral da República, **Beatriz da Consolação Mateus Buchili** e o Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, **Duarte da Conceição Casimiro**.



Participantes na sessão solene de abertura do ano judicial - 2023. Na primeira fila, da esquerda para direita: o Secretário de Estado da Cidade de Maputo, **Vicente Joaquim**, o Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, **Duarte da Conceição Casimiro**, a Procuradora-Geral da República, **Beatriz da Consolação Mateus Buchili**, o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, o Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, a Presidente do Conselho Constitucional, **Lúcia da Luz Ribeiro**, a Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, **Helena Mateus Kida**, o Presidente do Conselho Autárquico da Cidade de Maputo, **Eneas da Conceição Comiche**, o Juiz Conselheiro do Tribunal Administrativo, **Januário Fernando Guibunda**, e o Provedor da Justiça, **Isaque Chande**.



Participantes na sessão solene de abertura do ano judicial – 2023. Na primeira fila, da esquerda para direita: o Secretário de Estado na Cidade de Maputo, **Vicente Joaquim**, o Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, **Duarte da Conceição Casimiro**, a Procuradora-Geral da República, **Beatriz da Consolação Mateus Buchili**, o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, o antigo Presidente do Conselho Constitucional, **Rui Baltazar**, o Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, a Presidente do Conselho Constitucional, **Lúcia da Luz Ribeiro**, a Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, **Helena Mateus Kida**, o Presidente do Conselho Autárquico da Cidade de Maputo, **Eneas da Conceição Comiche**, o Juiz Conselheiro do Tribunal Administrativo, **Januário Fernando Guibunda**, e o Provedor da Justiça, **Isaque Chande**

O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no seu discurso, traçou a resenha da génese e evolução do Estado e do Poder Judicial moçambicano destacando que a luta de libertação de Moçambique teve entre outros objectivos o estabelecimento de uma justiça assente nas inspirações do povo moçambicano, uma justiça acessível do ponto de vista cultural e compreensível para todos os cidadãos.

No discurso, o Presidente da República referiu que *“o poder judicial é o pilar do Estado de Direito Democrático e do desenvolvimento do país e a sua construção é um livro que cada geração deixa o seu legado e as reformas experimentadas no processo da sua implantação são repensadas e inacabadas”*.

O Presidente da República assinalou que o poder judicial está evoluindo, com a consolidação e institucionalização dos órgãos e serviços do Sector da Justiça, construção de infraestruturas, escolas vocacionadas e expansão da rede judiciária, crescimento qualitativo e quantitativo de quadros de magistrados e Oficiais de Justiça com formação em direito, incluindo mulheres.

O Presidente da República assinalou que “a nossa expectativa é de que o Sector de Administração da Justiça continue a actuar com patriotismo”.

Por seu turno, o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, na intervenção, referiu que “a nossa organização judiciária evoluiu, mas, na nossa modesta opinião, sem prejudicar a especialização das jurisdições, temos que caminhar para um quadro de uma reforma estratégica devidamente pensada, estruturada e executada, seguindo um processo de edificação de tribunais da base para o topo”.

O Presidente do Tribunal Supremo apontou, na ocasião, que *“a existência de um sistema de tribunais unitário ao nível da cúpula, com um tribunal de última instância, proporciona uma maior eficiência funcional do poder judicial, traz vantagens no domínio da interpretação e aplicação das leis, reduz a ocorrência de conflitos de competência, facilita a uniformização da jurisprudência nos vários ramos do direito e concorre para o desenvolvimento do Direito. Trata-se de um modelo que se alinha com a experiência da região e melhor se ajusta a um país, como o nosso, que ainda se debate com a limitação de recursos e que, por isso, devem ser geridos de forma racional”*.

O Presidente do Tribunal Supremo anotou que *“a independência do poder judicial “saiu reforçada com a recente adopção do modelo de independência financeira e vaticinou no sentido de que temos que continuar a caminhar para a adopção de um modelo definitivo de independência financeira do judiciário”*.

O Presidente do Tribunal Supremo, apontou, também, que *“apesar dos recuos e revezes sofridos durante os 45 anos da organização judiciária, que incluíram bárbaros assassinatos de colegas, ameaças à vida e integridade física, destruição de infraestruturas, a moral e a determinação dos servidores públicos, de juizes, procuradores, juizes eleitos e trabalhadores da justiça, não sofreram abalo”*.

A Procuradora-Geral da República, **Beatriz da Consolação Mateus Buchili**, referiu, na intervenção, que nos 45 anos do estabelecimento do sistema de justiça em Moçambique houve avanços, mas, também, desafios resultantes da dinâmica natural da sociedade e das competências constitucionais e legais, tais como o controle da legalidade, a representação do Estado nos Tribunais, a instrução preparatória de processos criminais, o exercício da acção penal, entre outros.

A propósito, a Procuradora-Geral da República afirmou que *“este cenário demanda um Ministério Público cada vez mais robusto e mais actuante, o que ditou a criação de órgãos internos especializados em matéria de controle da legalidade, prevenção e combate a criminalidade”*.

Por seu turno, o Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), **Duarte da Conceição Casimiro**, referiu, entre outros, que nos 45 anos do estabelecimento do sistema de justiça em Moçambique *“do ponto de vista formal, houve reformas que permitiram uma maior separação dos poderes, como a direcção do sistema judicial que deixou de competir ao Ministro da Justiça, bem assim os tribunais deixaram de prestar contas ao Parlamento, no entanto, o facto de ser da competência do Presidente da República nomear o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal Supremo, o Presidente do Conselho Constitucional, o Presidente do Tribunal Administrativo, nomear, exonerar e demitir o Procurador - Geral da República e o Vice - Procurador - Geral da República é uma marca de que a separação de poderes ainda carece de melhorias”*, pois os mesmos deviam ser eleitos pelos seus pares.

Por outro lado, o Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique apontou que *“julgamos que as leis de autorização legislativa têm sido usadas, na prática, para esvaziar as competências do poder legislativo, as quais têm estado a ser usurpadas pelo poder executivo, em flagrante violação ao princípio de separação de poderes”*.

3. Lançamento da Primeira Pedra para a construção do edifício do Tribunal Supremo

O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, procedeu, no dia 08 de Junho de 2023, na Cidade de Maputo, ao lançamento da Primeira Pedra para a construção do edifício do Tribunal Supremo.



O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, colocando a Primeira Pedra para a construção do edifício do Tribunal Supremo

Testemunharam o acto, o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, a Presidente do Conselho Constitucional, **Lúcia da Luz Ribeiro**, a Presidente do Tribunal Administrativo, **Lúcia Fernanda Buianga Maximiano do Amaral**, o Vice - Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão**, o Vice - Procurador - Geral da República, **Alberto Paulo**, o Ministro da Economia e Finanças, **Ernesto Max Elias Tonela**, a Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, **Helena Mateus Kida**, a Ministra do Interior, **Arsénia Felicidade Félix Massingue**, a Presidente do Conselho Administrativo do Cofre dos Tribunais, **Matilde Augusto Monjane Maltez de Almeida**, o Secretário de Estado na Cidade de Maputo, **Vicente Joaquim**, magistrados, Oficiais de Justiça, entre outros convidados.



O projecto ilustrativo do futuro edifício do Tribunal Supremo

O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no discurso de ocasião, referiu que *“este ano celebramos os 45 anos da organização judiciária, um dos impactos directos da nossa autodeterminação e conquista como um povo. Por isso este acto do lançamento da Primeira Pedra para a construção do edifício-sede do Tribunal Supremo é um motivo de muita honra e satisfação porque será construído por um Moçambique independente e que vai ao encontro das nossas mais profundas aspirações como povo e nação”*.

No discurso, o Chefe do Estado referiu, ainda, que *“o Governo, consciente de que o acesso à justiça é um direito fundamental de todos os cidadãos, definiu para este quinquénio como um dos seus objectivos estratégicos assegurar o bom funcionamento do sistema de administração da justiça, com vista a garantir o acesso à justiça e ao direito aos cidadãos, por um lado, e o que temos vindo a fazer, por outro, reconhecendo o papel crucial do poder judicial na consolidação do Estado de Direito Democrático e com uma importância vital na melhoria do ambiente de negócios, incluiu no pacote das medidas de aceleração económica, o sector de administração da justiça”*.

Anotou, o Presidente da República, que, cientes da importância das infraestruturas judiciais como um dos importantes suportes de desenvolvimento económico e social, *“temos estado a lograr avanços significativos neste sector e a visão do Governo de investir em infraestruturas adequadas para o sector, coincide, em plenitude, com o plasmado no Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais 2022-2026 e noutros instrumentos de programação dos órgãos de administração da justiça”*.

O mais alto magistrado da nação apontou que “o *Tribunal Supremo é uma das instituições que à semelhança de tantas outras no nosso país, trabalha com dificuldades. Um dos desafios prementes enfrentado pelo mais alto órgão da hierarquia dos Tribunais Judiciais é a falta de instalações condignas para os funcionários. As instalações próprias nas quais o tribunal funciona, mostram-se inadequadas ao crescimento da instituição e o poder judicial merece ter instalações modernas, distintas e representativas, à semelhança dos poderes executivo e legislativo*”.

O Presidente da República apontou, que “*este é um investimento público que contribui certamente para os grandes objectivos estratégicos comuns do Governo e dos Tribunais Judiciais, e apelou ao empreiteiro a observância rigorosa do contrato, bem assim as medidas de higiene e segurança no trabalho, para além do integral cumprimento da lei laboral*”.

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, na sua intervenção, referiu que “*com o lançamento da primeira pedra do novo edifício do Tribunal Supremo, celebramos mais um passo na afirmação da dignidade da nossa justiça*”.

A propósito, o Presidente do Tribunal Supremo referiu que o edifício terá vários benefícios, mas “*acima de tudo, será a casa da justiça, a casa da construção e consolidação da cidadania, um edifício que deverá dignificar o cidadão e, por isso, a beleza arquitectónica, a qualidade e a imponência da obra devem reflectir a imagem da dignidade que queremos conferir aos seus utentes, verdadeiros donos deste edifício – os cidadãos*”.

A Presidente do Conselho Administrativo do Cofre dos Tribunais, **Matilde Augusto Monjane Maltez de Almeida**, na intervenção, defendeu que a construção do edifício do Tribunal Supremo “*é um sonho que remonta à primeira geração de magistrados e funcionários do Tribunal Supremo de Moçambique independente, que com o lançamento da primeira pedra que testemunhamos, hoje, abre espaço para a sua concretização*”.

Ainda na sua intervenção, a Presidente do Conselho Administrativo do Cofre dos Tribunais, anotou que “*seremos o instrumento de materialização desta empreitada, gerindo, criteriosamente os fundos públicos alocados, com rigor, que além da uma exigência legal, é um valor que nos têm orientado sempre e a nossa já larga experiência, será usada no controlo de gastos e na monitoria da qualidade da obra, assim como no cumprimento de prazos*”.

A Presidente do Conselho Administrativo do Cofre dos Tribunais assegurou, ainda, que “*daremos o melhor de nós, para construir um edifício moderno, operacional e sólido, à dimensão do tribunal e da soberania que a Constituição confere ao Tribunal Supremo*”.

Refira-se que o novo edifício do Tribunal Supremo, de **08** pisos, está sendo construído numa área de 23.000m, e comporta **01** sala de conferências, com capacidade para **300** pessoas, **02** gabinetes para o Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **24** gabinetes para os Juizes Conselheiros, cartórios, biblioteca, serviços administrativos, sala de formação, galeria para exposição, entre outros compartimentos.

4. Iniciativa Presidencial “*Um Distrito, Um Edifício Condigno para o Tribunal - até 2023*”

O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, procedeu no dia 05 de Maio de 2021, no Posto Administrativo de Infulene, Província de Maputo, ao lançamento da Iniciativa Presidencial “*Um Distrito, Um Edifício Condigno para o Tribunal - até 2023*”.

A execução da iniciativa comportava duas fases e obedecia a plantas-modelo e tipologias específicas, aprovadas pelo Cofre dos Tribunais.

Na fase I, previa-se a construção e apetrechamento de um total de **32** edifícios, sendo, **03** (três) edifícios de tipologia 3; **03** edifícios de tipologia 2, e **26** edifícios de tipologia 1; e na fase II, previa-se a construção e apetrechamento de um total de **61** edifícios, dos quais, **09** (nove) edifícios de tipologia 3; **04** (quatro) edifícios de tipologia 2 e **48** (quarenta e oito) edifícios de tipologia 1.

Os Tribunais de Tipologias 1 e 2, incluem a construção de residências para magistrados.

A tipologia 3 – abrange edifícios, com três pisos, com capacidade para albergar **04** salas de audiências de discussão e julgamento, **04** cartórios com capacidade para duas secções do tribunal, **02** cartórios para a Procuradoria, **12** gabinetes para magistrados e sala para os advogados.

A Tipologia 2 – abrange edifícios, com dois pisos, com capacidade para albergar **02** salas de audiências de discussão e julgamento, **02** cartórios com capacidade para duas secções do tribunal, **01** cartório para a Procuradoria, **08** gabinetes para magistrados, sala para os advogados, **02** celas transitórias e sanitários.

A Tipologia I – abrange edifícios, com piso único, com capacidade para albergar **01** sala de audiências de discussão e julgamento, **01** cartório com duas secções para o tribunal, **01** cartório para a Procuradoria, **04** gabinetes para Magistrados, **01** sala para advogados, sala de espera para o público, **02** celas transitórias e sanitários.

No seguimento das acções visando a implementação da Iniciativa Presidencial “*Um Distrito, Um Edifício Condigno para o Tribunal Até 2023*”, até Dezembro de 2023, foram construídos **36** edifícios para o funcionamento de Tribunais Judiciais de Distrito, a saber:

Quatro (**05**) edifícios de Tipologia 3: Tribunais Judiciais dos Distritos de Infulene e Maracuene, Tribunais Judiciais das Províncias de Inhambane, Zambézia e Cidade de Pemba.

Quatro (**04**) edifícios de Tipologia 2: Tribunais Judiciais dos Distritos Municipais de KaTembe, KaMavota, Nihamankulu e Tribunal Judicial do Distrito de Mocuba.

Vinte e seis (**27**) edifícios de Tipologia 1: Tribunal Judicial do Distrito Municipal de KaNyaka, Tribunais Judiciais dos Distritos de Massingir, Mapai e Limpopo (Gaza), Inharrime, Morumbene e Funhalouro (Inhambane), Vanduzi e Macate (Manica), Chifunde e Zumbo (Tete), Derre, Molumbo, Mulevala, Mocubela, Namarrói, Luabo e Inhassunge (Zambézia), Monapo, Liúpo, Larde, Mossuril e Nacarôa, (Nampula), Metarica, Sanga, Chimbonila e Nipepe (Niassa).

Do total de **36** edifícios, há que registar que **17** foram inaugurados no decurso do ano de 2023: Derre, Molumbo, Mulevala, Mocubela, Namarrói, Luabo, Inhassunge, Mapai, Inhambane, Zambézia, KaMavota, Nlhamankulu, Zumbo, Cidade de Pemba, Nipepe, Maracuene e Nacarôa.

Apresenta-se de seguida a indicação dos edifícios dos Tribunais Judiciais, inaugurados no ano de 2023, no âmbito da implementação da Iniciativa Presidencial “*Um Distrito, um Edifício condigno para o Tribunal, até 2023*”:



Edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Derre, Província da Zambézia, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia no dia 02 de Março de 2023



O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no centro, e entidades que testemunharam a inauguração do edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Derre



Edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Molumbo, Província da Zambézia, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 20 Abril de 2023



Edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Mulevala, Província da Zambézia, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 20 de Abril de 2023



O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no centro, e entidades que testemunharam a inauguração do edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Mulevala



Edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Mocubela, Província da Zambézia, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 20 de Abril de 2023



Edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Luabo, Província da Zambézia, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 21 de Abril de 2023



O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no centro, e entidades que testemunharam a inauguração do edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Luabo



Edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Inhassunge, Província da Zambézia, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 21 de Abril de 2023



O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no centro, e entidades que testemunharam a inauguração do edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Inhassunge



Edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Mapai, Província de Gaza, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 27 de Abril de 2023



Edifício do Tribunal Judicial da Província de Inhambane, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 06 de Julho de 2023



O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no centro, e entidades que testemunharam a inauguração do edifício do Tribunal Judicial da Província de Inhambane



Edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Zumbo, na Província de Tete, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 26 de Setembro de 2023



O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no centro, e entidades que testemunharam a inauguração do edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Zumbo



Edifício do Tribunal Judicial do Distrito Municipal de Nhamankulu, Cidade de Maputo, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 29 de Setembro de 2023



Edifício do Tribunal Judicial do Distrito Municipal de KaMavota, Cidade de Maputo, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 29 de Setembro de 2023



Edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Namarrói, Província da Zambézia, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 06 de Outubro de 2023



Edifício do Tribunal Judicial da Província da Zambézia, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 06 de Outubro de 2023



O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no centro e entidades que testemunharam a inauguração do edifício do Tribunal Judicial da Província da Zembézia



Edifício do Tribunal Judicial da Cidade de Pemba, Província de Cabo Delgado, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 09 de Outubro de 2023



O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no centro, e entidades que testemunharam a inauguração do edifício do Tribunal Judicial da Cidade de Pemba



Edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Nipepe, Província do Niassa, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 20 de Novembro de 2023



O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no centro, e entidades que testemunharam a inauguração do edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Nipepe



Edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Marracuene, Província de Maputo, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 28 de Novembro de 2023



O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no centro, e entidades que testemunharam a inauguração do edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Marracuene



Edifício do Tribunal Judicial do Distrito da Nacarôa, Província de Nampula, inaugurado pelo Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no dia 08 de Dezembro de 2023



O Presidente da República, **Filipe Jacinto Nyusi**, no centro, e entidades que testemunharam a inauguração do edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Nacarôa

5. Projecto de Apoio Técnico ao Sector da Justiça para o Tribunal Supremo – JUSTA TS

5.1. Lançamento do Projecto de Apoio Técnico ao Sector da Justiça para o Tribunal Supremo – JUSTA TS

No dia 22 de Fevereiro de 2023, o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, a Procuradora-Geral da República, **Beatriz da Consolação Mateus Buchili** e a Directora da USAID Moçambique, **Helen Pataki**, procederam, em Maputo, ao lançamento do “*Projecto de Apoio Técnico ao Sector da Justiça para o Tribunal Supremo – JUSTA TS*”, visando o combate a crimes contra a vida selvagem, corrupção e protecção dos direitos humanos, nas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa.

O lançamento do Projecto, cuja implementação está adstrita ao Tribunal Supremo, Procuradoria-Geral da República e Centro de Formação Jurídica e Judiciária, foi testemunhado por magistrados, membros do corpo diplomático, investigadores, quadros das instituições do Sector da Justiça, entre outros convidados.



Participantes na cerimónia de lançamento do Projecto JUSTA TS. Na primeira fila, da esquerda para direita: a Procuradora-Geral da República, **Beatriz da Consolação Mateus Buchili**, o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, a Directora da USAID Moçambique, **Helen Pataki** e a Directora Geral do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, **Elisa Samuel Boerekamp**

O Projecto de Apoio Técnico ao Sector da Justiça para o Tribunal Supremo – JUSTA TS, resulta do acordo celebrado entre os Governos da República de Moçambique e dos Estados Unidos da América, através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

(USAID - Moçambique) e tem por objectivo melhorar os sistemas e processos destinados a processar e julgar crimes relativos a vida selvagem, corrupção e protecção dos direitos humanos.

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, no discurso de ocasião, assinalou que *“o Projecto JUSTA TS, alinha-se aos desafios e prioridades do país, assim como do Sector da Justiça, traduzidos no Plano Estratégico dos Tribunais judiciais 2022-2026, com destaque para o combate à corrupção e terrorismo e facilitação do acesso a justiça, especialmente em Cabo Delgado e chega num momento oportuno em que Moçambique encontra-se numa posição desfavorável no índice de percepção da transparência”*.

O Presidente do Tribunal Supremo, assinalou, ainda, que a inclusão no projecto JUSTA TS, da componente de protecção da biodiversidade, coloca no topo da agenda do judiciário a necessidade de prevenção e combate aos actos que atentam contra a integridade e harmonia do ambiente, o que resulta no agravamento de eventos climáticos extremos, declínio da biodiversidade do ecossistema, a poluição e a contaminação de alimentos.

O Presidente do Tribunal Supremo, apontou, também, que *o programa JUSTA, ao prover a capacitação dos fazedores da justiça em matéria de combate à corrupção e defesa dos direitos humanos, certamente concorre para uma maior facilitação da implementação do Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais*.

A Procuradora-Geral da República, **Beatriz da Consolação Mateus Buchili**, referiu, na intervenção, que o projecto é de suma importância porque irá dotar a Procuradoria-Geral da República de capacidade técnica na instauração de processos contra crimes relacionados com a biodiversidade, corrupção e direitos humanos, bem como melhorar a intervenção do Sector do Judiciário no combate ao terrorismo e seu financiamento.

A Procuradora Geral da República garantiu que o Ministério Público, continuará a intensificar as acções de prevenção e combate ao crime organizado e transnacional, visando reforçar o crescimento económico e contribuir para o fortalecimento do Estado de Direito Democrático.

Assinalou, a Procuradora-Geral da República, que *“é nossa expectativa que o presente Projecto se traduza num catalisador para as nossas actividades, reforçando a capacidade do Ministério Público nas várias áreas de actuação, sempre em articulação com as comunidades e demais actores na protecção da biodiversidade e como guardiões da legalidade na defesa dos direitos humanos”*.

A Directora da USAID Moçambique, **Helen Pataki**, referiu que o Projecto JUSTA irá apoiar a formação de Juízes e Procuradores, com a finalidade de melhorar a coordenação entre as instituições do sector da justiça, visando promover um sistema de justiça justo e eficiente para melhorar a dedução da acusação de crimes contra a vida selvagem, corrupção e direitos humanos.

A Directora da USAID Moçambique, assinalou, ainda, que *o interesse em apoiar o Programa, fundamenta-se na crença de que um dos direitos legais básicos do cidadão é o direito a um julgamento justo e uma defesa jurídica adequada, por isso o JUSTA poderá apoiar o Tribunal Supremo na melhoria da sua abrangência e desempenho, expandindo a utilização de tribunais móveis, permitindo aos Juízes servir os cidadãos nas zonas remotas”*.

O projecto, a ser executado, num período de **03** anos, está orçado em USD 2.200.000,00 (Dois milhões e duzentos mil dólares americanos), dos quais USD 1.195.000,00 (Um milhão, cento e noventa e cinco mil dólares americanos), a serem implementados pelo Tribunal Supremo, em coordenação com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária e USD 1.005.000,00 (Um milhão e cinco mil dólares americanos), pela Procuradoria - Geral da República.

5.2. Primeira reunião dos Grupos Multidisciplinares

No âmbito do Projecto de Apoio **Técnica ao Sector da Justiça – JUSTA TS**, teve lugar, no dia 09 de Novembro de 2023, em Maputo, a primeira reunião dos Grupos Multidisciplinares, para a apreciação e discursão dos termos de referência para a sua implementação.

Os Grupos Multidisciplinares são integrados por representantes do Tribunal Supremo, Procuradoria-Geral da República, Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, USAID - Moçambique, Inspecção Geral de Administração Pública, Centro de Formação Jurídica e Judiciária e outros Actores-Chaves.

A sessão de abertura foi dirigida pelo Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão** e contou com a participação de **António Paulo Namburete**, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, da representante da USAID - Moçambique, **Joy Searcie**, do Secretário - Geral dos Tribunais Judiciais, **Jeremias Alfredo Manjate**, do Coordenador das áreas temáticas, **Luís Mabote Júnior**, do Consultor do Programa, **Gildo Espada**, Magistrados, Inspectores Judiciais, Inspectores de Administração Pública e Advogados, entre outros convidados.



Participantes na Primeira Reunião dos Grupos Multidisciplinares. Da esquerda para a direita: O Secretário-Geral dos Tribunais Judiciais, **Jeremias Alfredo Manjate**, o Coordenador das Áreas Temáticas, **Luís Mabote Júnior**, o Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão**, a representante da USAID Moçambique, **Joy Searcie** e do Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo **António Paulo Namburete**

O Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão**, no discurso de ocasião, referiu que a Carta de Implementação prevê, no âmbito do fortalecimento da colaboração, coordenação e supervisão entre as instituições da justiça, a criação e operacionalização de grupos multidisciplinares, que têm a missão de partilhar ideias e experiências para melhor identificar, investigar, instruir e julgar crimes de corrupção e crimes contra a biodiversidade e os direitos humanos.

O Vice-Presidente do Tribunal Supremo, referiu que a realização da reunião marca, de forma indelével, o início da organização e do funcionamento dos grupos, de vital importância para a melhoria qualitativa dos processos tramitados, no âmbito do Projecto JUSTA TS.

Anotou ainda que se espera que, com contributo de todos, os termos de referência irão, seguramente, traçar os valores de actuação dos Grupos Multidisciplinares e os mecanismos da desejada articulação, coordenação e troca de experiências.

Para a representante da USAID Moçambique, **Joy Searcie**, a realização do evento é uma oportunidade única para que todas as entidades envolvidas promovam um diálogo franco e aberto, que ajude não só a identificar os desafios existentes, mas, também, propor soluções para os ultrapassar.

5.3. Desenvolvimento de competências no âmbito do Projecto de Apoio Técnico ao Sector da Justiça – JUSTA TS

No âmbito da implementação do Projecto de Apoio Técnico ao Sector da Justiça para o Tribunal Supremo - JUSTA TS, foi realizado um seminário de auscultação de Magistrados Judiciais sobre crimes contra a biodiversidade, corrupção e direitos humanos e **05** acções de capacitação de operadores da justiça, das áreas de Informação Judicial e Estatística, Recursos Humanos, Administração, Património e Financeira e UGEA.

5.3.1. Seminário de auscultação de Magistrados Judiciais das Províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa sobre crimes contra a biodiversidade, corrupção e Direitos Humanos

Teve lugar, no dia 10 Julho de 2023, na Cidade de Nampula, o seminário de auscultação de Magistrados Judiciais das Províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa em matéria de crimes contra a biodiversidade, corrupção e Direitos Humanos, no âmbito da implementação do Projecto de Apoio Técnico ao Sector da Justiça para o Tribunal Supremo – JUSTA TS.



Participantes no seminário de auscultação em matéria de crimes contra a biodiversidade, corrupção e Direitos Humanos. Na primeira fila, da Esquerda para a direita: **Luís Mabote Júnior**, Juiz Desembargador e Coordenador das áreas temáticas e **Artur Chirindja**, Gestor de Projectos na USAID - Moçambique

No seminário, foram abordados, entre outros, os temas seguintes: prova, medidas de coacção e de garantia patrimonial, fundamentação da sentença; responsabilidade e desafios do judicial no combate à corrupção e crimes conexos; Direitos Humanos, justiça e Poder Judicial; problemática da prossecução penal dos crimes contra a vida selvagem no ordenamento jurídico moçambicano.

5.3.2. Formação em matéria de gestão financeira para parceiros da USAID - Moçambique e plano de monitoria, avaliação e aprendizagem para agentes implementadores do Projecto

Teve lugar no dia 17 de Maio de 2023, em Maputo, a acção de formação **18** gestores e técnicos do Tribunal Supremo, designadamente, das Direcções Nacionais de Administração, Património e Finanças e Recursos Humanos, Gabinete de Estudos e Planificação, UGEA, Gabinete de Informação Judicial e Estatística, Gabinete de Tecnologia de Informação e Comunicação e Gabinete de Comunicação e Imagem, em matéria de gestão financeira para parceiros da USAID - Moçambique e plano de monitoria, avaliação e aprendizagem para agentes implementadores do programa.

A acção de capacitação foi ministrada pela equipa da USAID - Moçambique, chefiada pelo respectivo Gestor de Projectos, **Artur Chirindja** e contou com a participação do Coordenador das áreas temáticas, **Luís Mabote Júnior**, Juiz Desembargador e dos pontos focais nas componentes dos Direitos Humanos, **Flávia Vasco Mondlane**, da Biodiversidade, **Kátia Vanessa Mac-Arthur** e de Corrupção, **Evandra Gonçalo Uamusse**, Juízas de Direito.



Participantes na acção de formação em matéria de gestão financeira e plano de monitoria, avaliação e Aprendizagem, âmbito da implementação do Projecto de Apoio Técnico ao Sector da Justiça para o Tribunal Supremo - JUSTA TS

5.3.3. Formação em matéria de Gestão da Informação Judicial e Estatística

Os gestores do Departamento Nacional de Informação Judicial e Estatística beneficiaram, de 17 a 23 de Outubro de 2023, de uma acção de formação no uso de computador nos programas de Power BI e excel, uma plataforma avançada de gestão de dados estatísticos, na Cidade de Maputo.



Profissionais do Departamento de Informação Judicial e Estatística em plena acção de formação

5.3.4. Formação em matéria de gestão estratégica de recursos humanos

A acção de formação em matéria de gestão estratégica de recursos humanos, para os técnicos da Direcção Nacional de Recursos Humanos do Tribunal Supremo, teve lugar nos dias 23 a 27 de Outubro de 2023, no Distrito de Marracuene, província de Maputo.

Na acção de formação foram abordados vários temas, designadamente, manuseamento e arquivo documental, planificação estratégica de recursos humanos, cadastro, contagem do tempo, desligamento, diuturnidade e aposentação no sector público.



Participantes na acção de formação em matéria de gestão estratégica de recursos humanos do Tribunal Supremo

5.3.5. Formação de Agentes de Execução Orçamental e Contratação Pública

Dezasseis funcionários do Tribunal Supremo, afectos nas áreas de Execução Orçamental e UGEA, beneficiaram de uma acção de formação em matéria de execução orçamental e *procurement* e contratação pública, nos dias 27 de Dezembro a 31 de Dezembro de 2023, em Maputo.



Operadores da justiça do Tribunal Supremo, capacitados em matéria de execução orçamental



Participantes na acção de formação em matéria de *procurement* e contratação pública

6. Rede Judiciária e Especialização

No âmbito da expansão da rede judiciária, na República de Moçambique estão criados **185** Tribunais Judiciais: **01** Tribunal Supremo, **03** Tribunais Superiores de Recurso, **11** Tribunais Judiciais de Província, **163** Tribunais Judiciais de Distrito e **07** Tribunais de Competência Especializada (Tribunal de Menores, Tribunal de Polícia, ambos, da Cidade de Maputo e Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo e Tribunais Marítimos da Cidade de Maputo e das Províncias de Sofala e Nampula).

Durante o ano de 2023, entraram em funcionamento os Tribunais judiciais dos Distritos de Mapai (Gaza), Macate (Manica), Luabo, Mulevala, Mucobela, Derre e Molumbo (Zambézia), Zumbo (Tete) e Nacarôa (Nampula) e os Tribunais Marítimos da Cidade de Maputo e das Províncias de Sofala e Nampula.

Assim, do total dos Tribunais Judiciais criados, **178** encontram-se em funcionamento e **07** Tribunais Judiciais de Distrito, não se encontram, ainda, em funcionamento, sendo eles, Ibo, Quissanga, Metuge e Muidumbe (Cabo Delgado), Doa e Marara (Tete) e Maringue (Sofala).

Tabela 1: Tribunais Judiciais - 2023

Nº Ordem	Tribunais Judiciais	Em Funcionamento	Não em Funcionamento	Total
1	Tribunal Supremo	1	0	1
2	Tribunais Superiores de Recurso	3	0	3
3	Tribunais de Competência Especializada	7	0	7
4	Tribunais Judiciais de Província	11	0	11
5	Tribunais Judiciais de Distrito	156	7	163
Total		178	7	185

Tendo em vista a especialização, através do Despacho do Presidente do Tribunal Supremo, datado de 06 de Abril de 2023, publicado no Boletim da República nº 74/2023, I Série, de 18 de Abril, foi determinada a entrada em funcionamento dos Tribunais Marítimos da Cidade de Maputo e das Províncias de Sofala e Nampula.

O referido despacho, determinou, ainda, a criação e entrada em funcionamento da 1ª Secção Cível e 2ª Secção Criminal, nos Tribunais Marítimos da Cidade de Maputo e das Províncias de Sofala e Nampula.

Por outro lado, através do Despacho do Presidente do Tribunal Supremo, datado de 20 de Julho de 2023, publicado no Boletim da República nº 154/2023, I Série, de 10 de Agosto, foi determinada a criação e entrada em funcionamento das seguintes Secções:

- a) 4ª Secção Criminal, do Tribunal Superior de Recurso de Nampula;
- b) 1ª Secção de Recurso, do Tribunal Judicial da Província de Manica;
- c) 6ª e 7ª Secções, do Tribunal Judicial da Província de Manica, e a especialização em matérias de Família e Menores e de Polícia, respectivamente;
- d) 5ª Secção Criminal, do Tribunal Judicial da Cidade de Chimoio, Província de Manica;
- e) 2ª Secção Cível, do Tribunal Judicial do Distrito de Sussundenga, Província de Manica.

O já referido despacho, ainda, procedeu à transformação da 5ª Secção, do Tribunal Judicial da Província de Manica, em Secção de Família e Menores.

Ainda no âmbito da especialização, por Despacho do Presidente do Tribunal Supremo, datado de 27 de Julho de 2023, publicado no Boletim da República nº 153/2023, I Série, de 08 de Agosto, foi determinada a criação e entrada em funcionamento da Secção de Instrução Criminal do Tribunal Judicial do Distrito de Cuamba, na Província do Niassa.

No seguimento do mesmo desiderato, por Despacho do Presidente do Tribunal Supremo, datado de 29 de Agosto de 2023, publicado no Boletim da República nº 176/2023, I Série, de 12 de Setembro, foi determinada a criação e entrada em funcionamento das seguintes secções:

- a) 5ª Secção de Polícia, do Tribunal Judicial da Província do Niassa;
- b) 4ª Secção Cível, do Tribunal Judicial da Cidade de Lichinga, Província do Niassa;
- c) Secções de Instrução Criminal, dos Tribunais Judiciais dos Distritos de Marrupa, Maúa, Mandimba, Chimbunila, Ngaúma e Mecanhelas, Província do Niassa;
- d) 3ª Secção Cível, do Tribunal Judicial do distrito de Cuamba, Província do Niassa.

Por força do citado despacho a 1ª Secção Cível, do Tribunal Judicial da Província do Niassa, foi transformada em Secção de Família e Menores.

Ainda na componente da especialização, por Despacho do Presidente do Tribunal Supremo, datado de 26 de Outubro de 2023, publicado no Boletim da República nº 234/2023, I Série, de 06 de Dezembro, foi determinada a criação e entrada em funcionamento da 3ª Secção Cível, do Tribunal Judicial da Cidade de Xai - Xai, Província de Gaza.

O mesmo despacho, ainda, procedeu à especialização das secções do Tribunal Judicial da Cidade de Xai - Xai, Província de Gaza, sendo a 1ª e 2ª Secções, em matéria criminal e a 3ª Secção, em matéria cível.

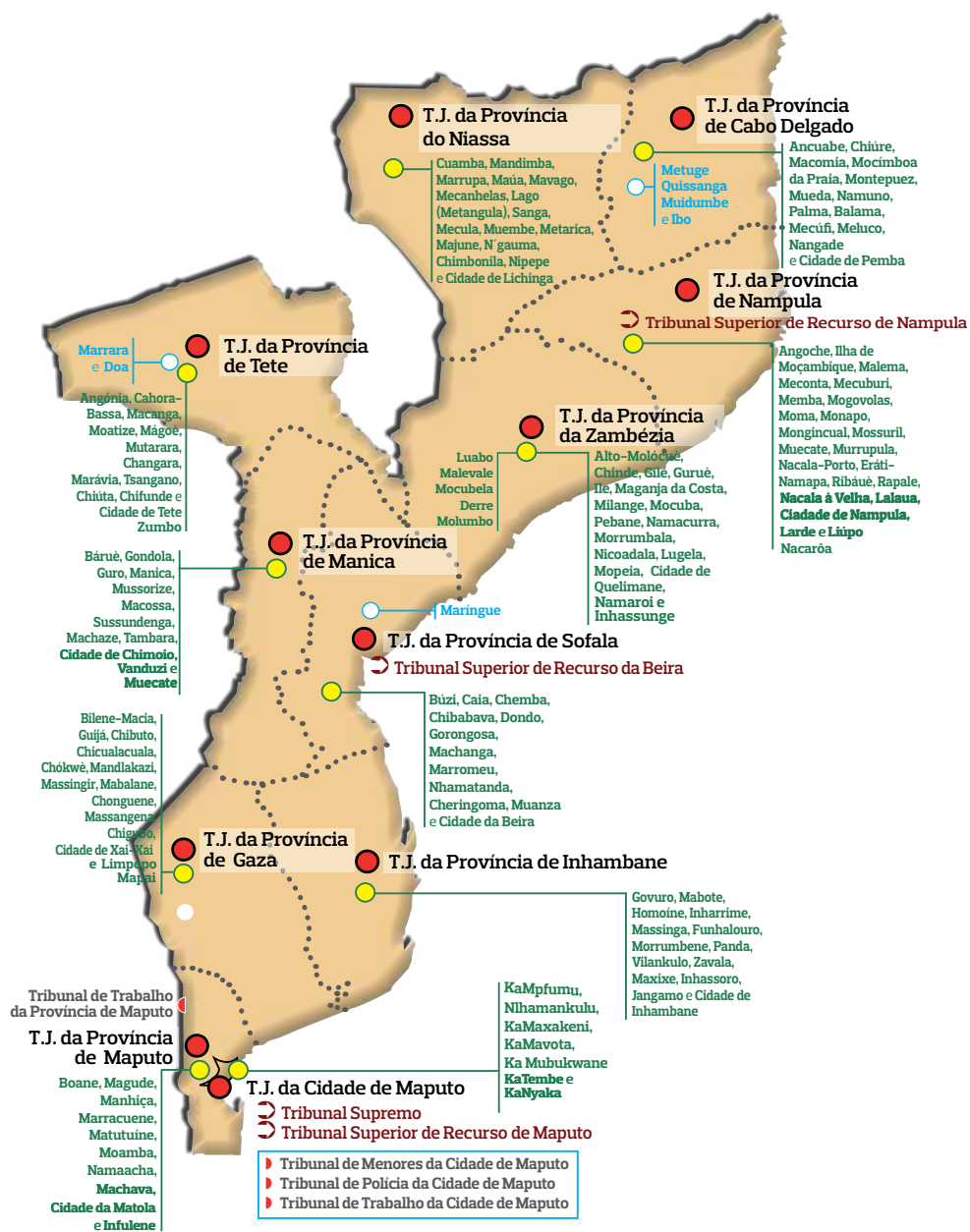
Tabela 2: Tribunais e secções criados e que entraram em funcionamento no ano de 2023

Província	Tribunais	Secções Criadas / Transformadas
Nampula	Tribunal Superior de Recurso de Nampula	4ª Secção Criminal
	Tribunal Marítimo da Província de Nampula	1ª Secção Cível 2ª Secção Criminal
Niassa	Tribunal Judicial da Província do Niassa	5ª Secção de Polícia
		Transformação da 1ª Secção Cível, em Secção de Família e Menores
Tribunal Judicial da Cidade de Lichinga		4ª Secção Cível
	Tribunal Judicial do Distrito de Cuamba	Secção de Instrução Criminal
		3ª Secção Cível
	Tribunal Judicial do Distrito de Maúá	Secção de Instrução Criminal
	Tribunal Judicial do Distrito de Mandimba	
	Tribunal Judicial do Distrito de Ngaúma	
	Tribunal Judicial do Distrito de Mecanhelas	
	Tribunal Judicial do Distrito de Marrupa	
	Tribunal Judicial do Distrito de Chimbunila	
Manica	Tribunal Judicial da Província de Manica	1ª Secção Recurso
		6ª Secção de Família e Menores
		7ª Secção de Polícia (transgressões)
		Transformação da 5ª secção Cível, em secção de Família e Menores
	Tribunal Judicial da Cidade de Chimoio	5ª Secção Criminal
	Tribunal Judicial de Distrito de Sussundenga	2º Secção Cível
Sofala	Tribunal Marítimo da Província de Sofala	1ª Secção Cível
		2ª Secção Criminal
Maputo	Tribunal Marítimo da Cidade de Maputo	1ª Secção Cível
		2ª Secção Criminal
Gaza	Tribunal Judicial da Cidade de Xai – Xai	3ª Secção Cível
		1ª Secção Criminal (Transformação)
		2ª Secção Criminal (Transformação)

No país encontram-se em funcionamento os Serviços de Mediação Judicial do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, desde o dia 19 de Julho de 2019, os Serviços de Mediação Judicial do Tribunal Judicial da Província de Manica, desde o dia 05 de Setembro de 2022.

No dia 06 de Julho de 2023 foram instalados os Serviços de Mediação Judicial do Tribunal Judicial da Província de Inhambane.

Mapa da Rede Judiciária



Legenda: Rede Judiciária em Moçambique

- Tribunais Judiciais de Província
- Tribunais Judiciais de Distrito criados e em pleno funcionamento
- Tribunais Judiciais de Distrito criados mas que não se encontram em funcionamento

7. Implantação de Tribunais Marítimos

O regime jurídico de organização, composição, funcionamento e competências dos Tribunais Marítimos, criados através da Lei nº 5/96, de 04 de Janeiro, vêm estabelecido através da Lei nº 20/2022, de 07 de Julho.

Esta lei confere, entre outros aspectos, prerrogativa ao Venerando Presidente do Tribunal Supremo de determinar a entrada em funcionamento de Tribunais Marítimos, ouvido o Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Assim, através do despacho do Venerando Presidente do Tribunal Supremo, publicado no Boletim da República n.º 74, Iª Série, de 18 de Abril de 2023, foi determinada a entrada em funcionamento dos Tribunais Marítimos da Cidade de Maputo e das províncias de Nampula e Sofala.

7.1. Instalação e entrada em funcionamento do Tribunal Marítimo da Cidade de Maputo

A cerimónia solene de instalação do Tribunal Marítimo da Cidade de Maputo, teve lugar, no dia 02 de Agosto de 2023, na Cidade de Maputo.

A cerimónia foi dirigida pelo Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga** e foi testemunhada pela Procuradora-Geral da República, **Beatriz da Consolação Mateus Buchili**, pela Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, **Helena Mateus Kida**, pela Ministra do Mar, Águas Interiores e Pescas, **Lídia de Fátima da Graça Cardoso**, pelo Embaixador da França, **Yann Pradeau**, Magistrados, entre outros convidados.



O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, proferindo o discurso na cerimónia solene de instalação do Tribunal Marítimo da Cidade de Maputo

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, no discurso de ocasião, referiu que a implantação de Tribunais Marítimos em Moçambique resulta de uma multiplicidade de razões de fundo, desde logo, a concretização de um preponderante instrumento de boa governação, que responde a uma permissão Constitucional e a uma exigência, também, Constitucional, de afirmação da soberania territorial do Estado moçambicano, que não se limitando ao espaço terrestre, abrange o espaço marítimo, as águas fluviais e lacustres, o respectivo leito e subsolo e o domínio público adjacente às mesmas águas.

Destacou ainda que “a localização privilegiada e estratégica de Moçambique na região austral da África, torna premente o reforço da segurança marítima pelo impacto que representa para a segurança regional e do mundo”.

No seu discurso disse ainda que “os Tribunais Marítimos apresentam-se como um instrumento de capital importância para a viabilização de uma exploração racional e sustentável de recursos que a nossa biodiversidade disponibiliza e para o reforço da segurança e soberania do Estado moçambicano, em face dos conhecidos desafios que se colocam no contexto nacional e internacional neste domínio, a título de exemplo, a necessidade de protecção contra a poluição marítima, a pesca ilegal, o tráfico marítimo de drogas e pessoas, a pirataria entre outras actuais ameaças à segurança mundial”.

A Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, **Helena Mateus Kida**, referiu, na intervenção, que o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, está a desenvolver o currículo de formação de magistrados nesta área, com o objectivo de reforçar a segurança marítima, a protecção do ambiente e, de forma geral, a soberania de Moçambique sobre o seu território marítimo.

Por sua vez, a Ministra do Mar, Águas Interiores e Pescas, **Lídia de Fátima da Graça Cardoso**, referiu, na sua intervenção, que “com a criação de Tribunais Marítimos, impôs ao Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas a coordenação da equipa multisectorial, por força das matérias de governação do mar e o interesse directo em ter estes tribunais a funcionar para tratar, com especialidade e celeridade, as infracções do mar”.



Participantes na cerimónia solene de instalação do Tribunal Marítimo da Cidade de Maputo. Na primeira fila, da esquerda para direita: a Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, **Helena Mateus Kida**, o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, a Procuradora Geral da República, **Beatriz da Consolação Mateus Buchili**, a Ministra do Mar, Águas Interiores e Pescas, **Lídia de Fátima da Graça Cardoso**

7.2. Instalação e entrada em funcionamento do Tribunal Marítimo da Província de Nampula

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga** procedeu, no dia 22 de Novembro de 2023, na Cidade de Nacala - Porto, a instalação do Tribunal Marítimo da Província de Nampula.

A instalação do Tribunal Marítimo da Província de Nampula, contou com a presença do Vice-Ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas, **Henriques Bongece**; do Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, **Filimão Suazi**; da Presidente do Conselho Administrativo do Cofre dos Tribunais, **Matilde Augusto Monjane Maltez de Almeida**; do Governador da Província de Nampula, **Manuel Rodrigues Alberto**, magistrados, Oficiais de Justiça, entre outros.



Participantes na cerimónia de instalação do Tribunal Marítimo da Província de Nampula

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, no discurso de ocasião, referiu que a instalação do Tribunal Marítimo da Província de Nampula, constitui um acto que materializa o preconizado no Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais 2022 – 2026, que prevê a entrada em funcionamento, até 2024, de três (3) Tribunais Marítimos.

Anotou que urge a implantação dos Tribunais Marítimos, para o país fazer face aos riscos existentes de eventual ataque à soberania, por ser caracterizado por uma longa costa marítima, que o torna apetecível na geoestratégia de grupos envolvidos na criminalidade

organizada internacional, como o contrabando de mercadoria, o tráfico de drogas, usando inclusive as infraestruturas públicas, bem, ainda, os riscos de exploração insustentável ou não autorizada de recursos naturais, descarga de lixo tóxico e outras formas de poluição de mares, rios e lagos, com consequências na vida aquática e para a segurança na navegação, a pesca ilegal predatória, pesquisa arqueológica ilegal, espionagem económica nas nossas águas, o terrorismo, pirataria.

O Vice-Ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas, **Henriques Bongece**, considera que a criação e expansão de Tribunais Marítimos é motivo de orgulho, por este Ministério ser parte do processo e contribuir para o crescimento e consolidação da Administração da Justiça em Moçambique, tendo em conta os novos desafios que enfrentamos como País.

O Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, **Filimão Suazi**, reiterou que o Governo, continuará a prestar todo o apoio para a expansão dos Tribunais Marítimos em todo país, observando o princípio do gradualíssimo.

A instalação do Tribunal Marítimo da Província de Nampula foi assinalada com a tomada de posse de **Boliz Júlio**, no cargo de Juiz Presidente do respectivo tribunal



O Momento em que **Pascoal Francisco Jussa** (à direita), Juiz Presidente do Tribunal Superior de Recurso de Nampula, procedia à entrega de símbolos do poder a **Boliz Júlio**, durante a cerimónia de tomada de posse

7.3. Instalação e entrada em funcionamento do Tribunal Marítimo da Província de Sofala

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga** procedeu, no dia 19 de Dezembro de 2023, na Cidade da Beira, à instalação do Tribunal Marítimo da Província de Sofala.

A instalação do Tribunal Marítimo de Sofala, foi assinalada pela assinatura da acta de instalação, pelo Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, Vice-Procurador-Geral da República, **Alberto Paulo**, Directora - Geral do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, **Elisa Samuel Boerekamp**, e Secretária de Estado na Província de Sofala, **Cecília Chamutota**.



Participantes na cerimónia solene de instalação do Tribunal Marítimo da Província de Sofala

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, no seu discurso apontou que a localização geográfica de Moçambique na zona periférica do Oceano Índico, os seus rios e lagos, conferem-lhe um elevado factor estratégico, com condições biofísicas para uma riquíssima biodiversidade de elevado valor económico e ecológico, que exige uma adequada defesa, não só dos seus recursos, mas da segura navegabilidade das suas águas, respondendo, de forma eficiente, aos desafios colocados pelo desenvolvimento multifacetado do País e da região.

Anotou que Moçambique possui um enorme potencial para o desenvolvimento da indústria marítima, lacustre e fluvial, designadamente, com a exploração de recursos vindos do mar, o transporte marítimo, lacustre e fluvial, a pesca, o turismo náutico, o mergulho profissional, o desporto e recreio.

Referiu que, no caso específico da Província de Sofala, a estratégica localização do Porto da Beira, faz dele a porta de saída marítima para vários países do *interland*, tornando-o num indiscutível protagonista no comércio internacional.

O Presidente do Tribunal Supremo, referiu, ainda, que “os desenvolvimentos recentes, nomeadamente, com o investimento em corredores e o consequente aumento da capacidade de manuseamento de carga, fazem antever um futuro próspero para a Província de Sofala e para o nosso País em geral”.

Apontou, todavia, que há riscos que devem ser geridos e minimizados, designadamente, a criminalidade organizada transaccional, incluindo grupos envolvidos na pirataria, no terrorismo, no tráfico de pessoas e no tráfico de drogas; a exploração insustentável ou não autorizado de recursos naturais, sendo exemplo recorrente a pesca predatória, designadamente, a prática de artes nocivas à pesca, com uso de redes de malha fina, vulgo “chicocotas”, por pescadores artesanais, incluindo no período de veda.

O Presidente do Tribunal Supremo, anotou, também, que “para fazer face aos riscos mencionados, impõe-se uma efectiva aplicação do quadro legal vigente, através de instituições e mecanismos que concorrem para a protecção da nossa biodiversidade e para a segurança colectiva, e é neste quadro que encontra ampla justificação a implantação de tribunais marítimos no nosso País, por serem órgãos de soberania, com competências para administrar a justiça nos litígios inerentes à jurisdição marítima, fluvial e lacustre, e julgar os crimes e contravenções de natureza marítima, fluvial e lacustre na área da sua jurisdição”.



Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, proferindo o discurso na cerimónia de instalação do Tribunal Marítimo de Sofala

A Directora - Geral do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), **Elisa Samuel Boerekamp**, na intervenção, referiu que o acto de instalação do Tribunal Marítimo de Sofala é de relevância inestimável, visto que o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, através do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, em colaboração com a Escola Nacional dos Magistrados da França implementa, desde Maio de 2022, o projecto de capacitação dos magistrados e Oficiais de Justiça que irão operar nos Tribunais Marítimos, cujo objectivo é reforçar a segurança marítima, proteger o ambiente e, em geral, afirmar a soberania do nosso país sobre o nosso território marítimo.

A Directora - Geral do CFJJ, apontou que a implementação deste projecto, não só impulsionará o funcionamento dos Tribunais Marítimos em Moçambique, como também, gerará resultados e impactos profundos na chamada economia azul.

A Secretária de Estado na Província de Sofala, **Cecília Chamutota**, referiu, na sua intervenção, que Moçambique é um país costeiro por excelência, e preservar o ambiente marinho e costeiro não é uma opção, mas uma obrigação individual e colectiva de todos nós, fruto da nossa relação intrínseca e secular com o mar.

A instalação do Tribunal Marítimo de Sofala, foi seguida do acto de tomada de posse do respectivo Juiz Presidente, **Jó Dirceu Estêvão Zuarica**, investido nas funções pelo Juiz Presidente do Tribunal Superior de Recurso da Beira, **Fernando Tomo José Pantie**.



O Juiz Presidente do Tribunal Superior de Recurso da Beira, **Fernando Tomo José Pantie**, vestindo a beca (traje profissional) ao Juiz Presidente do Tribunal Marítimo de Sofala, **Jó Dirceu** durante a cerimónia de tomada de posse

8. Entrega do Tribunal Móvel do Tribunal Judicial da Província da Zambézia

O Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão**, procedeu, no dia 12 de Dezembro de 2023, na Cidade de Quelimane, a entrega do Tribunal Móvel do Tribunal Judicial da Província da Zambézia.

A cerimónia da entrega do Tribunal Móvel da Província da Zambézia contou com a presença de **Tapfumanei Kusemwa**, Especialista na Protecção da Criança da UNICEF, magistrados, órgãos de poder local, líderes comunitários e autoridades locais, entre outros convidados.

Trata-se de uma viatura equipada com **05** mesas de escritório e igual número de cadeiras, **02** computadores, **01** impressora, uma tenda com capacidade de **50** pessoas, **50** cadeiras plásticas, **01** gerador, sistema de som com **02** microfones e **01** motorizada para a realização de diligências, num projecto financiado, integralmente, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Os Tribunais Itinerantes enquadram-se na necessidade da proximidade física da justiça aos cidadãos, reduzindo as inconvenientes distâncias entre os tribunais e as populações carentes na redução do sofrimento de idosos e mães gestantes, que tem de percorrer enormes distâncias para terem acesso aos serviços da justiça.



O Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão**, recebendo do representante da UNICEF as chaves da viatura e da motorizada no âmbito da Justiça Itinerante na Província da Zambézia



A viatura entregue no âmbito da justiça itinerante na Província da Zambézia

O Vice-Presidente do Tribunal Supremo, no discurso de ocasião, referiu que o *“sonho de termos este tipo de tribunais, surge da constatação do sofrimento das populações, sem recursos que dada a sua vulnerabilidade, tinham dificuldades de aceder à justiça e a sua materialização visa aproximar os serviços da justiça, quebrar as barreiras económicas a esse grupo alvo, pois, agora estamos em condições de nos fazer presentes nas localidades e Postos Administrativos, considerando que existe um elevado número de crianças que necessitam desses serviços”*.

Apontou que com a entrega deste Tribunal Móvel *“estaremos a responder a preocupações dos cidadãos de aproximar a justiça de menores através de um tribunal virado especialmente a atender todas as questões relacionadas com as crianças, como por exemplo às questões relativas a menores em conflito com a lei, pensões de alimentos, regulação do exercício do poder parental, tutela, adoção, família de acolhimento, entre outros aspectos de interesse para a vida às do bom crescimento da criança”*.

Num outro desenvolvimento, o Vice-Presidente do Tribunal Supremo apontou, ainda, que a entrega deste meio traz outros importantes ganhos para todos nós, como os de reduzir as barreiras físicas e económicas de acesso à justiça e da consolidação da justiça edificada, as de garantir um pleno exercício da justiça social verdadeiros espaços de reforço da cidadania, reforçar a confiança dos cidadãos na justiça local, zelar pela salvaguarda dos direitos humanos, e pela dignidade humana.

O representante da UNICEF, **Tapfumanei Kusemwa**, referiu, na intervenção, que a UNICEF, como parte da sua estratégia, deu prioridade ao fortalecimento do sistema de protecção da criança em Moçambique, incluindo o fortalecimento da justiça e dos serviços sociais, contanto que um sistema robusto desempenha um duplo papel, de prevenir o crime e de gerir eficazmente os casos criminais que lhes são apresentados.

O representante da UNICEF, apontou que esta está mais do que satisfeita por entregar os acessórios necessários para facilitar a implementação de tribunais móveis na Zambézia e espera abranger outros distritos, particularmente Pebane, Maganja da Costa e Gurué.

O Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Província da Zambézia, **Paulo Ricardo Cinco Reis**, manifestou a satisfação pela contemplação da Província pela iniciativa, defendendo que *“a Província pela sua extensão territorial e, também, pelo número populacional, de cerca de seis milhões e trezentos mil habitantes, faz com que o nível de conflitualidade seja cada vez maior sendo, desta forma, impossível de cobertura em termos de efectivo às necessidades da população em toda a extensão, e o tribunal móvel vai minimizar a cobertura da província e fará com que seja possível alcançar aqueles pontos antes de difícil realizar notificações para julgamento na capital provincial”*.

A entrega do Tribunal Móvel – Justiça Itinerante da Província da Zambézia foi assinada pela realização de 2 sessões de audiência de discussão e julgamento, ambas relativas a processos de alimentos devidos a menores.

9. Actividade Jurisdicional

De um modo global, no dia 01 de Janeiro de 2023, encontrava-se pendente, em todos os Tribunais Judiciais, um universo de **135.541** processos transitados do ano anterior. Durante o ano, deram entrada **235,574** processos, foram findos **232,179** e transitaram **139,237** processos para o ano de 2024.

Tabela 3: Movimento processual (Crime, Cível, Laboral e Comercial) - 2022/2023

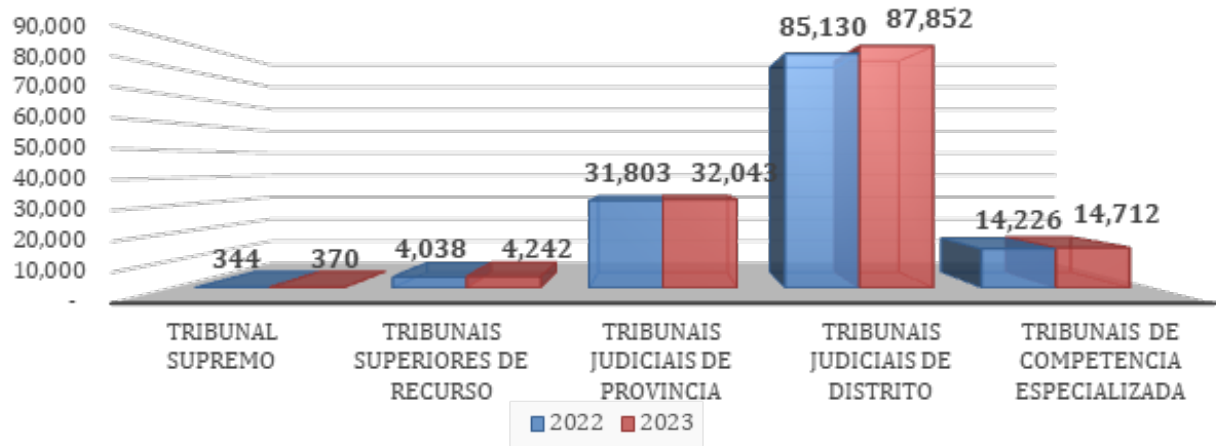
Tribunais Judiciais	Pendentes		Entrados		Findos		Transitados	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Tribunal Supremo	350	344	168	257	174	231	344	370
Tribunais Superiores de Recurso	4,512	4,038	1,403	1,586	1,877	1,382	4,038	4,242
Tribunais Judiciais de Província	31,721	31,803	55,820	72,224	55,738	71,984	31,803	32,043
Tribunais Judiciais de Distrito	79,432	85,130	97,876	103,410	92,178	100,670	85,130	87,870
Tribunais de Competência Especializada	18,508	14,226	52,244	58,398	56,526	57,912	14,226	14,712
Total	134,523	135,541	207,511	235,875	206,493	232,179	135,541	139,237

Fazendo uma análise comparativa entre os anos de 2022 e 2023, verifica-se que no ano de 2023 houve aumento da procura dos serviços de justiça, isto é, registou-se o aumento do número de processos entrados, num total de **28,345** processos, correspondente a **13,7%**.

Outrossim, verificou-se o aumento da capacidade de resposta dos Tribunais Judiciais, face à demanda, contanto que, de **206.493** processos findos em 2022, passou-se para **232,179** processos findos em 2023, representando um incremento de **12.4%**.

Por outro lado, comparando o número de processos pendentes no início de 2023 (transitados do ano anterior) e os pendentes no início de 2024 (transitados do ano de 2023), constata-se que houve um aumento da pendência na ordem de **2.7%**.

Gráfico 1: Movimento de processos transitados de 2022 para 2023, por escalão de tribunal



9.1. Tribunal Supremo

No início do ano de 2023, estavam pendentes, no Tribunal Supremo **344** processos. Deram entrada, durante o ano, **257** processos, foram findos **231** e **370** transitaram processos para o ano de 2024.

Tabela 4: Movimento processual do Tribunal Supremo - 2022/2023

Tribunal Supremo	Pendentes		Entrados		Findos		Transitados	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Cível	91	136	96	85	51	104	136	117
Cível - Laboral	45	31	28	86	42	48	31	69
Criminal	214	177	44	86	81	79	177	184
Total	350	344	168	257	174	231	344	370

Fazendo uma análise da tabela nota-se que no ano de 2023 verificou-se a tendência do aumento da procura pelos serviços de justiça, neste escalão de tribunal, com um incremento de processos entrados na ordem de **53.0%**, na medida em que no ano de 2022 foram registados **168** processos entrados contra **257** processos entrados no ano de 2023.

Por outro lado, registou-se, no ano de 2023, o aumento da capacidade de resposta, quando comparado com igual período do ano anterior, contanto que, de **174** processos findos em 2022, passou-se para **231** processos findos em 2023, o que representa um aumento do número de processos findos em **32,8%**.

Os processos transitados registaram, no ano de 2023, um aumento em **7,6%**, quando comparados com o número de processos transitados em igual período do ano anterior, facto que se deveu, sobretudo, ao aumento substancial do número de processos entrados em 2023.

9.2. Tribunais Superiores de Recurso

No início de 2023, nos Tribunais Superiores de Recurso, estavam pendentes **4,038** processos. Deram entrada, durante o ano, **1,586** processos, foram findos **1,382** e **4,242** transitaram processos para o ano de 2024.

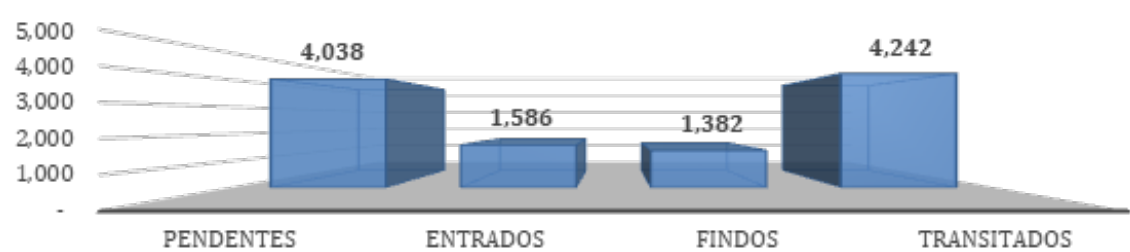
Tabela 5: Movimento processual dos Tribunais Superiores de Recurso – 2022/2023

Tribunais Superiores de Recurso	Pendentes		Entrados		Findos		Transitados	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Maputo	2,755	2,608	688	727	835	658	2,608	2,677
Beira	1,107	833	392	466	666	385	833	914
Nampula	650	597	323	393	376	339	597	651
Total	4,512	4,038	1,403	1,586	1,877	1,382	4,038	4,242

Efectuando uma análise dos dados dos Tribunais Superiores de Recurso, comparando os anos de 2022 e 2023, relativamente ao movimento processual, constata-se o seguinte:

- Aumento da procura pelos serviços de justiça, pois, de **1,403** processos entrados em 2022, passou-se para **1,586** processos entrados em 2023, o que representa um incremento de **13.0%**;
- Redução do número de processos findos, na medida em que de **1,877** processos findos em 2022, passou-se para **1,382** processos findos em 2023, o que corresponde à diminuição da capacidade de resposta, neste escalão de tribunais, em **26,4%**; Tal facto deveu-se, em parte, à progressiva redução do número de magistrados, neste escalão de tribunais, por aposentação e falecimento.
- Aumento do número de processos pendentes em **5.1%**, na medida em que de **4,038** processos pendentes, a 01 de Janeiro de 2023, passou-se para **4,242** processos pendentes, a 31 de Dezembro de 2023.

Gráfico 2: Movimento processual dos Tribunais Superiores de Recurso – 2023



9.3. Tribunais Judiciais de Província

No início do ano de 2023, nos Tribunais Judiciais de Província, estavam pendentes **31,803** processos. Durante o ano deram entrada **72,224** processos, foram findos **71,984** processos e transitaram **32,043** processos para o ano de 2024.

Tabela 6: Movimento processual dos Tribunais Judiciais de Província - 2022/2023

Tribunais Judiciais de Província	Pendentes		Entrados		Findos		Transitados	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Niassa	795	840	786	4,237	741	4,552	840	525
Cabo delgado	1,752	1,894	1,103	968	961	915	1,894	1,947
Nampula	3,795	3,874	2,874	2,725	2,795	2,886	3,874	3,713
Zambézia	1,507	1,555	1,370	1,649	1,322	1,416	1,555	1,788
Tete	1,666	1,180	1,478	1,139	1,964	1,113	1,180	1,206
Sofala	5,276	5,278	3,369	5,770	3,367	5,590	5,278	5,458
Manica	1,439	1,651	1,478	1,862	1,266	1,546	1,651	1,967
Inhambane	3,338	1,389	1,329	2,582	3,278	2,778	1,389	1,193
Gaza	1,624	1,413	1,163	931	1,374	1,124	1,413	1,220
Província de Maputo	3,721	5,271	37,630	47,732	36,080	47,640	5,271	5,363
Cidade de Maputo	6,808	7,458	3,240	2,629	2,590	2,424	7,458	7,663
Total	31,721	31,803	55,820	72,224	55,738	71,984	31,803	32,043

Efectuando uma análise dos dados dos Tribunais Judiciais de Província nota-se que registou-se um aumento da pendência em **10.5%**, na medida em que de **31,803** processos pendentes, a 01 de Janeiro de 2023, passou-se para **32,043** processos pendentes, a 31 de Dezembro de 2023.

Tal facto deveu-se ao aumento, substancial, da procura pelos serviços de justiça, que de **55,820** processos entrados em 2022, passou para **72,224**, processos entrados em 2023, pese embora, o aumento considerável da capacidade de resposta, que se verificou, neste escalão de tribunais, que, efectivamente, de **55,738** processos findos, em 2022, passou para **71,984** processos findos em 2023, num crescimento assinalável de **29,1%**.

9.4. Tribunais Judiciais de Competência Especializada

No ano de 2023 entraram em funcionamento os Tribunais Marítimos da Cidade de Maputo e das Províncias de Nampula e Sofala, passando a integrar o leque de Tribunais de Competência Especializada até então existentes(Menores e Polícia da Cidade de Maputo e Trabalho da Cidade e Província de Maputo), perfazendo um total de **07** tribunais desta categoria .

No início do ano de 2023, encontravam-se pendentes nos Tribunais de Competência Especializada **14,226** processos. Deram entrada ao longo do ano **58,397** processos, foram findos **57,911** processos e transitaram **14,712** para o ano de 2024.

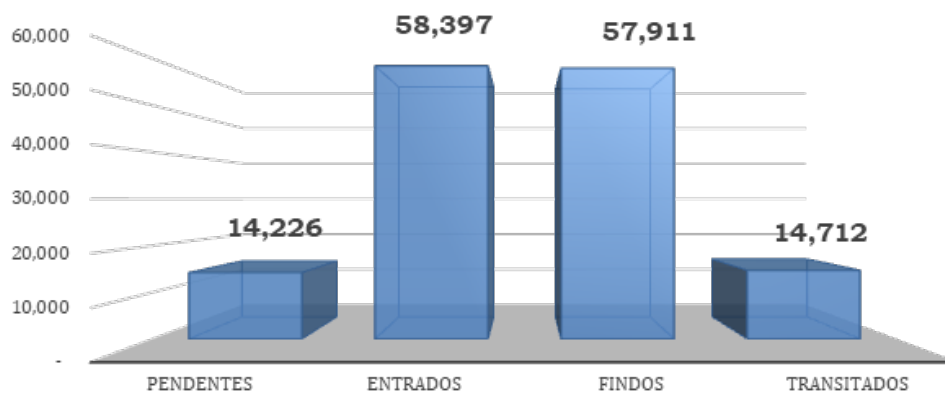
Tabela 7: Movimento processual dos Tribunais de Competência Especializada – 2022/2023

Tribunais de Competência Especializada	Pendentes		Entrados		Findos		Transitados	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Tribunal de Menores da Cidade de Maputo	3,136	3,577	3,513	2,979	3,072	3,422	3,577	3,134
Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo	11,896	7,356	46,323	52,499	50,863	52,133	7,356	7,722
Tribunal de Trabalho da Província de Maputo	978	933	776	1,100	821	908	933	1,125
Tribunal de Trabalho da Cidade de Maputo	2,498	2,360	1,632	1,816	1,770	1,446	2,360	2,730
Tribunal Marítimo da Cidade de Maputo	-	-	-	3	-	2	-	1
Tribunal Marítimo da Província de Sofala	-	-	-	-	-	-	-	-
Tribunal Marítimo da Província de Nampula	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	18,508	14,226	52,244	58,397	56,526	57,911	14,226	14,712

Efectuando uma análise dos dados dos Tribunais de Competência Especializada, comparando os anos de 2022 e 2023, relativamente ao movimento processual, constata-se o seguinte:

- Aumento da procura pelos serviços de justiça, pois, de **52,224** processos entrados em 2022, passou-se para **58,526** processos entrados em 2023, o que representa um incremento de **11,8%**;
- Aumento do número de processos findos, na medida em que de **56,526** processos findos em 2022, passou-se para **57,911** processos findos em 2023, o que corresponde a um aumento da capacidade de resposta, neste escalão de tribunais, em **2,5%**;
- Aumento do número de processos pendentes em **3,4%**, na medida em que de **14,226** processos pendentes, a 01 de Janeiro de 2023, passou-se para **14,712** processos pendentes, a 31 de Dezembro de 2023.

Gráfico 3: Movimento processual dos Tribunais de Competência Especializada – 2023



9.5. Tribunais Judiciais de Distrito

Nos Tribunais Judiciais de Distrito estavam pendentes **85,130** processos, no início do ano de 2023. Deram entrada, durante o ano, **103,410** processos, foram findos **100,670** processos e transitaram **87,870** processos para o ano de 2024.

Tabela 8: Movimento processual dos Tribunais Judiciais de Distrito - 2022/2023

Tribunais Judiciais de Distrito	Pendentes		Entrados		Findos		Transitados	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Niassa	3,271	3,301	4,570	6,559	4,540	7,757	3,301	2,103
Cabo delgado	4,801	5,294	4,545	3,600	4,052	3,649	5,294	5,245
Nampula	11,176	11,962	12,154	12,598	11,368	11,763	11,962	12,797
Zambézia	5,668	7,944	8,218	8,418	5,942	8,194	7,944	8,168
Tete	9,893	9,092	7,474	7,114	8,275	5,824	9,092	10,382
Sofala	5,094	6,059	9,218	10,361	8,253	9,376	6,059	7,044
Manica	3,790	4,236	5,757	5,857	5,311	5,613	4,236	4,480
Inhambane	8,903	5,953	9,225	10,734	12,175	11,473	5,953	5,214
Gaza	4,136	4,867	7,731	7,768	7,000	6,825	4,867	5,810
Província de Maputo	16,042	18,924	18,975	19,962	16,093	19,905	18,924	18,981
Cidade de Maputo	6,658	7,498	10,009	10,439	9,169	10,291	7,498	7,646
Total	79,432	85,130	97,876	103,410	92,178	100,670	85,130	87,870

Efectuando uma análise comparativa dos dados dos Tribunais Judiciais de Distrito constata-se que houve aumento, em **3,2%**, do número de processos pendentes.

Manteve-se a tendência do aumento da procura pelos serviços de justiça, pois, de **97,876** processos entrados, em 2022, passou-se para **103,410**, processos entrados, em 2023, o que corresponde a um incremento de **5,6%**.

Evidenciou-se, como tem sido habitual, o aumento da capacidade de resposta, neste escalão de tribunais, na medida em que de **92,178** processos findos em 2022, passou-se para **100,670**, processos findos em 2023, o que representa um aumento de **9,2%**.

Os processos pendentes registaram um aumento de **3,2%** em 2023, pois, de **85,130** processos pendentes no início de 2023, passou-se para **87,870**, pendentes a 31 de Dezembro de 2023.

Tal facto deveu-se, sobretudo, como se disse antes, ao aumento considerável do número de processos entrados, pese embora o esforço dos magistrados em aumentar continuamente o número de processos findos.

9.6. Serviços de Mediação Judicial

A mediação judicial é um meio alternativo de resolução de litígios através do qual, por mútuo acordo das partes, um mediador judicial certificado facilita a justa composição de um conflito susceptível de confissão, desistência ou transacção, que tenha sido ou não submetido à decisão judicial ou arbitral.

A busca e o incentivo às formas de acesso à justiça alternativa têm sido um dos principais enfoques do Direito Processual Civil, objectivando minimizar o grande fluxo de acções propostas no judiciário, bem como trazer face à celeridade processual na resolução de litígios e à pacificação social.

Como se referiu anteriormente, no capítulo relativo a rede judiciária, no país encontram-se em funcionamento os Serviços de Mediação Judicial do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, desde o dia 19 de Julho de 2019, os Serviços de Mediação Judicial do Tribunal Judicial da Província de Manica, desde o dia 05 de Setembro de 2022 e os Serviços de Mediação Judicial do Tribunal Judicial da Província de Inhambane, desde o dia 06 de Julho de 2023.

No início do ano de 2023, encontrava-se pendente um total de **251** casos, nos Serviços de Mediação Judicial. Durante o ano deram entrada **2,123** casos, da iniciativa das partes e **01** da iniciativa do tribunal, totalizando, assim, **2,124** casos. Foram mediados **961** casos, dos quais **886** findaram por acordo mútuo e **75** resultaram em impasse.

Concomitantemente, foram arquivados **836** casos e transitaram **578** para o ano de 2024, por vários motivos, dentre os quais, a impossibilidade de localização das partes, a indisponibilidade das mesmas e/ou a recusa ao convite para participar da sessão de mediação.

Tabela 9: Movimento processual dos Serviços de Mediação Judicial dos Tribunais Judiciais - 2023

Espécie	Pendentes	Entrados por iniciativa			Casos Mediados			Arquiva- dos	Transita- dos
		Das Partes	Do Tri- bunal	Total	Com Acordo	Sem Acordo	Total		
Contrato	192	1,345	-	1,345	607	40	647	600	290
Arrendamento	15	70	1	71	35	5	40	16	30
Partilha de bens	-	89	-	89	30	7	37	34	18
Conflito de casal	1	33	-	33	11	3	14	11	9
Prestação de Serviços	-	300	-	300	80	10	90	84	126
Acidente de Viação-Danos	-	11	-	11	2	1	3	4	4
Conflito de terra	4	26	-	26	11	2	13	5	12
Questões de Família	8	19	-	19	9	-	9	7	11
Problemas de vizinhança	7	14	-	14	6	1	7	8	6
Compra e venda	8	82	-	82	31	2	33	30	27
Responsabilidade Civil	14	25	-	25	5	1	6	14	19
Herança	-	1	-	1	-	-	-	1	-
Dívidas entre Particulares	2	74	-	74	48	-	48	17	11
Construção	-	1	-	1	1	-	1	-	-
Seguros	-	1	-	1	-	-	-	1	-
Sócios	-	2	-	2	1	-	1	-	1
Bens Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade	-	5	-	5	4	1	5	-	-
Parceria	-	1	-	1	1	-	1	-	-
Outros	-	24	-	24	4	2	6	4	14
Total	251	2,123	1	2,124	886	75	961	836	578

Os dados apresentados evidenciam a eficiência e a maior contribuição dos Serviços de Mediação Judicial dos Tribunais Judiciais na resolução de litígios e consequentemente na redução da pendência prevaiente.

Tabela 10: Movimento processual dos Serviços de Mediação Judicial do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo - 2023

Espécie	Penden-tes	Entrados por iniciativa			Casos Mediados			Arquiva-dos	Transita-dos
		Das Partes	Do Tribunal	Total	Com Acordo	Sem Acordo	Total		
Contratos	191	1,267	-	1,458	547	39	586	593	279
Arrendamento	14	66	1	81	32	5	37	15	29
Partilha de bens	-	85	-	85	29	7	36	32	17
Conflito de casal	-	21	-	21	5	1	6	9	6
Prestação de Serviço	-	134	-	134	33	5	38	38	58
Acidente de Viação	-	10	-	10	1	1	2	4	4
Conflito de terra	4	18	-	22	8	-	8	3	11
Questões de Família	8	19	-	27	9	-	9	7	11
Problemas de vizinhança	7	13	-	20	6	-	6	8	6
Compra e Venda	7	77	-	84	28	2	30	30	24
Responsabilidade Civil	14	23	-	37	3	1	4	14	19
Outros	-	16	-	16	1	1	2	2	12
TOTAL	245	1,749	1	1,995	702	62	764	755	476

Tabela 11: Movimento processual dos Serviços de Mediação Judicial do Tribunal Judicial da Província de Manica - 2023

Espécie	Pendentes	Entrados por iniciativa			Casos Mediados			Arquivados	Transitados
		Das Partes	Do Tribunal	Total	Com Acordo	Sem Acordo	Total		
Contrato	1	2	-	3	1	-	1	-	2
Arrendamento	1	1	-	2	1	-	1	-	1
Partilha de bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conflito de casal	1	7	-	8	3	2	5	1	2
Prestação de Serviços	-	150	-	150	40	5	45	42	63
Acidente de Viação-Danos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conflito de terra	-	2	-	2	-	2	2	-	-
Questões de Família	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Problemas de vizinhança	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra e venda	1	3	-	4	1	-	1	-	3
Responsabilidade Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Herança	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas entre Particulares	2	15	-	17	13	-	13	-	4
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6	180	-	186	59	9	68	43	75

Tabela 12: Movimento processual dos Serviços de Mediação Judicial do Tribunal Judicial da Província de Inhambane - 2023

Espécie	Penden- tes	Entrados por iniciativa			Casos Mediados			Arquivados	Transita- dos
		Das Partes	Do Tri- bunal	Total	Com Acordo	Sem Acordo	Total		
Contrato	-	76	-	76	59	1	60	7	9
Arrendamento	-	3	-	3	2	-	2	1	-
Partilha de bens	-	4	-	4	1	-	1	2	1
Conflito de casal	-	5	-	5	3	-	3	1	1
Prestação de Serviços	-	16	-	16	7	-	7	4	5
Acidente de Viação-Danos	-	1	-	1	1	-	1	-	-
Conflito de terra	-	6	-	6	3	-	3	2	1
Questões de Família									
Problemas de vizinhança	-	1	-	1	-	1	1	-	-
Compra e venda	-	2	-	2	2	-	2	-	-
Responsabilidade Civil	-	2	-	2	2	-	2	-	-
Herança	-	1	-	1	-	-	-	1	-
Dívidas entre Particulares	-	59	-	59	35	-	35	17	7
Construção	-	1	-	1	1	-	1	-	-
Seguros	-	1	-	1	-	-	-	1	-
Sócios	-	2	-	2	1	-	1	-	1
Bens Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade	-	5	-	5	4	1	5	-	-
Parceria	-	1	-	1	1	-	1	-	-
Outros	-	8	-	8	3	1	4	2	2
TOTAL	-	194	-	194	125	4	129	38	27

9.7. Estado da Legalidade

Durante o ano de 2023, foram detidos, por ordem judicial, **16,963** arguidos, dos quais **3,249**, a nível dos Tribunais Judiciais de Província e **13,714** arguidos, a nível dos Tribunais Judiciais de Distrito.

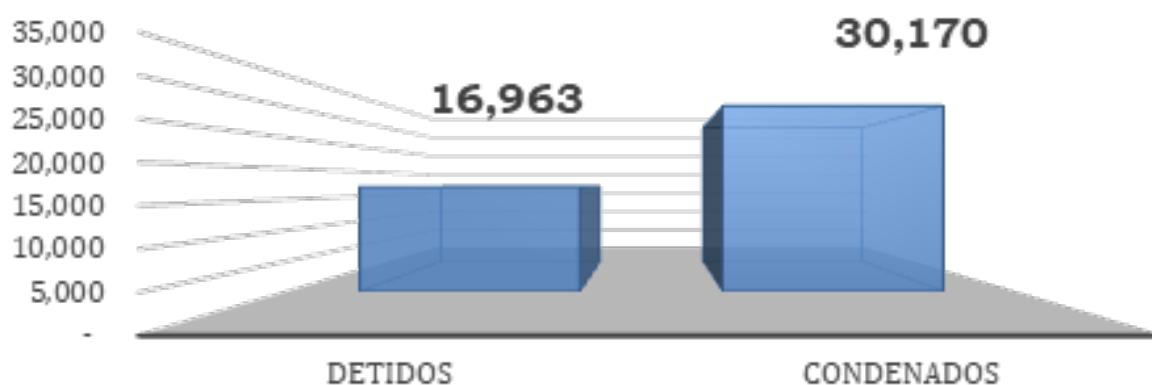
Atinente às penas privativas de liberdade, durante o ano de 2023, foram julgados e condenados **30,170** arguidos, dos quais **4,568**, pelos Tribunais Judiciais de Província e **25,602**, pelos Tribunais Judiciais de Distrito.

Tabela 13: Movimento de detidos e condenados - 2022/2023

Tribunais Judiciais	Detidos		Condenados	
	2022	2023	2022	2023
Província	2,170	3,249	1,741	4,568
Distritos	16,305	13,714	33,918	25,602
Total	18,475	16,963	35,659	30,170

Fazendo uma leitura à ilustração gráfica, constata-se que, no ano de 2023 houve a tendência decrescente do número de detidos, uma vez que de **18,475** detidos em 2022, passou-se para **16,963** detidos em 2023.

Gráfico 4: Movimento de detidos e condenados - 2023



Tal facto é demonstrativo do esforço que tem sido continuamente desencadeado pelos Tribunais Judiciais, em parceria com os demais órgãos do sector de Administração da Justiça, visando a redução de arguidos presos preventivamente, a aguardar julgamento.

10. Conselho Superior da Magistratura Judicial

10.1. Composição e funções do Conselho Superior da Magistratura Judicial

O Conselho Superior da Magistratura Judicial é o órgão de gestão e disciplina da magistratura judicial, composto pelo Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Supremo, que exercem as funções por inerência, **02** personalidades designadas pelo Presidente da República, **05** membros eleitos pela Assembleia da República, **07** Juízes e **04** Oficiais de Justiça eleitos pelos seus pares.

As funções de membro do Conselho Superior da Magistratura são exercidas por um mandato de 5 anos. O mandato 2019 – 2024 iniciou a 19 de Agosto de 2019.

Actualmente, o Conselho Superior da Magistratura Judicial é constituído pelos seguintes membros:

Presidente - **Adelino Manuel Muchanga**;

- Vice-Presidente - **João António da Assunção Baptista Beirão**;
- Personalidades designadas pelo Presidente da República - **Maria Teresa Valente** e **Alberto Carlos Cauio**;
- Personalidades eleitas pela Assembleia da República - **Luzia Raimundo Jamal Munete**, **Manuel Lapucheque**, **Francisco João José Dias**, **Arnaldo Alberto Tivane** e **Joaquim Veríssimo**;
- Magistrados eleitos pelos seus pares - **António Paulo Namburete** (Juiz Conselheiro), **Henrique Carlos Xavier Cossa** (então Juiz Desembargador), **Amina Marisa Ibraimo Abudo** (Juíza Desembargadora); **Julião Carlos Orlando Zunguze** (Juiz de Direito A), **Carlos Pedro Mondlane** (Juiz de Direito B), **Mahomed Khaled Mahomed Iqbal Varinda** e **Hélio Hugo de Almeida Canjale** (Juízes de Direito C);
- Oficiais de Justiça eleitos pelos seus pares - **Maria Fernanda Monteiro Gelane Nehama**, **Maria Teresa de Sousa Coutinho**, **Isaías Jacob Cumbane** e **Sérgio Fernando Matavele** (Secretários Judiciais).

10.2. Magistrados Judiciais

Os Tribunais Judiciais contam, actualmente, com um universo de **508** Magistrados Judiciais, dos quais **217** mulheres e **291** homens, sendo que **484** se encontram em exercício efectivo de funções, **20** em comissão de serviço e **04** em licença registada ou por doença.

Tabela 1: Distribuição de magistrados, por categoria, situação de vinculação e género - 2023

Categoria	Magistra- dos em exercício de funções	Magistrados em comissão de serviço								Licença Regis- tada			Total
		Natureza Judicial			Natureza não Judicial								
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	
Juiz Conselheiro	2	7	9	1	2	3	1	0	1	0	0	0	13
Juiz Desembargador	13	37	50	7	4	11	1	0	1	0	0	0	62
Juiz de Direito A	27	34	61	1	0	1	0	0	0	0	1	1	63
Juiz de Direito B	43	44	87	1	0	1	1	0	1	0	0	0	89
Juiz de Direito C	53	70	123	0	0	0	0	0	0	2	0	2	125
Juiz de Direito D	63	91	154	1	0	1	0	0	0	0	1	1	156
Total	201	283	484	11	6	17	3	0	3	2	2	4	508

Gráfico 1: Magistrados, Judiciais por género - 2023



Durante o ano judiciário de 2023, registaram-se **02** óbitos, aposentação de **05** magistrados, dos quais **01** Juiz Conselheiro, **01** Desembargador e **03** Juízes de Direito B e a demissão de **01** magistrado.

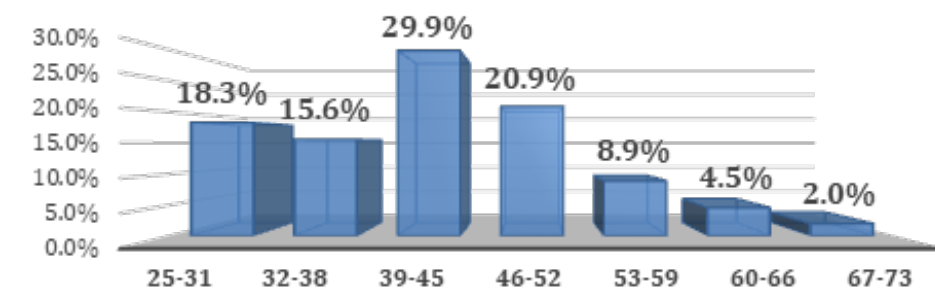
Dos **508** Magistrados Judiciais existentes no país, **152** encontram-se na faixa etária dos 39 a 45 anos de idade, **106** na faixa etária dos 46 a 52 anos de idade e **93** na faixa etária dos 25 a 38 anos de idade, que, basicamente, corresponde ao nível de ingresso e nas categorias de Juízes de Direito C e D.

Tabela 2: Magistrados Judiciais, por categoria e por intervalo de idade - 2023

Categoria	25-31	32-38	39-45	46-52	53-59	60-66	67-73	Total
Juiz Conselheiro	0	0	0	2	4	2	5	13
Juiz Desembargador	0	0	0	28	21	12	1	62
Juiz de Direito A	0	0	22	28	9	4		63
Juiz de Direito B	0	10	51	16	5	4	3	89
Juiz de Direito C	5	38	49	25	6	1	1	125
Juiz de Direito D	88	31	30	7	0	0	0	156
Total	93	79	152	106	45	23	10	508

Fazendo uma análise do gráfico constata-se que **29,9%** de magistrados encontram-se na faixa etária dos 39 a 45 anos de idade, seguidos da faixa etária dos 46 a 52 anos de idade, com **20,9%** e, por fim, a faixa etária de magistrados nos níveis de ingresso, com **18,3%** nas categorias de Juízes de Direito C e D.

Gráfico 2: Magistrados Judiciais, por categoria e intervalo de idade - 2023

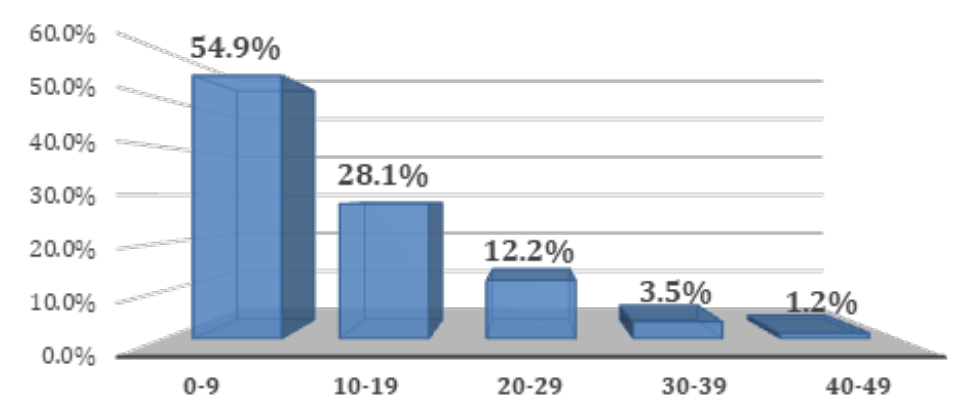


Tendo em conta o tempo de serviço, há que considerar que **54.9%** de Magistrados Judiciais têm o tempo de serviço inferior a 10 anos, o correspondente a **279** magistrados e **28,1%** com o tempo de serviço no intervalo de 10 a 19 anos, o equivalente a **143** magistrados.

Tabela 3: Relação de Magistrados, por categoria e intervalo de tempo de serviço - 2023

Categoria	0-9	10-19	20-29	30-39	40-49	Total
Juiz Conselheiro	0	3	3	4	3	13
Juiz Desembargador	0	14	42	5	1	62
Juiz de Direito A	1	47	11	4	0	63
Juiz de Direito B	13	63	6	5	2	89
Juiz de Direito C	109	16	0	0	0	125
Juiz de Direito D	156	0	0	0	0	156
Total	279	143	62	18	6	508

Gráfico 3: Magistrados por intervalo de tempo de serviço, em % - 2023



10. 3. Gestão e disciplina de Magistrados Judiciais e de Oficiais de Justiça

No exercício de 2023, o Conselho Superior da Magistratura Judicial reuniu-se de Fevereiro a Dezembro, **04** vezes em sessão do Plenário e **06** vezes em sessão da Comissão Permanente, nas quais deliberou e deu seguimento às matérias seguintes:

10.3.1. Nomeações

Foram nomeados **27** Juízes de Direito D, para os Tribunais Judiciais dos Distritos de: Cuamba, Muembe, 2ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Lichinga, 1ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Cuamba (Niassa); Meluco, Ibo, 1ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Mocímboa da Praia, 2ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Mocímboa da Praia, 2ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Montepuez Palma, Mueda (Cabo Delgado); Lalau e Nacarôa (Nampula); Namarrói, e 2ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Milange (Zambézia); Tsangano, Mutarara, 2ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Cahora Bassa (Tete); Macossa, 3ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Chimoio, 2ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Sussundenga, 2ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Bárue (Manica); Nhamatanda, e 2ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade da Beira (Sofala); 2ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Zavala, e 2ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Vilankulo (Inhambane); Tribunal Judicial do Distrito de Massangena (Gaza).

10.3.2 Transferências

- Foram Transferidos **82** magistrados judiciais para diversos tribunais;

Tiveram ainda lugar, os seguintes actos:

- Nomeação interina de **10** magistrados;
- Nomeação definitiva de **38** magistrados;
- Afectação temporária de **16** magistrados;
- Cessação de afectação temporária de **06** magistrados;
- Destacamento de **01** magistrado;
- Cessação de licença registada de **01** magistrado;
- Promoções da categoria de Juízes de Direito B para A: **32** magistrados;
- Promoções da categoria de Juízes de Direito D para C: **27** magistrados.

10.3.3. Concursos

- Foi aberto **01** concurso de promoção de juízes para a categoria de Juiz Direito B.

10.3.4. Exposições

No período em análise, deram entrada **209** exposições, das quais **157** contra Magistrados Judiciais e **52** contra Oficiais de Justiça, tendo sido apreciadas **136**.

Do total de exposições que deram entrada, **130** foram apreciadas, e resultaram no seguinte:

- **74** Arquivadas;
- **04** Arquivadas e recomendado aos juízes visados, celeridade na tramitação processual;
- **03** Recomendadas aos Juízes visados, celeridade na tramitação dos respectivos processos;
- **02** Aplicação da pena de advertência contra magistrado judicial;
- **03** Aplicação da pena de advertência contra Oficiais de Justiça;
- **25** Instauração de processos disciplinares contra Oficiais de Justiça;
- **04** Instauração de processos de inquérito contra magistrados judiciais;
- **03** Instauração de processos de inquérito contra Oficiais de Justiça;
- **05** Instauração de processos de averiguação;
- **01** Inspeção Judicial, para os devidos efeitos;
- **03** Instauração de sindicância.

Nota: Aguardam pronunciamento dos visados **16** exposições, **27** aguardam decisão e **36** exposições encontram-se em tramitação, aguardando pela elaboração de pareceres.

10.3.5. Reclamações

No período em análise deram entrada **13** reclamações visando deliberações do CSMJ, perfazendo um total de **16** exposições, adicionadas a **03** que deram entrada em Dezembro de 2023, que aguardam pela realização do plenário.

Produzidos os respectivos pareceres, foram as mesmas submetidas à apreciação e decisão do Plenário, sendo que:

- **15** Julgadas improcedentes;
- **01** Julgada parcialmente procedente, e aplicada ao reclamante a pena de despromoção, em substituição da pena de expulsão.

10.3.6. Processos disciplinares

Ao longo do período em análise, o Conselho Superior da Magistratura Judicial autuou **37** processos disciplinares, sendo **07** contra magistrados judiciais e **31** contra Oficiais de Justiça, dos quais **01** contra o Magistrado Judicial e oficial de justiça no mesmo processo.

No decurso do período em causa, o Conselho Superior da Magistratura Judicial procedeu, também, à análise de **18** processos disciplinares, referentes a Magistrados Judiciais e **31** processos disciplinares, referentes aos Oficiais de Justiça, que culminaram em:

Relativamente aos Magistrados Judiciais:

- **04** Arquivados;
- **01** Aplicação da pena de demissão;
- **03** Aplicação da pena de repreensão registada;
- **01** Aplicação da pena de multa;
- **08** Aplicação da pena de despromoção;
- **01** Devolução ao instrutor para a realização de diligências.

Relativamente aos Oficiais de Justiça:

- **07** Arquivados;
- **03** Aplicação da pena de advertência;
- **09** Aplicação da pena de multa;
- **04** Aplicação da pena de despromoção;
- **01** Aplicação da pena de demissão;
- **06** Aplicação da pena de expulsão;
- **07** Aplicação da pena de repreensão pública;
- **01** Submetido o visado à Junta Médica.

NB: **04** dos processos disciplinares apreciados contam com mais de um arguido (Juízes e oficiais de justiça) no mesmo processo (na qualidade de co-arguidos).

10.3.7. Processos de Inquérito

Ao longo do ano em curso, o Conselho Superior da Magistratura Judicial, autuou **08** processos de inquérito, **04** referentes a Magistrados Judiciais e **04** referentes a Oficiais de Justiça.

No decurso do período em referência, foram analisados **05** processos de inquérito, referentes a Magistrados Judiciais, dos quais:

- **02** Arquivados;
- **01** Aplicação da pena de advertência;
- **01** Aplicação da pena de repreensão pública;
- **01** Convertido em processo disciplinar.

10.3.8. Processos de Averiguação

Ao longo do ano de 2023 foram autuados **05** processos de averiguação, sendo **03** contra Magistrados Judiciais e **02** contra Oficiais de Justiça.

10.3.9. Processos de Sindicância

Ao longo do período em análise, autuados **03** processos de sindicância.

10.3.10. Inspecções Judiciais

No período em análise foram apreciados **07** relatórios de inspecções judiciais, sendo que **06** culminaram com a remessa dos mesmos ao Tribunal Supremo, tendo-se recomendado à Inspecção Judicial a fazer o acompanhamento e verificação do grau de cumprimento das recomendações deixadas e **01** resultou em processo disciplinar.

10.3.11. Nomeações em Comissão de Serviço

O Presidente do Tribunal Supremo, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 24/2007, de 20 de Agosto - Lei de Organização Judiciária, com as alterações introduzidas pela Lei nº 24/2014, de 23 de Setembro e, ainda, pela Lei nº 11/2018, de 03 de Outubro, nomeou, em Comissão de Serviço, **03** Juízes Presidentes dos Tribunais Marítimos das Província de Sofala e Nampula e Cidade de Maputo e **92** Juízes Presidentes de Secção para os Tribunais Judiciais de Província e de Tribunais Distrito, por despachos separados, ouvido o Conselho Superior da Magistratura Judicial, totalizando **95** nomeações em comissão de serviço.

10.4. Código da ética dos Magistrados Judiciais

O Conselho Superior da Magistratura Judicial, em parceria com a Agência das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), procedeu no dia 24 de Abril de 2023, na Cidade de Maputo, ao lançamento do Código de Ética dos Magistrados Judiciais.

Trata-se de um instrumento que estabelece os princípios e normas de conduta da ética judicial, aplicáveis a todos os Magistrados Judiciais, de todas as categorias, em exercício efectivo de funções.

O Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, **Adelino Manuel Muchanga**, no discurso de ocasião, anotou que o lançamento do Código de ética dos Magistrados, revela a preocupação do Judiciário, na materialização dos valores e princípios intrínsecos à magistratura judicial, a destacar, a integridade, a imparcialidade, a independência, a honestidade, a probidade, a cortesia, o bom-senso, a serenidade, o equilíbrio, a maturidade, a descrição e a sabedoria.

O Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial referiu, ainda, que espera que o Código de Ética sirva de base para avaliar a adequação das condutas dos magistrados judiciais, contribuindo para o fortalecimento e aplicação do significado social da profissão.

11. Comissão de Ética Pública do Tribunal Supremo

Teve lugar, no dia 14 de Fevereiro de 2023, a tomada de posse da Comissão de Ética Pública do Tribunal Supremo, em cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 51, da Lei n.º 16/2012, de 14 de Agosto – Lei de Probidade Pública, que preconiza a criação de Comissões de Ética Pública nos Órgãos Centrais do Estado, visando garantir e fiscalizar a aplicação das normas do sistema de conflitos de interesse.

Trata-se de **Margarida Macamo**, Presidente da Comissão de Ética Pública do Tribunal Supremo, nomeada por despacho de 07 de Outubro 2022, do Presidente do Tribunal Supremo, **Leonardo André Muchanga** e **Dinis Florêncio Mendes**, membros da Comissão, eleitos pelos funcionários do Tribunal Supremo, em escrutínio que teve lugar no dia 31 de Agosto de 2022.



Membros da Comissão de Ética Pública do Tribunal Supremo. No centro, a Presidente da Comissão, **Margarida Macamo**, ladeada, a esquerda por **Leonardo André Muchanga** e à direita, **Dinis Florêncio Mendes**

O Secretário-Geral dos Tribunais Judiciais, **Jeremias Alfredo Manjate**, na intervenção de ocasião, referiu que a posse da Comissão de Ética Pública do Tribunal Supremo representa um marco histórico para o Tribunal Supremo, pois trata-se da primeira Comissão instalada na história da instituição, num processo bastante concorrido e com maior participação de funcionários, o que acaba conferindo maior legitimidade aos membros eleitos.

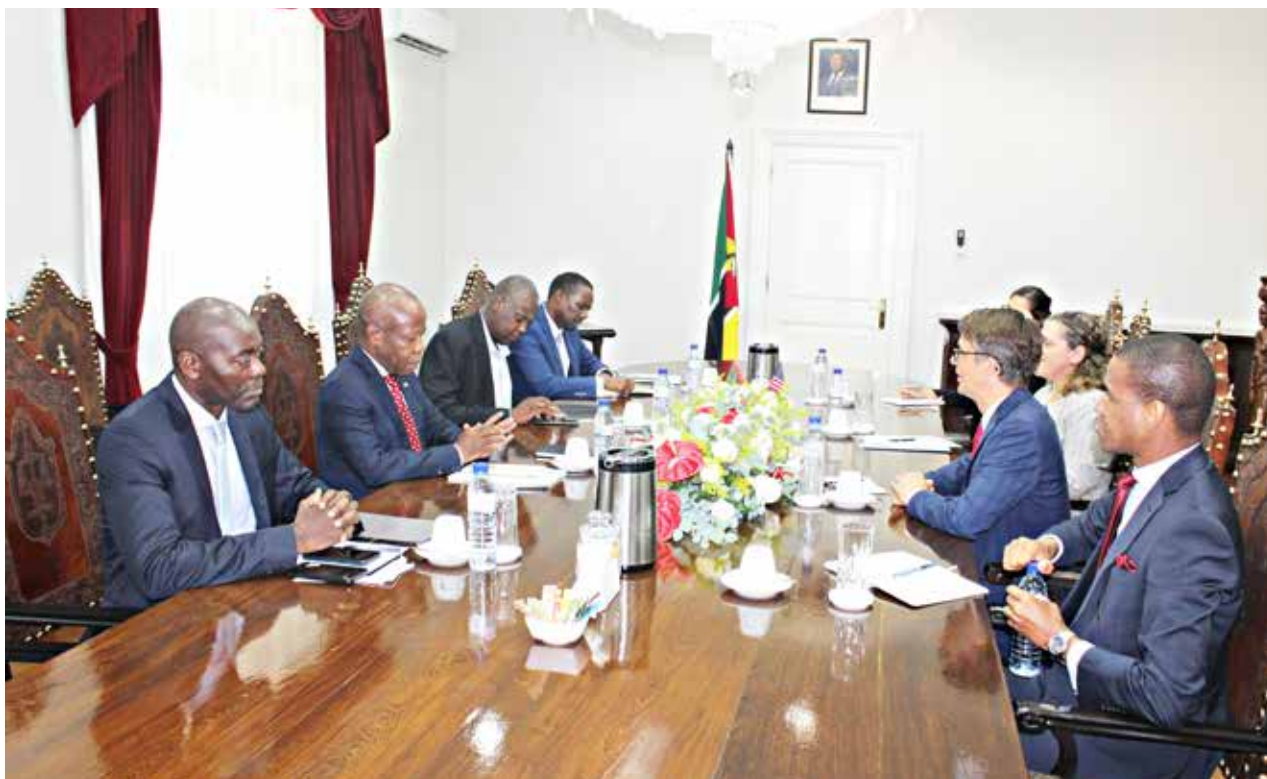
O Secretário-Geral dos Tribunais Judiciais apontou, ainda, que a Comissão da Ética Pública do Tribunal Supremo tem a missão de garantir a aplicação e fiscalização das normas do sistema de conflito de interesses, contribuindo no aumento e garantia da transparência, moralidade e imparcialidade públicas na actuação e cumprimento dos deveres e obrigações dos funcionários do tribunal.

A cerimónia da tomada de posse da Comissão da Ética Pública do Tribunal Supremo foi testemunhada por gestores, Oficiais de Justiça e assistentes de Oficiais de Justiça e funcionários de carreira de regime geral do Tribunal Supremo.

12. Relações de Cooperação e Intercâmbio

12.1. Visita do Embaixador dos Estados Unidos da América ao Tribunal Supremo

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, recebeu, no dia 09 de Fevereiro de 2023, o Embaixador dos Estados Unidos da América, acreditado em Moçambique, **Peter H. Vrooman**.



Pormenores do encontro de trabalho entre o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga** e o Embaixador dos Estados Unidos da América, acreditado em Moçambique, **Peter H. Vrooman**

Na reunião, o Presidente do Tribunal Supremo **Adelino Manuel Muchanga**, partilhou a informação relativa à organização e funcionamento dos Tribunais Judiciais e os desafios do sistema judicial relativos à acessibilidade, independência, modernização, integridade, celeridade e qualidade das decisões proferidas, a aproximação da justiça ao cidadão, entre outros.

Por seu turno, o Embaixador dos Estados Unidos da América, acreditado em Moçambique, **Peter H. Vrooman**, garantiu o apoio ao Sector da Justiça, na mitigação dos desafios prementes, particularmente os relativos à consolidação da democracia e à realização das eleições gerais de 2024.

O Embaixador dos Estados Unidos da América, acreditado em Moçambique, no quadro da visita ao Tribunal Supremo, escalou o Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, onde inteirou-se do funcionamento das secções cíveis e comerciais do tribunal, do Sistema de Expediente e Informação Judicial Electrónico e, também, dos Serviços de Mediação Judicial do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo.

12.2. Visita da Embaixadora da Holanda ao Tribunal Supremo

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, recebeu, no seu gabinete de trabalho, a Embaixadora dos Países Baixos, **Elisabeth Akkerman**, no dia 22 de Maio de 2023, para uma visita de cortesia.



Pormenores da reunião de trabalho entre o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga** e a Embaixadora dos Países Baixos, **Elisabeth Akkerman**

Na ocasião, o Presidente do Tribunal Supremo e a Embaixadora da Holanda, reconheceram as boas e históricas relações de cooperação existentes entre Moçambique e Holanda e, especialmente, com o Judiciário, a destacar, a implantação do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, o projecto sobre a terra e a formação de magistrados, especialmente na área de adopção internacional, que foram materializados com o apoio de Holanda.

As partes partilharam, igualmente, os desafios e oportunidades no âmbito do reforço da cooperação entre os dois países e do desenvolvimento do Direito Internacional, bem como a semana da justiça de Haia, que decorre de 05 a 09 de Junho de 2023, na qual Moçambique participou.

12.3. Visita da Presidente do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos ao Tribunal Supremo

O Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão**, recebeu, no dia 09 de Agosto de 2023, em Maputo, a Presidente do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos, **Imani Daud Abaud**, à margem da visita que esta efectua a Moçambique.



Pormenores do encontro de trabalho entre o Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão** e a Presidente do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, **Imani Daud Abaud**

Na ocasião, o Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão**, partilhou a informação relativa à organização e funcionamento dos Tribunais Judiciais e do sistema de Administração da Justiça moçambicano.

O Vice-Presidente do Tribunal Supremo referiu que na temática dos direitos humanos em Moçambique, na região norte do país, principalmente na província de Cabo Delgado, assolada pelas acções do terrorismo, provocando a destruição das habitações da população, falta de alimentos e aumento do número de deslocados, podem ocorrer situações de violação dos direitos humanos.

O Vice-Presidente do Tribunal Supremo anotou que para fazer face às eleições em vista, previstas para 11 de Outubro de 2023, os Tribunais Judiciais estão preparados para atender a qualquer situação que eventualmente do processo possa resultar.

Por sua vez, a Presidente do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, **Imani Daud Abaud**, referiu que este tribunal está totalmente empenhado em promover um diálogo mais estreito com o Poder Judiciário de Moçambique, com o objectivo comum de assegurar a protecção dos direitos humanos.

A Presidente do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, instou o Governo de Moçambique a depositar a Declaração, a fim de viabilizar o acesso directo ao Tribunal por parte de indivíduos e organizações não governamentais, e isso abrirá caminho para o aprofundamento da jurisprudência sobre normas universais dos direitos humanos, resultando em benefícios não apenas para os moçambicanos, mas também para todos os cidadãos do continente africano.

No encontro, as partes assumiram o interesse de assinar um memorando de entendimento entre as duas instituições que poderá abranger os domínios de investigação, publicações, formações, conferências nacionais e internacionais, colóquios e programas de intercâmbios, entre outros.

Refira-se que o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, com sede em Arusha, Tanzânia, tem a competência contenciosa e consultiva.

O Tribunal Africano foi estatuído através do Protocolo da Carta Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos, que foi adoptada em 1998 e os Primeiros juízes foram eleitos em 2006 e Moçambique é Estado Parte do protocolo, tendo depositado o instrumento de ratificação a 27 de Julho de 2004.



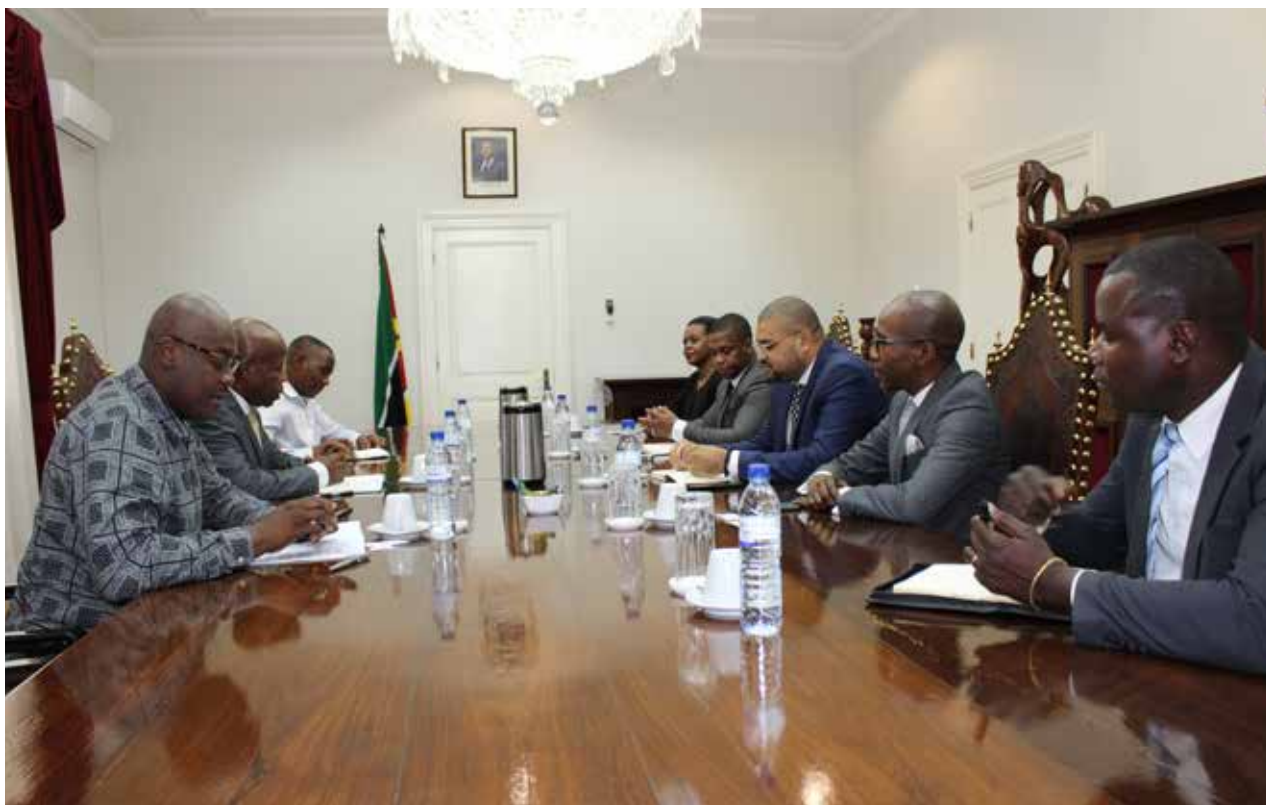
Participantes no encontro de trabalho entre o Vice - Presidente do Tribunal Supremo e a Presidente do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos.

12.4. Visita do Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique ao Tribunal Supremo

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, recebeu, no dia 05 de Setembro de 2023, o Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, **Carlos Martins**, para uma visita de cortesia, a primeira que efectuou na qualidade de Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique.

O Presidente do Tribunal Supremo fez-se acompanhar, na ocasião, pelo Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão**, e pelo Director do Gabinete de Comunicação e Imagem do Tribunal Supremo, **André Cháile**.

Integraram a delegação do Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, o Vice-Presidente da Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, **Arlindo Guilamba**, o Presidente do Conselho Jurisdicional, **Hermenegildo Guilaze** e a Tesoureira da Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, **Thera Dai**.



Pormenores do encontro de trabalho do Presidente do Tribunal Supremo com o Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique

O Presidente do Tribunal Supremo felicitou o Bastonário da Ordem dos Advogados e seu elenco pela eleição para o mandato na liderança dos destinos da Ordem dos Advogados de Moçambique.

No encontro as partes assumiram o compromisso de que juntos são mais fortes, renovaram princípios e valores, iniciativas e desafios comuns para a provisão e melhoria da qualidade da justiça administrada, designadamente, a integridade, a litigância responsável,

o patrocínio jurídico às pessoas carenciadas pela Ordem dos Advogados de Moçambique, a ética e bom relacionamento entre o juiz e o advogado nas audiências, a formação contínua de magistrados e de advogados em matéria processual, sobretudo na iniciação da carreira, a modernização, a justiça itinerante, a realização conjunta de colóquios, congressos jurídicos e jornadas científicas, bem ainda, a reforma legal.

O Presidente do Tribunal Supremo e o Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique realizaram, igualmente, a reflexão sobre a problemática da corrupção que afecta as classes da magistratura e de advogados, entre outros.

12.5. Visita do Presidente da African Defenders, Rede Pan – African de Defensores dos Direitos Humanos ao Tribunal Supremo

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, recebeu, no dia 29 de Setembro de 2023, a visita de cortesia, do Presidente da Rede Pan – African de Defensores dos Direitos Humanos, **Hassan Shire**.

Participaram no encontro, o Juiz Conselheiro, **Luís António Mondlane**, o Secretário-Geral dos Tribunais Judiciais, **Jeremias Alfredo Manjate**, e o Presidente da Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos, **Adriano Nuvunga**.



Pormenores do encontro de trabalho entre o Presidente do Tribunal Supremo e o Presidente da African Defenders, Rede Pan – Africana de Defensores dos Direitos Humanos

No encontro, o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, partilhou a informação sobre a organização, funcionamento e desafios do momento dos Tribunais Judiciais.

As partes, ainda, realizaram uma reflexão sobre o desafio do acesso à justiça, designadamente, as custas judiciais, cuja falta de pagamento pelos cidadãos carenciados tem limitado o acesso a estes aos serviços de justiça, a necessidade de uma colaboração mútua e institucional na temática dos direitos humanos, entre outros pontos.

A propósito, o Presidente da Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos, **Adriano Nuvunga**, apontou que as custas judiciais condicionam o acesso à justiça, pelos cidadãos que não dispõem de condições financeiras para o pagamento, estavam pendentes de tramitação 112 processos, devido à falta de pagamento de preparos.

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, reconheceu o desafio premente de tornar a justiça acessível a todos, todavia, referiu que ninguém deve ficar para trás, por falta de dinheiro, decorrente do respeito do comando Constitucional, do direito de acesso à justiça.

O Presidente do Tribunal Supremo, anotou que a interpretação da norma de acesso à justiça não tem sido consensual, suscita subjectivismo, no entanto, afiançou que está no pacote do projecto da reforma da justiça a revisão do Código das Custas Judiciais.

O Presidente do Tribunal Supremo, referiu, ainda, que a ideia não é isentar do pagamento de preparos, contanto que a preparação de processos acarreta custos administrativos, o que sobrecarregaria os tribunais, mas a legislação terá que definir critérios objectivos.

A propósito, anotou o Presidente do Tribunal Supremo que no sistema vigente existem mecanismos que decorrem da lei para suprir a situação de cidadãos carenciados, designadamente, a assistência jurídica através do Instituto de Patrocínio Jurídico e Judiciário e da Ordem dos Advogados de Moçambique.

O Presidente do Tribunal Supremo, ainda anotou, que o crime de branqueamento de capitais periga a subsistência do Estado e do sistema financeiro e imobiliário, este último que floresce a olhos de todo, sustentado pela circulação de “dinheiro vivo”, que escapa do controlo do Estado.

O Presidente do Tribunal Supremo assegurou que “na parte dos tribunais, o assunto do branqueamento de capitais é tomado com muita seriedade e está sendo criada a capacidade de resposta e de celeridade processual dos assuntos que chegam aos tribunais”.

Refira-se que a African Defenders, Rede Pan - African de Defensores dos Direitos Humanos é um mecanismo africano que trabalha no apoio à organizações regionais dedicadas à defesa dos direitos humanos..

12.6. Visita dos Operadores do Judiciário do Reino de Eswatini ao Tribunal Supremo

No âmbito do Projecto de Justiça e Cidadania, cerca de **70** operadores do Judiciário do Reino de Eswatini, entre magistrados e Oficiais de Justiça, visitaram, entre os dias 26 e 29 de Novembro de 2023, o Tribunal Supremo de Moçambique.

A visita de 04 dias, foi marcada, de entre outras actividades, pela passagem pelos cartórios, biblioteca e sala de audiências de discussão e julgamento e, ainda, pela realização de uma partida de futebol 11, envolvendo as equipas do Tribunal Supremo e do Judiciário do Reino de Eswatini, que terminou com o resultado de **4 a 0**, a favor do Tribunal Supremo.

A partida de futebol 11, teve lugar no dia 28 (Sábado), no campo de AFRIM, e foi honrada pela participação do Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, que alinhou no 11 inicial, na qualidade de capitão da equipa.



O onze inicial do Tribunal Supremo de Moçambique na partida de futebol com a equipa do Judiciário do Reino de Eswatini



O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, com a equipa de arbitragem



Momento de saudação entre os jogadores das equipas de futebol do Tribunal Supremo e do Reino de Eswatini



Participantes no jogo de futebol entre as equipas do Tribunal Supremo e do Judiciário do Reino de Eswatini

12.7. Visita da Missão do Instituto para os Direitos Humanos e o Desenvolvimento em África visita ao Tribunal Supremo

O Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão**, recebeu, no dia 07 de Dezembro de 2023, em Maputo, **Oludayo Fagbemi** e **Chipo Irene Rushwaya**, Oficial Jurídico Sénior e Oficial Jurídica, respectivamente, do Instituto para os Direitos Humanos e o Desenvolvimento em África (IHRDA), à margem do workshop sobre os direitos da criança que aquele organismo realizou em Maputo.

Acompanharam o Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **Henrique Carlos Xavier Cossa**, e **Felicidade Sandra Machatine Ten Jua**, Juízes Conselheiros do Tribunal Supremo.



Participantes no encontro de trabalho entre o Vice - Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão** e a Missão do Instituto para os Direitos Humanos e o Desenvolvimento em África

No encontro o Vice-Presidente do Tribunal Supremo partilhou a informação sobre a estrutura, organização e funcionamento do sistema judiciário moçambicano, critérios e procedimentos de recrutamento e nomeação de Magistrados Judiciais e garantias da independência dos juizes, entre outros.

Por outro lado, a Missão do Instituto para os Direitos Humanos e o Desenvolvimento em África, manifestou o interesse em partilhar com o Tribunal Supremo, a plataforma do organismo internacional e o sistema de análise de dados de promoção e defesa dos direitos humanos, para que os magistrados nacionais possam ter acesso para fundamentar as sentenças.

13. Participação do Tribunal Supremo em eventos internacionais

13.1. Participação de Moçambique no III Simpósio Regional sobre o Direito Ambiental em África e Conferência Geral da Rede Africana de Educação Judicial sobre o Direito Ambiental (AJENEL)

O Presidente do Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, participou, nos dias 03 a 05 de Abril de 2023, em Nairobi, República do Quênia, no III Simpósio Regional sobre o Direito Ambiental em África e Conferência Geral da Rede Africana de Educação Judicial sobre o Direito Ambiental (AJENEL), subordinado ao lema *“Fortalecer o Papel dos Judiciários no Enfrentamento das Mudanças Climáticas em África”*.



Participantes no III Simpósio Regional sobre o Direito Ambiental em África e Conferência Geral da Rede Africana de Educação Judicial sobre o Direito Ambiental (AJENEL)

Participaram no evento os Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça de África, Magistrados, Educadores Judiciais, Chefes de Instituições de Educação Judicial, Profissionais e especialistas do continente africano, em educação judicial sobre o direito do ambiente.

A realização do III Simpósio Regional sobre o Direito Ambiental em África e Conferência Geral da Rede Africana de Educação Judicial sobre o Direito Ambiental (AJENEL) assinala o compromisso do Judiciário de defender a justiça ambiental e de fomentar os diálogos judiciais regionais.

Os judiciários têm um papel a desempenhar na garantia da gestão ambiental, justiça e sustentabilidade para o continente africano, até porque as medidas de adaptação e mitigação necessárias para que o continente responda de forma optimizada às mudanças climáticas exigem soluções abrangentes e colaborativas e o diálogo judicial transnacional é uma dessas medidas.

Os tribunais, guardiões da justiça, desempenham um papel central em garantir a responsabilidade e a fidelidade aos princípios constitucionais e convenções internacionais relativos à protecção ambiental e aos compromissos internacionais e regionais para enfrentar as mudanças climáticas, como é o caso do alcance da meta global de limitar o aumento da temperatura média abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais.

A realização do III Simpósio Regional sobre o Direito Ambiental foi antecedida do Colóquio de Joanesburgo (2017), da Declaração de Yaoundé (2018) e do II Simpósio Regional sobre o Direito Ambiental, realizado em Maputo (2018).

O Colóquio de Joanesburgo aprovou o plano de acção que reconheceu a necessidade de os judiciários em África estarem na vanguarda, como sendo a força motriz no enfrentamento dos desafios ambientais e de desenvolvimento do continente e estabeleceu, também, a Rede Africana de Formação Judicial em direito ambiental.

A realização do III Fórum Regional sobre o Direito Ambiental em termos de objectivos visava fornecer orientação política aos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça e Directores dos Institutos de Treinamento Judicial em toda África sobre o aprimoramento da justiça ambiental, particularmente em disputas decorrentes das mudanças climáticas e seus impactos.

No III Fórum Regional sobre o Direito Ambiental foi, também, a plataforma para a identificação de oportunidades e medidas para promover a adjudicação relacionada com as alterações climáticas em África, partilha de experiências, desafios e inovações e perspectivas em questões relacionadas com as mudanças climáticas, avaliar progressos realizados na integração de matérias ambientais na educação judicial, entre outros.



O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga** (no centro), presidindo um painel no decurso do III Simpósio Regional sobre o Direito Ambiental em África e Conferência Geral da Rede Africana de Educação Judicial sobre o Direito Ambiental

13.2. Participação de Moçambique na Conferência e Reunião Anual do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da África Austral e Oriental

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, participou, entre os dias 22 e 27 de Outubro de 2023, na Conferência Anual e Reunião do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da África Austral, na Cidade de Arusha, República Unida da Tanzânia.

A Delegação moçambicana chefiada pelo Presidente do Tribunal Supremo, integrou o antigo Presidente do Tribunal Supremo, **Mário Fumo Bartolomeu Mangaze**, o Secretário-Geral dos Tribunais Judiciais, **Jeremias Alfredo Manjate**, o Juiz - Presidente do Tribunal de Trabalho da Província de Maputo, **Délio Portugal** e a Coordenadora dos Serviços de Mediação Judicial do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, **Nilza Neemias Covane**.



A delegação moçambicana que participou na Conferência Anual e Reunião do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da África Austral, na Cidade de Arusha, República Unida da Tanzânia. Da esquerda para a Direita: o Secretário-Geral dos Tribunais Judiciais, **Jeremias Alfredo Manjate**, o antigo Presidente do Tribunal Supremo, **Mário Fumo Bartolomeu Mangaze**, a Coordenadora dos Serviços de Mediação Judicial do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, **Nilza Neemias Covane**, o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga** e o Juiz - Presidente do Tribunal de Trabalho da Província de Maputo, **Délio Portugal**

A Conferência discutiu temas importantes no contexto da dinâmica dos Estados e dos Poderes Judiciários da África Austral e Oriental, com maior enfoque nos seguintes:

- Diálogo com os Antigos Juízes Presidentes sobre o passado, o presente e o futuro dos Sistemas Judiciários da Região da África Austral e Oriental;
- Área do Comércio Livre continental Africano: Acordos necessários da Resolução de Disputas;
- Ligação entre a Zona de Comércio Livre Continental Africana e as Jurisdições nacionais: Os Sistemas Nacionais têm algum papel?
- Inteligência Artificial na Administração da Justiça – Sistemas e Serviços electrónicos de transcrição e tradução no Poder Judiciário da Tanzânia;
- Papel das Tecnologias Modernas na resolução de litígios em tribunais nacionais, tribunais e outros tribunais regionais;
- Inovação Digital Africana: Deve África investir na criação das suas próprias soluções personalizadas ou continuar a importar tecnologia para utilização imediata?
- Questões emergentes em África.

Na Conferência Anual e Reunião do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da África Austral, o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, foi moderador do painel sobre “*O papel das tecnologias modernas na resolução de litígios nos tribunais nacionais e regionais*”.

Por sua vez, o antigo Presidente do Tribunal Supremo, **Mário Fumo Bartolomeu Mangaze**, foi um dos oradores do tema sobre “*O diálogo com os Antigos Juízes Presidentes sobre as perspectivas passadas, presentes e futuras dos Sistemas Judiciários da Região da África Austral e Oriental*”.

14. Visita de monitoria, avaliação e apoio ao Tribunal Judicial da Província do Niassa

A sessão ordinária do Conselho Judicial, realizada em 2021, recomendou a necessidade de realização de visitas de monitoria, avaliação e apoio aos Tribunais Judiciais de escalão inferior, com o objectivo de avaliar, monitorar e apoiar as actividades desenvolvidas por aqueles tribunais, gestão de cartórios judiciais e prática de actos processuais, no âmbito das suas atribuições legais, bem, ainda, inteirar-se das condições de trabalho, e aferir o grau de entrosamento entre os tribunais judiciais e instituições que operam no Sector de Administração da Justiça.

No seguimento do desiderato, o Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão**, efectuou, de 19 a 23 de Junho de 2023, uma visita de monitoria, avaliação e apoio aos Tribunais Judiciais da Província do Niassa.

Na sua deslocação, o Vice-Presidente do Tribunal Supremo, escalou os Tribunais Judiciais dos Distritos de Sanga, Chimbonila, Majune, Muembe e Ngaúma.

O Vice-Presidente do Tribunal Supremo fez-se acompanhar pela Secretária-Geral do Conselho Superior da Magistratura Judicial, **Rita de Franco Duque Ismael**, pela Directora Nacional de Recursos Humanos do Tribunal Supremo, **Maria Teresa de Sousa Coutinho** e outros quadros do Tribunal Supremo.

No quadro da visita, a comitiva liderada pelo Vice-Presidente do Tribunal Supremo, manteve encontros de cortesia com os órgãos do governo e poder locais e reuniu-se com as Comissões de Coordenação da Legalidade e Justiça, magistrados, oficiais e assistentes de Oficiais de Justiça e demais operadores dos tribunais judiciais.



Pormenores da visita do Vice – Presidente do Tribunal Supremo ao Tribunal Judicial do Distrito de Muembe: Da esquerda para a direita: **Rodolfo Rocha**, Juiz Presidente do Tribunal Judicial do Distrito de Muembe, **Maria Teresa de Sousa Coutinho**, Directora Nacional de Recursos Humanos, **Óscar do Carmo Basílio**, Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Província de Niassa, **João António da Assunção Baptista Beirão**, Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **Rita de Franco Duque Ismael**, Secretária-Geral do Conselho Superior da Magistratura Judicial, **Felisberto Justo Hassane**, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Província do Niassa, **Geraldo Cuambe**, Administrador Judicial do Tribunal Judicial da Província de Niassa

Principais Constatações

- Os Distritos visitados, não possuem Estabelecimentos Penitenciários, as celas transitórias existentes são exíguas e não reúnem condições, sendo que, a maior parte de reclusos por vezes ficam 2 a 3 dias sem sequer beneficiar de uma refeição, para aliviar a situação, os membros da Comissão da Legalidade e Justiça contribuem do seu salário para fazer face a situação;
- Necessidade de aprimorar as relações entre os membros da Comissão de Coordenação da Legalidade e Justiça no Distrito de Ngaúma, de modo a evitar situações de detenções ilegais, cobranças ilícitas ou extorsão e falta de sigilo profissional;
- Falta de meios circulantes para a realização de diligências e encaminhamento dos reclusos às Penitenciárias mais próximas, situação que se vive em quase todos os distritos;
- Falta de instalações próprias, efectivo e meios informáticos para o funcionamento cabal do SERNIC;
- Há problemas de interpretação da Lei e fraco domínio da matéria sobre o instituto de prisão preventiva;
- Dificuldades de tramitação processual e incumprimento de prazos e mandados e procedimentos processuais;
- Falta de segurança para as instalações do Edifício do Tribunal Judicial do Distrito de Muembe;
- Ausência de instituições bancárias no Distrito Muembe;
- Dificuldades no preenchimento de livros de conta e de ponto;
- Faz-se necessário elevar o espírito de trabalho em equipa entre funcionários no Tribunal Judicial do Distrito de Chimbonila



O Vice-Presidente do Tribunal Supremo trabalhando num dos Cartório do Tribunal Judicial da Província do Niassa

Principais Recomendações

- A Comissão de Coordenação da Legalidade e Justiça deve reunir-se mais vezes e sistematicamente para discutir, acertar questões técnicas, com vista a encontrar soluções aos problemas constatados, cujo fim último é administrar a justiça;
- A Comissão de Coordenação da Legalidade e Justiça, deve procurar soluções locais para fazer face à falta de Estabelecimentos Penitenciárias e celas transitórias;
- Melhorar o espírito de cordialidade, respeito mútuo e profissionalismo e devem cultivar o bom relacionamento entre Funcionários e Magistrados;
- Na ausência de instituições bancárias, deve-se aprimorar o uso de meios alternativos, no caso, explorar a possibilidade de uso e outras plataformas electrónicas como solução;
- Obrigatoriedade de observância do sigilo profissional a todos intervenientes processuais;
- Organizar os Processos no cartório de acordo com a fase e espécie e não misturar os Processos urgentes com Processos normais sendo o caso de Processos com arguidos presos, de menores, de alimentos, entre outros;
- Os Escrivães devem aprimorar as suas tarefas e organizarem os Cartórios no prazo de um mês;
- Necessidade de acções de capacitação e formação aos Oficiais e Assistentes de Oficiais de Justiça.



O Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão**, reunido com a Comissão da Legalidade e Justiça no Distrito de Majune

No encontro de trabalho com a Comissão da Legalidade e Justiça no Distrito de Majune, o Vice-Presidente do Tribunal Supremo recomendou à Comissão da Legalidade e Justiça de Majune para investigar a fundo casos ligados ao terrorismo e tomar cuidado na tramitação de processos de tutela

15. Auditoria Interna

A auditoria Interna, de acordo com o estabelecido no artigo 116, do Decreto nº 26/2021, de 03 de Maio e no Decreto nº 81/2019, de 20 de Setembro, é uma actividade independente, de avaliação objectiva, que assiste às instituições na prossecução dos seus objectivos, através da abordagem sistemática e disciplinada, tendo em vista a eficácia dos processos de boa governação, gestão de risco e de controlo.

Trata-se de uma unidade de inspecção e de fiscalização para a correcta utilização de recursos públicos e dados contabilísticos, verificando a uniformização da aplicação de regras e métodos contabilísticos e, ainda na verificação do grau de cumprimento das normas legais e procedimentos aplicáveis.

No Exercício Económico de 2023, o Gabinete de Auditoria Interna analisou e deu parecer as Contas de Gerência do Tribunal Supremo, dos Tribunais Superior de Recurso de Maputo, Beira e Nampula, dos **(11)** Tribunais Judiciais de Província, incluindo a Cidade de Maputo, dos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo e dos Tribunais de Menores e Polícia da Cidade de Maputo.

Por outro lado, durante o exercício económico do ano de 2023, o Gabinete de Auditoria Interna realizou **04** auditorias, em igual número de Tribunais Judiciais, nomeadamente, Tribunal Superior de Recurso de Nampula, Tribunais Judiciais das Províncias de Manica e Tete e Tribunal de Polícia da Cidade, beneficiando **30** operadores da justiça.

O Gabinete de Auditoria Interna realizou, ainda, **05** monitorias, designadamente, aos Tribunais Judiciais da Cidade e das Províncias de Maputo, Gaza, Zambézia, Cabo Delgado, e Tribunal Superior de Recurso da Beira.

No âmbito da implementação do plano anual de actividades de 2023, o o Gabinete de Auditoria Interna analisou e deu parecer às Contas de Gerência do Tribunal Supremo, Tribunais Superior de Recurso de Maputo, Beira e Nampula, de todos os Tribunais Judiciais de Província, dos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo e dos Tribunais de Menores e Polícia da Cidade de Maputo.

Por outro lado, durante o exercício económico do ano de 2023, o Gabinete de Auditoria Interna realizou **04** auditorias, em igual número de Tribunais Judiciais, nomeadamente: Tribunal Superior de Recurso de Nampula, Tribunais judiciais das Províncias de Manica e Tete e Tribunal de Policia da Cidade e cinco **05** monitorias nos Tribunais Judiciais da Cidade e das Províncias de Maputo, Gaza, Zambézia e Cabo Delgado e Tribunal Superior de Recurso da Beira.

Ainda, no âmbito da implementação do plano de actividades, o Gabinete de Auditoria Interna, capacitou **06** técnicos do Conselho Superior de Magistratura Judicial, **06** da Inspecção Judicial do Conselho Superior de Magistratura Judicial, **03** do Tribunal Judicial da Província de Tete, **02** do Tribunal Judicial da Província de Inhambane, e **08** do Tribunal Superior de Recurso de Maputo, sobre a elaboração da conta de gerência e em matéria de contratação pública.

Outrossim, numa acção co-organizada pelo Gabinete de Auditoria Interna do Tribunal Supremo e a Inspecção - Geral de Finanças, foram formados **08** técnicos do sector, em matéria de auditoria interna e avaliação das recomendações de auditoria no Sistema de Gestão de Recomendações.

16. Conselho Judicial - 2023

O Conselho Judicial é o órgão central de direcção do aparelho judicial, que tem por função analisar e deliberar sobre questões fundamentais da organização, funcionamento e desenvolvimento do Aparelho Judicial.

O Conselho Judicial é constituído pelo Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Supremo, Presidentes das Secções do Tribunal Supremo, Juízes Presidentes dos Tribunais Superiores de Recurso, Juízes Presidentes dos Tribunais Judiciais de Província, Inspector-Geral da Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial e, ainda, pelo Secretário-Geral dos Tribunais Judiciais.

O Conselho Judicial reúne-se, ordinariamente, uma vez ao ano, e extraordinariamente, sempre que tal se justifique, mediante convocação do Presidente do Tribunal Supremo.

Compete ao Conselho Judicial, nomeadamente:

- Estabelecer os princípios orientadores do desenvolvimento da actividade judicial;
- Apreciar e aprovar planos e programas dos tribunais;
- Apreciar e aprovar o regimento interno dos tribunais judiciais;
- Aprovar estudos sobre medidas legislativas a propor relacionadas com o aumento da eficácia e aperfeiçoamento das instituições judiciais;
- Apreciar a proposta do orçamento anual dos tribunais;
- Exercer as demais atribuições conferidas por lei.

Durante o ano de 2023, o Conselho Judicial realizou uma sessão ordinária, na Cidade de Quelimane, província da Zambézia, de 17 a 18 de Abril de 2023.



Participantes na sessão ordinária do Conselho Judicial - 2023. Na primeira fila, da esquerda para a direita: **Luís António Mondlane**, Juiz Presidente da Secção Criminal do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão**, Vice-Presidente do Tribunal Supremo, representante do Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Quelimane, **Cândido Supião**, Vereador das Actividades Económicas, **Cristina Xavier de Jesus Fumo**, Secretária de Estado na Província da Zambézia, **Adelino Manuel Muchanga**, Presidente do Tribunal Supremo, **Pio Matos**, Governador da Província da Zambézia, **Paulo Ricardo Cinco-Reis**, Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Província da Zambézia, **José Norberto Baptista Carrilho**, Presidente da Secção Cível – Laboral do Tribunal Supremo, e **Rafael Sebastião**, Inspector-Geral da Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial

A Sessão Ordinária do Conselho Judicial - 2023 teve como agenda, os seguintes pontos:

- Ponto 1:** Apreciação da matriz de execução das deliberações da última sessão do Conselho Judicial.
- Ponto 2:** Apresentação de relatórios de desempenho jurisdicional dos Tribunais Judiciais, referentes ao ano de 2022.
- Ponto 3:** Análise comparativa do desempenho dos Tribunais Judiciais, nos anos de 2021 e 2022.
- Ponto 4:** Ponto de situação do pagamento de diuturnidades especiais aos oficiais de justiça.
- Ponto 5:** Balanço intermédio da implementação do Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais 2022 - 2026.
- Ponto 6:** Importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na melhoria dos processos de trabalho nos Tribunais Judiciais.

Apresenta-se, em seguida, a síntese da Sessão Ordinária do Conselho Judicial - 2023, relativa a cada um dos pontos da agenda:

Ponto 1: Apreciação da matriz de execução das deliberações da última sessão do Conselho Judicial

DELIBERAÇÃO Nº 01/ CJ/O/2023, DE 18 DE ABRIL

O Conselho Judicial, reunido em sessão ordinária, apreciou a matriz de execução das deliberações da última sessão do Conselho Judicial, apresentada pela Directora do Gabinete de Estudos e Planificação do Tribunal Supremo, **Hermínia da Conceição Nombruanne Pedro** e deliberou nos seguintes termos:

1. Considerar cumpridas as seguintes actividades:

- Implementação do novo modelo de beca para os Magistrados Judiciais e do medalhão para os Juízes Conselheiros do Tribunal Supremo;
- Realização de reuniões com os juízes eleitos visando esclarecer as dúvidas decorrentes da aplicação e interpretação da Lei nº 11/2018, de 03 de Outubro, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira;
- Realização de acções de formação para os juízes eleitos no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo;
- Clarificação da informação relativa à tomada de posse dos juízes eleitos nos Tribunais Judiciais das Províncias de Tete e Niassa;
- Definição das necessidades de novos ingressos para os Tribunais Judiciais, com maior brevidade, no Tribunal Supremo, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Maputo, Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Manica, Sofala e Gaza e nos Tribunais de Menores e Trabalho da Cidade de Maputo;
- Actualização do inventário de bens existentes nos Tribunais Judiciais e residências de magistrados e a realização do respectivo tombo, nos Tribunais de Menores e Polícia da Cidade de Maputo;

- Divulgação dos critérios de elegibilidade e procedimentos no âmbito do pagamento da diuturnidade especial;
- Apetrechamento da biblioteca do Tribunal Supremo e instalação do sistema de alarme e inventário automático;
- Início da construção dos edifícios para o funcionamento dos Tribunais Superiores de Recurso da Beira e Nampula, do Tribunal Judicial da Província de Nampula, dos Tribunais Judiciais da Cidade de Pemba e dos Distritos de Macomia, Quissanga, Mueda, Palma e Mocímboa da Praia, na Província de Cabo Delgado; Nacarôa, na Província de Nampula; Maringué, Nhamatanda e Chibabava, na Província de Sofala; Panda e Jangamo, na Província de Inhambane; e Ngaúma e Maua, na Província do Niassa;
- Entrada em funcionamento da secção de Execução de Penas no Tribunal Judicial da Província de Maputo;
- Divulgação de critérios de elegibilidade e procedimentos no âmbito do pagamento da diuturnidade especial, no Tribunal Superior de Recurso de Maputo, nos Tribunais Judiciais das províncias da Zambézia, Niassa e Tete e nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo;
- Realização do seminário de divulgação das actividades do Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo, envolvendo outras instituições que emitem multas.

2. Considerar estarem em cumprimento as seguintes actividades:

- Apresentação da proposta concreta sobre metas individuais de desempenho de magistrados, aprofundando e desenvolvendo a fórmula do algoritmo;
- Aprovação do quadro - tipo de pessoal para os Tribunais Judiciais;
- Aperfeiçoamento e implementação de mecanismos para tornar mais eficaz o cumprimento de cartas precatórias nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo, Beira e Nampula, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Inhambane, Gaza Nampula, Zambézia, Manica, Tete, Sofala e Maputo, nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo, nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Realização de acções de formação do pessoal dos cartórios, em matéria de gestão processual, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Sofala, Manica, Inhambane, Maputo, Cidade de Maputo e Tete, nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Formação local e contínua de magistrados e funcionários nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Gaza e no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo;
- Implementação do estatuto dos oficiais de justiça e assistentes de oficiais de justiça nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Maputo, Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Manica, Inhambane, Tete, Sofala e Gaza, no Tribunal Judicial da Cidade de Maputo e nos Tribunais de Menores e Polícia da Cidade de Maputo;
- Transformação do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, em Tribunal de Família e Menores;

- Realização de encontros trimestrais em cada tribunal, envolvendo magistrados judiciais, oficiais de justiça e técnicos de estatística, para avaliação de desempenho nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo, Nampula e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Sofala, Manica, Gaza e Inhambane, nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Realização de comentários das decisões dos magistrados recém-nomeados, pela Inspeção Judicial;
- Apresentação da proposta de revisão do Código das Custas Judiciais, com a inclusão, na sua elaboração, de oficiais de justiça;
- Realização de acções de formação para magistrados e oficiais de justiça transferidos para jurisdições distintas das que exerciam funções, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala, Manica, Tete, Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo, nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Realização de conselhos técnicos, para melhorar a qualidade das decisões dos tribunais, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, no Tribunal Judicial da Cidade de Maputo e nos Tribunais Judiciais das Províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica Inhambane, Gaza, nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Insistência junto do Ministério da Economia e Finanças, através das respectivas direcções provinciais, para a disponibilização atempada de recursos financeiros nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Maputo, Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, e Inhambane, nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Aumento do número de julgamentos e realização de julgamentos em campanha, com vista à redução progressiva de pendências, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira e nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Nampula, Niassa e Manica e no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo;
- Implementação, expansão e consolidação do SEIJE no Tribunal Supremo, nos Tribunais Judiciais da Cidade e Província de Maputo e nos Tribunais de Trabalho, Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Realização de visitas de monitoria e apoio aos Tribunais Judiciais de Distrito nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane e Gaza;
- Realização de visitas, pelos Juizes Desembargadores, aos Tribunais Judiciais de Província e de Distrito, pelos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira;
- Entrada em funcionamento dos Tribunais Judiciais dos Distritos de Quissanga, Muidumbe, Ibo e Metuge, na Província de Cabo Delgado;
- Retoma do funcionamento dos Tribunais Judiciais dos Distritos de Palma, Mocimboa da Praia, Nangade, Macomia e Meluco, na Província de Cabo Delgado, nas respectivas áreas de jurisdição;

- Entrada em funcionamento dos Tribunais Judiciais dos Distritos de Derre, Luabo, Mocubela, Molumbo e Mulevala, na Província da Zambézia;
- Melhoria dos mecanismos de acesso à informação processual pelas partes, através da utilização de meios telemáticos que disponibilizem a informação aos utentes na secretaria-geral de cada tribunal nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Maputo e Inhambane, nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Implementação do novo modelo de beca para os Magistrados Judiciais e do medalhão no Tribunal Supremo;
- Estudo da possibilidade de se recorrer ao Orçamento Geral do Estado ou ao Cofre dos Tribunais, para a remuneração ou gratificação às actividades desenvolvidas pelos Mediadores Judiciais;
- Adesão a plataformas digitais nos Tribunais Judiciais, que oferecem rapidez, comodidade, plena disponibilidade e a possibilidade de aceder a uma multiplicidade de informações, bens e serviços através de meios tecnológicos nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, no Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Tete, Niassa e Manica e no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo;
- Realização de reuniões com os juízes eleitos de modo a serem esclarecidas as dúvidas decorrentes da aplicação e interpretação da Lei nº 11/2018, de 03 de Outubro (Lei de revisão da Lei de Organização Judiciária), nos Tribunais Judiciais das Províncias de Maputo, Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala e Inhambane e nos Tribunais de Trabalho e Menores da Cidade de Maputo;
- Aquisição de viaturas e motorizadas de serviço para os Tribunais Superiores de Recurso e Tribunais Judiciais de Província;
- Aquisição de bens mobiliários e equipamento informático para tribunais e residências de magistrados, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Manica, Niassa, Zambézia, Sofala, Inhambane e Gaza, nos Tribunais de Menores e Polícia da Cidade de Maputo e nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo;
- Realização de acções de formação para os juízes eleitos nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Tete, Niassa e Inhambane;
- Envio de acórdãos e/ou sentenças para efeitos de publicação nas colectâneas respectivas no Tribunal Supremo, pelos Tribunais Superiores de Recurso de Nampula, Beira e Maputo;
- Desenvolvimento de acções visando a redução do tempo de resolução e/ou espera das decisões nos Tribunais Superiores de Recurso de Nampula, Beira e Maputo;
- Tramitação de processos de funcionários que reúnam condições para a aposentação obrigatória;
- Realização de acções de formação inicial para ingresso na carreira de oficiais de justiça;
- Expansão da Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- Criação e implementação de páginas web na Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial, no Tribunal Superior de Recurso de Maputo e no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo;

- Aprovação da carta de serviços da Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- Apetrechamento da biblioteca do Tribunal Supremo e as dos demais tribunais com obras e material bibliográfico para compor o acervo mínimo nos Tribunais Judiciais;
- Realização de diligências junto do Ministério da Economia e Finanças, tendo em vista a conclusão do processo em curso de pagamento do subsídio de viaturas para magistrados e funcionários abrangidos pelo Decreto nº 81/2018, de 21 de Dezembro;
- Capacitação e formação de magistrados, oficiais de justiça e funcionários de carreira de regime geral dentro e fora do país;
- Realização de visitas de intercâmbio no âmbito da tramitação processual, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Tete, Zambézia e Manica e nos Tribunais de Trabalho e Menores da Cidade de Maputo;
- Actualização do inventário de bens existentes e a realização do respectivo tomo, no Tribunal Supremo, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira e nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Maputo, Nampula, Niassa, Zambézia, Tete, Manica e Sofala;
- Entrada em funcionamento de secções de Execução de Penas, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Tete, Sofala, Inhambane e Gaza;
- Realização de acções de formação para os Juízes Desembargadores, em matéria de tramitação processual, no Tribunal Superior de Recurso da Beira;
- Desenvolvimento de acções visando o cumprimento permanente e regular das metas colectivas e individuais, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Tete, Manica e Inhambane e nos Tribunais de Trabalho e Polícia da Cidade de Maputo;
- Elaboração da base de dados para o acompanhamento de processos de pagamento da diuturnidade especial para os oficiais de justiça;
- Levantamento, a nível de todos os Tribunais Judiciais, de funcionários que ainda não tenham se beneficiado do subsídio de diuturnidade especial e das respectivas razões;
- Adopção da experiência do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo na fixação automática da diuturnidade, se necessário a articulação com a Direcção Nacional de Contabilidade Pública.

3. Considerar não cumpridas as seguintes actividades:

- Criação de mais uma secção Criminal nos Tribunais Superiores de Recurso da Beira e Nampula;
- Formação local e contínua de magistrados e funcionários nos Tribunais Judiciais das Províncias de Tete, Sofala, Inhambane e Maputo e nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo;
- Realização de encontros trimestrais em cada tribunal envolvendo magistrados judiciais, oficiais de justiça e técnicos de estatística, para avaliação de desempenho nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Gaza e Maputo;

- Realização de conselhos técnicos para melhorar a qualidade das decisões dos tribunais, no Tribunal Superior de Recurso de Maputo, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo, no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Incremento do número de julgamentos e realização de julgamentos em campanha, com vista a redução progressiva de pendências, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Maputo, Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Sofala, Inhambane e Gaza;
- Realização de visitas de monitoria e apoio aos Tribunais Judiciais de Distrito nos Tribunais Judiciais das Províncias de Maputo, Nampula, Niassa e Gaza, no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo e no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo;
- Realização de visitas, pelos Juízes Desembargadores, aos Tribunais Judiciais de Província e de Distrito, para efeitos de formação em matéria de tramitação de recurso, pelo Tribunal Superior de Recurso de Nampula;
- Melhoria de mecanismos de acesso à informação processual pelas partes, através da utilização de meios telemáticos que disponibilizem a informação aos utentes na Secretaria-geral de cada tribunal, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala e Gaza;
- Implementação do novo modelo de beca para os Magistrados Judiciais e do medalhão nos Tribunais Judiciais das Províncias da Zambézia e Cabo Delgado e no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo;
- Adesão a plataformas digitais que oferecem rapidez, comodidade, plena disponibilidade e a possibilidade de aceder a uma multiplicidade de informações, bens e serviços através de meios tecnológicos nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza e nos Tribunais de Trabalho, Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Aquisição de bens mobiliários e equipamento informático, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Maputo, Cabo Delgado, Nampula e Tete;
- Realização de acções de formação para os juízes eleitos nos Tribunais Judiciais, no Tribunal Superior de Recurso da Beira, nos Judiciais das Províncias de Maputo, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Manica, Sofala e Gaza e no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo;
- Implementação de tribunais móveis nas províncias de Cabo Delgado, Zambézia e Niassa;
- Criação e implementação de páginas web, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Maputo, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala Inhambane e Gaza e nos Tribunais de Trabalho e Menores da Cidade e Província de Maputo;
- Divulgação do Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais 2022-2026 em todos os Tribunais Judiciais;
- Realização de visitas de intercâmbio no âmbito da tramitação processual, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Maputo, Cabo Delgado, Nampula, Sofala, Inhambane e Gaza e no Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo;
- Criação e entrada em funcionamento dos Serviços de Mediação Judicial nos Tribunais Judiciais das Províncias de Tete, Sofala, Inhambane e Maputo;
- Actualização do inventário de bens existentes nos Tribunais Judiciais e residências de magistrados e a realização do respectivo tombo, no Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado;

- Entrada em funcionamento dos Tribunais Marítimos das Províncias de Maputo, Sofala e Nampula;
- Entrada em funcionamento dos Tribunais de Trabalho das Províncias de Sofala e Nampula;
- Criação de tribunais nos Distritos Urbanos das Cidades da Beira e Nampula;
- Entrada em funcionamento da secção de Execução de Penas no Tribunal Judicial da Província da Zambézia;
- Realização de acções de formação para os Juízes Desembargadores, em matéria de tramitação processual, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Nampula e no Tribunal Judicial da Cidade de Maputo;
- Desenvolvimento de acções visando o cumprimento permanente e regular das metas colectivas e individuais dos Tribunais Judiciais e dos magistrados, nos Tribunais Judiciais das Províncias da Zambézia e Sofala.

4. Recomendações:

- Os Tribunais Judiciais deverão responder de forma clara, precisa e concreta à matriz das recomendações do Conselho Judicial, especificando as acções desenvolvidas, o cumprimento ou não das actividades, bem como as razões de incumprimento, sendo esse o caso e, ainda, procedendo à indicação do grau de execução das actividades;
- Na implementação e funcionamento do SEIJE, a aquisição e reparação do equipamento informático devem ser da responsabilidade conjunta entre o Tribunal Supremo e os Tribunais Judiciais;
- O modelo de beca aprovado deverá ser implementado de forma gradual, devendo, para o efeito, serem envidados esforços para que até à realização da sessão solene de abertura do ano judicial de 2024 todos os magistrados tenham a nova beca;
- Realização de um estudo sobre a sondagem de opinião sobre o grau de satisfação dos utentes, funcionários e magistrados, tendo em conta o previsto no Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais 2022 - 2026.

Ponto 2: Apresentação de relatórios de desempenho dos Tribunais Judiciais, referentes ao ano de 2022

DELIBERAÇÃO Nº 02/ CJ/O/2023, DE 18 DE ABRIL

O Conselho Judicial, reunido em sessão ordinária, apreciou os relatórios de desempenho dos Tribunais Judiciais, referentes ao ano de 2022, apresentados pelos respectivos Juízes Presidentes e deliberou nos seguintes termos:

1. Aprovar os relatórios de desempenho dos Tribunais Judiciais, referentes ao ano de 2022, com as seguintes constatações:

1.1 Recursos Patrimoniais e financeiros

- Os Tribunais Superiores de Recurso de Nampula e Beira, encontram-se a funcionar em edifícios arrendados, por falta de instalações próprias;

- Os Tribunais Judiciais de Província e de Distrito não dispõem de imóveis para o funcionamento e/ou habitação de magistrados, estando alguns a funcionar em infra-estruturas não adequadas, muitas delas arrendadas a particulares;
- Falta de meios circulantes (viaturas e motorizadas) para a realização de diligências e tramitação de expediente e afectação aos magistrados nos Tribunais Judiciais;
- Exiguidade de orçamento alocado aos tribunais, que impossibilita a realização das actividades planificadas;
- Retirada dos subsídios de renda de casa, diuturnidade e exclusividade devidos aos magistrados e oficiais de justiça, no Tribunal Judicial da Província de Nampula.

1.2 Ponto de situação do arrendamento de imóveis para magistrados

- O Tribunal Superior de Recurso de Maputo arrenda **04** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Superior de Recurso de Nampula arrenda **01** imóvel para a habitação de magistrado;
- Para o Tribunal Superior de Recurso de Nampula foram adquiridos, pelo Cofre dos Tribunais **09** imóveis para habitação de magistrados, que antes residiam em imóveis arrendados;
- O Tribunal Superior de Recurso da Beira arrenda **01** edifício para o funcionamento do tribunal e **02** imóveis para habitação de funcionários;
- O Tribunal Judicial da Cidade de Maputo arrenda **02** imóveis para o funcionamento de Tribunais dos Distritos Urbanos e **19** para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Maputo arrenda **01** edifício para o seu funcionamento;
- O Tribunal Judicial da Província de Gaza celebrou **06** contratos de arrendamento para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Inhambane arrenda **11** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Manica arrenda **12** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Sofala arrenda **11** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Nampula arrenda imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Tete arrenda **11** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província da Zambézia arrenda **07** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado arrenda **07** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Niassa arrenda **08** imóveis para habitação de magistrados e funcionários;
- O Tribunal de Menores da Cidade de Maputo arrenda **03** imóveis para o seu funcionamento, habitação de magistrado e funcionário;

- O Tribunal de Trabalho da Cidade de Maputo arrenda **03** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal de Trabalho da Província de Maputo arrenda **06** imóveis para habitação de magistrados;
- O arrendamento de imóveis para o funcionamento de tribunais e residências de magistrados, continua a absorver elevadas quantias do orçamento alocado.

1.3 Informação sobre o equipamento informático, redes locais de dados e literacia informática

- Falta de equipamento informático ou existência de equipamento informático obsoleto para atender às necessidades dos tribunais;
- Falta de domínio no uso do equipamento informático existente nos tribunais.

1.4 Ponto de situação sobre a existência de caixas e livros de reclamações e sugestões

Os Tribunais Superiores de Recurso e os Tribunais Judiciais de Província dispõem de livros e caixas de reclamações, à excepção do Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado e do Tribunal de Trabalho da Cidade de Maputo, que pretendem adquirir e disponibilizá-los aos utentes, no decurso do presente ano.

1.5 Iniciativas para a redução de pendências

- Realização de reuniões regulares de análise e balanço do desempenho jurisdicional;
- Realização de visitas de monitoria e avaliação aos Tribunais Judiciais de Distrito, pelos Juízes Presidentes dos Tribunais Judiciais de província;
- Contagem física de processos;
- Uso massivo de meios tecnológicos;
- Realização de julgamentos em campanha, com o recurso aos tribunais móveis, em alguns casos;
- Criação de modelos de mapas para o controle do movimento de réus presos.

1.6 Desempenho Jurisdicional - 2022

Tabela 1: Tribunal Supremo

Tribunal Supremo	Pendentes	Entrados	Findos	Transitados
Total	350	168	174	344

Tabela 2: Tribunais Superiores de Recurso

Tribunais Superiores de Recurso	Pendentes	Entrados	Findos	Transitados
Maputo	2,755	688	835	2,608
Beira	1,107	392	666	833
Nampula	650	323	376	597
Total	4,512	1,403	1,877	4,038

Tabela 3: Tribunais Judiciais de Província

Tribunais Judiciais de Província	Pendentes	Entrados	Findos	Transitados
Niassa	795	786	741	840
Cabo Delgado	1,752	1,103	961	1,894
Nampula	3,795	2,874	2,795	3,874
Zambézia	1,507	1,370	1,322	1,555
Tete	1,666	1,478	1,964	1,180
Sofala	5,276	3,369	3,367	5,278
Manica	1,439	1,478	1,266	1,651
Inhambane	3,338	1,329	3,278	1,389
Gaza	1,624	1,163	1,374	1,413
Maputo Província	3,721	37,630	36,080	5,271
Trabalho P. Maputo	978	776	821	933
Cidade de Maputo	6,808	3,240	2,590	7,458
Menores da Cidade de Maputo	3,136	3,513	3,072	3,577
Trabalho da Cidade de Maputo	2,498	1,632	1,770	2,360
Polícia da Cidade de Maputo	11,896	46,323	50,863	7,356
Total	50,229	108,064	112,264	46,029

Tabela 4: Tribunais Judiciais de Distrito

Tribunais Judiciais de Distrito	Pendentes	Entrados	Findos	Transitados
Niassa	3,271	4,570	4,540	3,301
Cabo Delgado	4,801	4,545	4,052	5,294
Nampula	11,176	12,154	11,368	11,962
Zambézia	5,668	8,218	5,942	7,944
Tete	9,893	7,474	8,275	9,092
Sofala	3,790	9,218	8,253	4,755
Manica	5,094	5,757	5,311	5,540
Inhambane	8,903	9,225	12,175	5,953
Gaza	4,136	7,731	7,000	4,867
Maputo Província	16,042	18,975	16,093	18,924
Cidade de Maputo	6,658	10,009	9,169	7,498
Total	79,432	97,876	92,178	85,130

1.7 Principais constrangimentos

- Dependência orçamental dos Tribunais Judiciais de Distrito, em relação aos Tribunais Judiciais de Província, o que compromete o cumprimento das actividades programadas;
- Disponibilização tardia de recursos financeiros, nas rubricas de bens e serviços e de investimento, o que condiciona a materialização das actividades programadas;
- Exiguidade do orçamento alocado aos tribunais;
- Falta de instalações próprias para o funcionamento dos tribunais e para habitação de magistrados;
- Elevados custos com o arrendamento de imóveis para o funcionamento de tribunais e habitação de magistrados;
- Insuficiência de meios circulantes (viaturas e motorizadas), para a realização de diligências, funcionamento dos serviços e transporte de magistrados e funcionários;
- Insuficiência de equipamento informático e respectivos consumíveis;
- Insuficiência de funcionários para o preenchimento do quadro de pessoal, com maior incidência para os oficiais de justiça e assistentes de oficiais de justiça;
- Falta de formação e capacitação de funcionários.

1.8 Propostas de solução dos constrangimentos

- Descentralização do orçamento para os Tribunais Judiciais de Distrito, com maior destaque para as rubricas de funcionamento;
- Admissão de oficiais de justiça e assistentes de oficiais de justiça, bem como de funcionários de carreira de regime geral, para suprir as necessidades em termos de recursos humanos;
- Maior rigor e regularidade na capacitação de funcionários e na definição das respectivas acções;
- Aquisição de meios circulantes (viaturas e motorizadas);
- Construção de infra-estruturas para o funcionamento de tribunais e habitação de magistrados para reduzir as despesas derivadas do arrendamento de imóveis.

1.9 Recomendações:

- Colocação e afectação de **02** Secretários Judiciais, dos Tribunais Judiciais das Províncias de Manica e Tete, no Tribunal Superior de Recurso da Beira;
- Julgamento de processos de recursos das decisões dos Tribunais Judiciais de Distrito, pelos Juízes Desembargadores, Presidentes de Tribunais Judiciais de Província, incluindo a apresentação, nos relatórios de avaliação de desempenho, da informação respectiva;
- Julgamento de processos de recursos das decisões dos Tribunais Judiciais de Distrito pelos Tribunais Judiciais de Província, incluindo a apresentação, nos relatórios de avaliação de desempenho, da informação respectiva;
- Uniformização de mapas estatísticos dos tribunais que julgam em segunda instância;
- Realização do abate de viaturas avariadas que se mostram já não úteis e não passíveis de reparação;

- Maior controlo e apresentação da relação de pedidos de informação não respondidos pelas entidades que têm, à sua guarda, arguidos, no âmbito da tramitação de processos de *habeas corpus*;
- Maior controlo de cartas precatórias e apresentação da relação das que foram expedida, por cada tribunal e que não foram respondidas;
- Definição de acções prioritárias directamente relacionadas com a prestação jurisdicional na execução das actividades do tribunal;
- Afectação de recursos financeiros disponíveis para as actividades directamente relacionadas com a actividade e prestação jurisdicionais;
- Levantamento das situações pontuais de falta de pagamento de subsídios de renda de casa, diuturnidade, exclusividade e de gestão.

Ponto 3: Análise comparativa do desempenho dos Tribunais Judiciais, nos anos de 2021 e 2022

O Conselho Judicial, reunido em sessão ordinária, apreciou a informação sobre a análise comparativa do desempenho dos Tribunais Judiciais, nos anos de 2021 e 2022, apresentada pelo Director do Gabinete de Informação Judicial e Estatística do Tribunal Supremo, **Sílvio Mandlate** e extraiu as seguintes constatações:

- Alcance das metas colectivas no Tribunal Superior de Recurso da Beira, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Gaza, Inhambane, Zambézia, Tete, Sofala, no Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo e nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo;
- Alcance das metas colectivas nos Tribunais Judiciais de Distrito, dos Tribunais Judiciais das Províncias de Nampula, Tete, Sofala, Gaza e Província de Maputo;
- Aumento do número de processos findos no Tribunal Supremo, no Tribunal Superior de Recurso da Beira, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado e Niassa e no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo;
- Aumento do número de processos entrados nos Tribunais Superiores de Recurso da Beira e Nampula, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Manica, Zambézia e Gaza e nos Tribunais de Menores, Trabalho e Polícia da Cidade de Maputo;
- Aumento do número de processos entrados nos Tribunais Judiciais de Distrito, dos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala, Gaza e Província de Maputo;
- Aumento do número de processos findos nos Tribunais Judiciais de Distrito, dos Tribunais Judiciais das Províncias de Nampula, Tete e Sofala;
- Redução do número de processos transitados, no Tribunal Supremo, nos Tribunais Superiores de Recurso, nos Tribunais Judiciais das Províncias Tete, Inhambane, Gaza, nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo e no Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo;
- Redução do número de processos pendentes no Tribunal Superior de Recurso de Maputo, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Tete, Inhambane e Gaza, nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo e no Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo;
- Redução do número de processos pendentes nos Tribunais Judiciais de Distrito, dos Tribunais Judiciais das Províncias de Tete e Inhambane.

Ponto 4: Ponto de situação do pagamento de diuturnidades especiais aos oficiais de justiça

DELIBERAÇÃO Nº 03/ CJ/O/2023, DE 18 DE ABRIL

O Conselho Judicial, reunido em sessão ordinária, apreciou a informação sobre o ponto de situação do pagamento de diuturnidades especiais aos oficiais de justiça, apresentada pela Directora Nacional de Recursos Humanos do Tribunal Supremo, **Maria Teresa de Sousa Coutinho**, e recomendou celeridade na tramitação dos processos pendentes.

Ponto 5: Balanço intermédio da implementação do Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais 2022 - 2026

DELIBERAÇÃO Nº 04/ CJ/O/2023, DE 18 DE ABRIL

O Conselho Judicial, reunido em sessão ordinária, apreciou a informação relativa ao balanço intermédio da implementação do Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais 2022 - 2026, apresentada pela Directora do Gabinete de Estudos e Planificação, **Hermínia da Conceição Nombruane Pedro**, e deliberou nos seguintes termos:

Único: Recomendar o preenchimento da matriz de acompanhamento do Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais 2022 - 2026 para facilitar a sua melhor avaliação e implementação.

Ponto 6: Importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na melhoria dos processos de trabalho nos tribunais

O Conselho Judicial, reunido em sessão ordinária, apreciou a informação sobre a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação, na melhoria dos processos de trabalho nos tribunais, apresentada pelo Ponto Focal do CEDSIF no Programa de Medidas de Aceleração Económica (PAE), **Jorge Daniel Chicamba**.

17. Conselhos Técnicos dos Tribunais Judiciais

A realização de Conselhos Técnicos dos Tribunais Judiciais decorre da recomendação do Conselho Judicial, por constituir uma plataforma para a harmonização de procedimentos e partilha de experiências e boas práticas, visando o aumento da celeridade processual e a contínua melhoria da qualidade das decisões judiciais e dos respectivos serviços de justiça.

17.1. II Conselho Técnico do Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo

O Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo, reuniu-se, nos dias 06 e 07 de Julho de 2023, na Cidade de Maputo, em II Conselho Técnico, sob o lema *“Por Uma Jurisdição de Polícia mais Interventiva, Colaborativa e Uniforme na Aplicação da Lei”*.

Participaram no II Conselho Técnico do Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo, o Juiz Presidente do Tribunal Superior de Recurso de Maputo, **Manuel Guidione Bucuane**, Magistrados Judiciais, do Ministério Público e do Gabinete de Combate à Corrupção, membros do Conselho Municipal de Maputo, do Instituto Nacional de Transporte Rodoviário da Direcção

de Saúde da Cidade de Maputo e da Direcção da Polícia de Trânsito da Cidade de Maputo, técnicos jurídicos e assistentes do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica, Oficiais de Justiça e gestores do Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo.



Participantes no II Conselho Técnico do Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo

O Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo é um tribunal de competência especializada em matéria de transgressões, criado através do Decreto nº 40/93, de 31 de Dezembro, cujo objecto é o de proceder à cobrança coerciva de multas e julgar processos de transgressão por contravenções, quaisquer que sejam as disposições legais nas quais estejam previstas, sejam elas Decretos, Regulamentos, Posturas, Editais, ou quaisquer disposições que, atendendo à entidade que as formula, devam qualificar-se de regulamentares, num verdadeiro policiamento de comportamentos.

A Meritíssima Juíza Presidente do Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo, **Romana Sualehe Muhôma**, na sua intervenção de ocasião, referiu que a realização do II Conselho Técnico é da iniciativa do Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo, não só, como também, é resultado de acção conjunta das outras entidades, que por inerência das suas funções e competências por lei atribuídas, periodicamente têm realizado encontros de trabalho com o intuito de encontrar as melhores soluções para ultrapassar os constrangimentos com que se deparam na tramitação dos autos de transgressões.

A Meritíssima Juíza Presidente do Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo, referiu, ainda, na sua intervenção, que a realização do Conselho Técnico do Tribunal de Polícia, visa fortificar as relações interinstitucionais entre as diversas instituições que têm a responsabilidade de zelar pela ordem e manutenção pública de diversas acções e actividades realizadas pelos cidadãos da Cidade de Maputo.

O Juiz Presidente do Tribunal Superior de Recurso de Maputo, **Manuel Guidione Bucuane**, no seu discurso de abertura, saudou a realização do II Conselho Técnico do Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo e referiu que este confere uma plataforma de

aprofundamento das temáticas técnicas no âmbito da aplicação da Lei, o que demonstra o comprometimento do Tribunal de Polícia no cumprimento dos objectivos plasmados no Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais 2022-2026, de acesso à justiça, transparência, celeridade e qualidade da justiça administrada.

Nesta sessão, foram discutidos temas, como seja, o papel e intervenção do Ministério Público nos processos de transgressão: competências e formas de actuação; prazos de prescrição em processos de transgressão: consequências do não cumprimento; recurso em processos de transgressão: competências e efeitos; responsabilidade de oficiais de diligências por não cumprimento com zelo das suas obrigações, entre outros.

17.2. II Conselho Técnico do Tribunal de Trabalho da Província de Maputo

Decorreu, entre os dias 11 e 13 de Dezembro de 2023, no Distrito de Marracuene, o II Conselho Técnico do Tribunal de Trabalho da Província de Maputo, no qual participaram Magistrados Judiciais e Oficiais de Justiça do Tribunal.

O II Conselho Técnico do Tribunal de Trabalho da Província de Maputo contou com



Magistrados e Oficiais de Justiça do Tribunal de Trabalho da Província de Maputo, que participaram no II Conselho Técnico do tribunal

oradores nacionais, nomeadamente, **Tomás Timbane**, Professor Universitário e antigo Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique; **Casimiro Duarte**, Professor Universitário e antigo Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique; **Filipe Siteo**, Professor Universitário e Advogado; **Amina Marisa Ibraimo Abudo**, Juíza Desembargadora; **Cármén Lucas**, Juíza Desembargadora; **Evelina Selemane**, Procuradora-Chefe e **Carlos Coelho Alima**, Procurador da República.

O Juiz Presidente do Tribunal de Trabalho da Província de Maputo, **Délio Miguel Pereira Portugal**, referiu, no discurso de ocasião, que é objectivo primordial a realização de acções de formação especializadas direccionadas para os Magistrados Judiciais e Oficiais de Justiça, para a aquisição de conhecimentos com vista a servir com eficiência e garantir a celeridade processual.



O Juiz Presidente do Tribunal de Trabalho, **Délio Miguel Pereira Portugal**, proferindo o discurso de encerramento do II Conselho Técnico



Pormenores das sessões de trabalho no âmbito da realização o II Conselho Técnico do Tribunal de Trabalho da Província de Maputo

O II Conselho Técnico do Tribunal de Trabalho da Província de Maputo discutiu diversos temas, dentre os quais os fundamentos para a decretação da providência cautelar e de suspensão de despedimento; a nova Lei do Trabalho e arbitragem; danos morais na Jurisdição Laboral; regime da Caução no ordenamento Jurídico Laboral; perspectiva e evolução da intervenção do Ministério Público na Jurisdição Laboral; recursos da providência cautelar de suspensão de despedimento e efeitos; danos por assédio sexual; direitos de reparação do acidente de trabalho doméstico; execução da reintegração do Trabalho decretado no âmbito da Providência Cautelar, Regime Jurídico das indemnizações e a fundamentação das decisões.

18. Modernização dos Tribunais Judiciais

No âmbito da modernização dos Tribunais Judiciais, iniciou no ano de 2020 a implementação do Sistema de Expediente e Informação Judicial Electrónico (SEIJE), no Tribunal Supremo e em **19** Tribunais Judiciais da Cidade e Província de Maputo, e no Tribunal de Trabalho da Cidade de Maputo, estando na fase de consolidação.

Trata-se do Tribunal Supremo, Tribunal Superior de Recurso de Maputo, Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, Tribunais Judiciais dos Distritos Municipais de Nihamankulu, KaMpfumo, KaMaxakeni, KaMavota, KaMubukwane, Tribunal Judicial da Província de Maputo, Tribunais Judiciais dos Distritos de Boane, Magude, Manhiça, Marracuene, Matutuine, Moamba, Namaacha, Machava, Matola 700; Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo e Tribunal de Trabalho da Cidade de Maputo.

Assinala-se, igualmente, que está em curso, com o financiamento da USAID - Moçambique,

no âmbito do Projecto de Apoio ao Sector da Justiça JUSTA – TS, a expansão do Sistema de Expediente e Informação Judicial Electrónico para os Tribunais Judiciais das Províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa.

Paralelamente, está em estudo a introdução de novas funcionalidades no sistema, como seja, a possibilidade de introdução de peças processuais pela via electrónica, a realização de notificações, pela via electrónica, a introdução de assinaturas digitais.

Ainda no âmbito da modernização, está em curso o levantamento das necessidades para a elaboração dos termos de referência para a implantação da solução de gravação de audiências e audiovisual, que estará integrada no Sistema de Expediente e Informação Judicial Electrónico, plataforma que irá reduzir custos do tempo e de recursos na realização da justiça e conferir celeridade processual.

O Sistema de Expediente e Informação Judicial Electrónico é uma aplicação informática, que permite que processos sejam tramitados electronicamente, integrando as operações dos Tribunais e incorpora o tratamento dos processos nos três estágios fundamentais da sua vida, nomeadamente, o nascimento, a sua gestão durante a vida e o tratamento após o seu término.

Os intervenientes na tramitação processual no cartório são, designadamente, Magistrados Judiciais e oficiais de justiça.

O Sistema de Expediente e Informação Judicial Electrónico permite ao utilizador criar e tramitar processos de uma forma simples, através do preenchimento de campos com dados e ou informação do mesmo que permite a sua rápida localização, identificação e estado.

O Sistema de Expediente e Informação Judicial Electrónico tem as potencialidades de poder viabilizar a interligação com outras instituições judiciais, designadamente, Procuradoria-Geral da República, o Serviço Nacional de Investigação Criminal, as Conservatórias dos Registos, bem como com a Ordem dos Advogados de Moçambique.

O Sistema de Expediente e Informação Judicial Electrónico evita o extravio de processos, viabiliza o trabalho remoto para os Magistrados Judiciais, oficiais de justiça e permite a rápida localização de processos e a sua identificação.

O acesso ao Sistema de Expediente e Informação Judicial Electrónico é feito através de um browser de internet, (Microsoft Edge, Chrome, Firefox), onde é apresentada ao utilizador a página de *LOGIN* a qual se acede através de credenciais pessoais e intransmissíveis, nomeadamente, a senha do Utilizador e Password.

Os Magistrados têm acesso à aplicação mesmo fora dos respectivos Tribunais através de uma rede virtual VPN.

19. Revisão dos Códigos de Processo Civil e Laboral

O Judiciário procedeu, no dia 18 de Dezembro de 2023, na Cidade de Maputo, ao lançamento do Processo de Revisão dos Códigos de Processo Civil e Laboral.

A cerimónia foi presidida pelo Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga** e contou com a presença da Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, **Helena Mateus Kida**, da Procuradora-Geral da Republica, **Beatriz da Consoção Mateus Buchili**, do Bastonário da Ordem dos Advogados, **Carlos Martins**, Juízes Conselheiros, Deputados, Magistrados, Advogados, representantes das organizações civis, entre outros convidados.



Pormenores da cerimónia de lançamento do processo de revisão dos Códigos de Processo Civil e Laboral

A iniciativa de revisão do Código de Processo Civil e Laboral insere-se no quadro do Plano Quinquenal do Governo 2020 – 2024, indicado no ponto 70, como objectivo estratégico do Governo, *“assegurar o bom funcionamento do sistema de Administração da Justiça com vista a garantir o acesso a justiça e ao direito aos cidadãos”*.

O processo de revisão dos Códigos de Processo Civil e Laboral tem, também, o seu enquadramento na Iniciativa do Presidente da República, no âmbito do Pacote de Medidas de Aceleração Económica, anunciadas, no dia 09 de Agosto de 2022, abrangendo diversos sectores da vida do país.

Nesta conformidade, para o Sector de Administração da Justiça foi definida a medida 16, atinente à reforma de alguns dos seus elementos, designadamente, a revisão dos Códigos do Processo Civil e Laboral, Aduaneiro e outros diplomas conexos, incluindo o Código das Custas Judiciais, tendo em vista a melhoria do ambiente de negócios no País.

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga** no discurso de ocasião, referiu que a reforma dos Códigos de Processo Civil e do Trabalho, está inserida na mais abrangente reforma do direito adjectivo e requer a intervenção de todos os interessados na boa administração da justiça, especialmente aqueles que no dia-a-dia usam os Códigos como instrumentos de trabalho.

Noutro desenvolvimento, o Presidente do Tribunal Supremo, defendeu que a reforma dos Códigos de Processo Civil e Laboral, deve estar alinhada com a necessidade de adequação da Justiça às reais necessidades do povo, onde *“o Direito deve ser adequado e suficiente para resolver os conflitos sociais, o mesmo se exigindo das instituições judiciárias”*.

O Presidente do Tribunal Supremo considera que a reforma deve concorrer para o aprofundamento dos princípios mais avançados do Direito e incorporar as experiências positivas do direito consuetudinário, da administração da justiça nas zonas libertadas e na pós-independência, para formar-se e desenvolver-se um direito moçambicano que, sendo moderno, não exclua o respeito pelos valores éticos e culturais existentes no País, desde que compatíveis com a Constituição da República e com a vivência em sociedade civilizada.

Por sua vez, a Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, **Helena Mateus Kida**, anotou que a reforma do direito processual é essencial, pois, sendo certo que o processo civil e laboral são instrumentos do direito substantivo, não deixam de ser, também, um instrumento para que a jurisdição alcance os seus objectivos sociais, jurídicos, políticos, económicos, o que vai viabilizar que no âmbito da resolução de conflitos, os tribunais cumpram a sua missão constitucional de estabelecer uma justa e harmoniosa convivência social.

A Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, referiu, ainda, que o Governo lança esta iniciativa de revisão dos Códigos de Processo Civil e Laboral, esperando um processo vivo, participativo, dinâmico e que se produzam códigos de processo que permitam responder os anseios do povo moçambicano.

O Director Executivo da Fundação MASC, **João Pereira**, na intervenção, defendeu que para o sucesso da iniciativa deve ser garantida uma participação activa e inclusiva de todos os segmentos da sociedade, com maior enfoque das organizações da sociedade civil, o que deverá ser assegurado através do processo de consultas públicas.



Participantes na cerimónia de lançamento do processo de revisão dos Códigos de Processo Civil e Laboral. Na primeira fila, da esquerda para a direita: **Machatine Munguambe**, antigo Presidente do Tribunal Administrativo; **João Pereira**, Director Executivo da Fundação MASC; **Beatriz Mateus Buchili**, Procuradora-Geral da República; **Adelino Manuel Muchanga**, Presidente do Tribunal Supremo; **Helena Mateus Kida**, Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos; **Joaquim Luís Madeira**, Juiz Conselheiro Jubilado e Coordenador da Comissão; **Tomás Timbane**, Coordenador Científico e antigo Bastonário da Ordem de Advogados de Moçambique e Coordenador Científico; **Carlos Martins**, Bastonário da Ordem dos Advogados Moçambique

20. Celebração dos 45 Anos da Organização Judiciária de Moçambique

Em Moçambique, a Constituição de 1975 previa, no seu artigo 62, que a função Judicial seria exercida pelos Tribunais Judiciais, através do Tribunal Popular Supremo e demais tribunais determinados por lei.

Com efeito, tendo em vista a materialização do comando constitucional, veio a ser aprovada a Lei nº 12/78, de 02 de Dezembro, que regulamenta a estrutura e composição dos Tribunais Populares, a funcionar em todo o país, marcando, assim, o início da edificação do sistema de administração da justiça de Moçambique independente.

Desde a aprovação da Lei nº 12/78, de 31 de Dezembro, que regulamenta a estrutura e composição dos Tribunais Populares a funcionar em todo o país, até ao momento passam 45 anos da nova organização judiciária de Moçambique.

Para assinalar a celebração dos 45 anos da organização judiciária, foram realizadas actividades diversas, designadamente, entrevistas de fundo, na imprensa escrita, edição de programas de debate televisivo, participados por magistrados e advogados, e a realização do II Colóquio Internacional de Direito Processual, subordinado ao lema: “45 Anos da Organização Judiciária de Moçambique, consolidando o Estado de Direito Democrático”.

21. II Colóquio Internacional de Direito Processual

Realizou-se nos dias 29 e 30 de Novembro de 2023, em Maputo, o II Colóquio Internacional de Direito Processual, ao abrigo do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Tribunal Supremo da República de Moçambique e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

O II Colóquio do Direito Processual decorreu no âmbito da celebração dos 45 anos da Organização Judiciária de Moçambique.

Participam no evento, magistrados, advogados, membros do corpo diplomático acreditado em Moçambique, parceiros de cooperação, estudiosos do direito, Oficiais de Justiça, comunidade académica e sociedade civil.

O Colóquio foi honrado com a presença de oradores da Faculdade de Direito de Lisboa, oradores e moderadores nacionais.



Participantes no II Colóquio Internacional de Direito Processual

Foram apresentados e discutidos, no colóquio, importantes temas, com destaque para os seguintes: *“Organização Judiciária Portuguesa: principais desafios do passado, do presente e do futuro; Organização Judiciária de Moçambique: principais desafios do passado, presente e do futuro; a justiça comunitária e a justiça formal: como fazer as pontes?; Modernização dos tribunais em Moçambique: do papel ao digital, que caminhos a trilhar?; Justiça restaurativa, um legado a restaurar nos tempos que correm?; o tempo da justiça e o tempo do cidadão nos processos cíveis: Os caminhos percorridos por Portugal; o duplo grau de jurisdição, os prazos processuais e a celeridade processual; o sentido e alcance do princípio do favor laboratoris na lei e na jurisprudência moçambicana; a providência de suspensão do despedimento: Como tornar o procedimento mais objectivo?.*

Apresentamos, de seguida, na íntegra, o discurso e as intervenções, proferidos na sessão de abertura do II Colóquio Internacional de Direito Processual:

Discurso do Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**



O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, proferindo o discurso de abertura do II Colóquio Internacional de Direito Processual

“Nesta ocasião em que assinalamos a passagem dos 45 anos da nossa organização judiciária, é uma honra grandíssima podermos partilharmos o momento com todos os distintos convidados, especialmente os fundadores da nossa organização judiciária.

Na história das instituições, há sempre momentos marcantes. Este é, certamente, um de tais momentos. A celebração da memória do nosso sistema de administração da justiça constitui um acto com imenso significado Simbólico, mas também com a densidade da substância do reencontro com a nossa história.

Na ocasião da abertura do ano judicial, historiámos longamente o percurso, os sobressaltos e as conquistas alcançadas ao longo dos 45 anos e os desafios presentes e futuros, como devido tratamento no nosso Plano Estratégico 2022-2026. Não seremos, por isso, repetitivos.

Mas não resistimos à tentação de enfatizar, pelo menos alguns, dois, dos muitos desafios que temos pela frente: o multiculturalismo e a modernização.

Desde a Independência de Moçambique em 1975, pretendeu-se construir um sistema de justiça que corresponda à necessidade de adequar as instituições jurídicas e o próprio Direito à nova concepção do Estado.

A Lei nº12/78, de 02 de Dezembro, primeira Lei da Organização Judiciária de Moçambique independente, cujo 45º aniversário hoje celebra, consagrou uma organização judiciária ancorada em princípios correspondentes à fase revolucionária e de democracia popular proclamados na Constituição de 1975, de entre os quais se salientavam a colegialidade e a efectiva participação popular na administração da justiça e na resolução dos conflitos.

É nesse quadro que foi implementado o sistema dos tribunais populares (incluindo os tribunais de base), que constituem uma experiência rica e ímpar na história da edificação do sistema judicial e que deverá, a nossa ver, ser revisitada, para a nossa pretensão, que é justificada, de adopção de um sistema de justiça que se baseie no reconhecimento das diversas ordens normativas e sistemas de resolução de conflitos.

Na verdade, contrariamente ao que preconiza o positivismo jurídico, o direito legislado não é único e uniforme e muito menos centralizado. Enquanto o direito legislado é resultado de criação racional, cabendo aos órgãos centrais a sua aplicação, o direito consuetudinário é resultado de criação espontânea e as respectivas normas estão firmadas nos padrões de conduta social.

A realidade visível e os estudos documentados explicam que os usos e costumes, os diversos códigos não escritos, estão vivos.

A uma sociedade plural, como a nossa, deve corresponder uma concepção plural do Estado de Direito, baseada na necessidade “promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz”

Significa isto que a justiça deverá se administrar respeitando a assimetria cultural e a legitimidade do direito local. Trata-se de implementar um projecto socio-legal capaz de reordenar as relações tradicionais entre o Estado e a sociedade, olhar para o universalismo ético e o relativismo cultural.

Assim, a inclusão, no debate sobre a reforma do sistema de administração da justiça, há que incluir o acesso ao conhecimento dos usos e costumes locais pelos operadores da Justiça, sendo esse o pressuposto no qual assenta a ampliação do acesso à justiça por via dos mecanismos *alternativos de resolução de conflitos*.

A complementaridade das várias ordens normativas e instâncias de resolução de conflitos, ajudará na administração duma justiça que o povo compreende e aceita.

O segundo desafio é o da modernização

Para o futuro, perante o cenário da explosão da demanda e da elevada complexidade dos casos, há que vencer a resistência à mudança. Não nos devemos acomodar nos métodos artesanais de gestão processual. Temos que elevar a literacia informática, informatizar, introduzir sistemas modernos de gestão processual e documental, fazendo uso das tecnologias de informação e comunicação.

É fundamental, e até urgente, que a Justiça caminhe rapidamente para a era digital, dadas as inúmeras vantagens no encurtamento da distância com o utente, na transparência, no controlo da tramitação dos processos e na responsabilização. Para tal, mais do que palavras, é preciso que todos os intervenientes na disponibilização de recursos, compreendam que a modernização representa um significativo investimento público. Mas tal investimento é justificado pelo interesse na eficiência da função judicial.

Excelências, Distintos Convidados

Todos os ganhos ao longo destes 45 anos de criação do sistema de justiça moçambicano não teriam sido alcançados sem o seu principal activo - as mulheres e os homens que fizeram dos serviços de prestação jurisdicional o seu *metier*, com um elevado sentido de missão e engajamento nacionalista.

Estes homens e mulheres, provenientes de todos os pontos do país, consentiram sacrifícios e mergulharam em carreiras muitas vezes eivadas de incompreensões.

Separados das famílias por razões profissionais, muitas vezes colocados em locais onde as condições de trabalho eram precárias. Condiционaram a sua saúde física e emocional. Problemas lombares, doenças deforo nervosas e outras destacam-se entre o quadro patológico mais directamente ligado a profissão. Apesar de tudo, não desfaleceram.

Por isso, hoje, mais uma vez, a todos vós e àqueles que nos deixaram, prestamos uma sentida e justa pública homenagem. Muito obrigado pelo serviço prestado à pátria amada.

Distintos convidados

Às moçambicanas e moçambicanos que hoje compõem as diversas magistraturas, creio ser tempo de um novo juramento de melhor servir a pátria.

A supremacia do Direito deve ser a nossa obsessão. Temos que estar consciencializados da relevância e das repercussões de cada decisão judicial na vida das pessoas e da nossa sociedade. Cada decisão judicial deve ser portadora duma mensagem que transmita confiança na nossa justiça.

Tenho a certeza de que muitos companheiros aqui presentes e outros espalhados por este Moçambique e pelo mundo partilham a crença de que nós somos capazes. Somos capazes de administrar a justiça vinculados aos interesses de Moçambique e dos moçambicanos. Somos capazes, porque depende inteiramente de nós, de assentarmos a nossa actuação em valores republicanos, de dedicação ao trabalho, da ética, moralidade, honestidade e transparência. Uma justiça de *que* nós nos possamos orgulhar e de que todos os moçambicanos também se orgulhem.

Uma Justiça que nos assegure, a todos nós, moçambicanos, uma manhã de esperança.

Antes de terminar, gostaria de convidar a todos para que me acompanhem num brinde.

À saúde dos nossos fundadores; à saúde de todos os presentes; ao futuro da nossa justiça.

Muito obrigado”

Intervenção do Representante da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa,
Dário Moura Vicente



Dário Moura Vicente, proferindo a intervenção em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

“Comemoram-se no II Colóquio Internacional de Direito Processual, que hoje e amanhã se realiza em Maputo, por iniciativa do Tribunal Supremo e sob o lema da consolidação do Estado de Direito Democrático, os 45 anos da Organização Judiciária de Moçambique.

Trata-se, sem dúvida, de um momento histórico para Moçambique, merecedor de ser assinalado com uma iniciativa científica destinada a debater, com a participação dos magistrados, dos advogados e dos demais agentes que dão corpo à organização judiciária do País, os desafios que esta enfrenta e as reformas que poderão fazê-la progredir e modernizar-se.

Honra-me muito, por isso, o convite que me foi dirigido pelo Venerando Presidente do Tribunal Supremo, Conselheiro **Adelino Muchanga**, a fim de participar neste evento, convite esse que aqui publicamente agradeço.

Uma organização judiciária independente, eficaz e orientada para a realização da Justiça constitui o esteio de um Estado de Direito democrático, alicerçado na separação e interdependência dos poderes, como aquele que a Constituição da República de Moçambique consagra.

E é só no quadro desse Estado de Direito democrático que pode concretizar-se o ideal de *liberdade, unidade, justiça e progresso* que o preâmbulo da Constituição da República proclama no seu primeiro parágrafo como objetivos essenciais da sociedade moçambicana, conquistada que foi, em 25 de junho de 1975, a independência do País.

Ao longo dos 45 anos da sua existência, a Organização Judiciária moçambicana, arrostando com dificuldades imensas, soube afirmar-se e fazer jus ao seu papel constitucional de garante da legalidade e do respeito pelos direitos e liberdades dos cidadãos.

Eventos recentes, amplamente divulgados na comunicação social do país e no estrangeiro, comprovam plenamente essa realidade.

Os tribunais e as demais entidades que integram a organização judiciária moçambicana conquistaram, em razão disso, ao longo deste quase meio século da sua existência, o respeito dos cidadãos e da comunidade internacional.

E não é pequeno o efeito dessa conquista: dela dependem não apenas a confiança dos cidadãos nas instituições que os regem, mas também a dos investidores estrangeiros e dos parceiros de cooperação da República, indispensável a fim de que esta possa tirar pleno partido, no plano económico, das enormes potencialidades do País e alcançar o progresso material e social que daí poderá advir para os seus cidadãos.

A República de Moçambique está assim devedora, a todos e cada um dos seus magistrados e advogados, pelo seu esforço e contributo para a realização da tarefa comum que os une na edificação e no funcionamento regular da Organização Judiciária cujo 45.º aniversário hoje aqui comemora.

II

Nessa tarefa comum desempenha papel de particular relevo a formação dos juristas, sem a qual não é possível a existência de uma Organização Judiciária à altura das suas responsabilidades.

Será essa, suponho, a razão da minha presença nesta cerimónia, na qual represento a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que desde 1990 vem, através de protocolos de cooperação estabelecidos, primeiro com outras instituições universitárias moçambicanas – com destaque para a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane – e depois com o Tribunal Supremo e o Conselho Constitucional, procurando dar o seu modesto contributo para a formação académica e a qualificação profissional dos juristas moçambicanos.

Logo a partir de 1991 foram muitos os docentes da Faculdade de Direito de Lisboa destacados para, a título permanente, lecionarem – primeiro, em Maputo, na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, e depois, na Beira, no Pólo local desta Universidade e na Faculdade de Direito da Universidade do Zambeze, entretanto aí criada – as mais diversas disciplinas do curso de licenciatura em Direito, situação que se manteve até 2017.

Para muitos jovens juristas portugueses e moçambicanos, foi nesse contato quotidiano e profícuo que se estabeleceram laços mútuos de respeito e amizade, que duraram até aos nossos dias, através dos quais docentes e discentes contribuíram reciprocamente para o enriquecimento intelectual e pessoal de uns e outros:

- Os primeiros através do contato com uma experiência social, jurídica e humana muito diferente da sua e não raro desafiante, que os abriu ao mundo e alargou os seus horizontes culturais e intelectuais;

- Os segundos, pela transmissão do conhecimento quanto aos fundamentos do Direito, que essa oportunidade lhes proporcionou e que os marcou, por via de regra indelevelmente, na sua forma de encarar os problemas que à ordem jurídica compete regular na vida social.

Entretanto, foram lançados, a partir dos primórdios deste século, os cursos de mestrado e de doutoramento, primeiro em Maputo, depois na Beira e finalmente em Maxixe, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade do Save, entretanto criada.

Gradualmente, à medida que esses cursos foram formando os seus pós-graduados, foi possível consolidar a autonomia pedagógica e científica das instituições moçambicanas com que a Faculdade de Direito de Lisboa estabeleceria as referidas parcerias. Assim, entre 2012 e 2023 formaram-se:

- Na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, **106** mestres e 14 doutores em Direito, vários dos quais hoje aqui presentes;
- Na Faculdade de Direito da Universidade do Zambeze, **09** Mestres em Direito; e
- Na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade do Save, **03** Mestres em Direito.

O corpo docente de cada uma destas instituições – cujos membros ocupam hoje também posições de relevo nas profissões jurídicas, nos órgãos de governo e na administração pública de Moçambique – foi-se assim fortalecendo progressivamente; o que permitiu dispensar a colaboração mais intensa que na fase inicial deste projeto a Faculdade de Direito de Lisboa dera ao ensino pré-graduado, concentrando agora os seus esforços agora em cursos pós-graduados e de especialização, bem como na atualização de conhecimentos de magistrados e advogados, nos quais participam paritariamente docentes moçambicanos e portugueses.

Todo este esforço de mais de três décadas não teria sido logrado sem apoios da mais diversa ordem, que tornaram possível que o mesmo se concretizasse e produzisse os seus frutos:

- Em primeiro lugar, o das autoridades moçambicanas, que acolheram este projeto de cooperação na área do ensino superior do Direito como uma prioridade no âmbito das suas relações com Portugal;
- Em segundo lugar, o das entidades portuguesas responsáveis pela cooperação internacional, com destaque para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Embaixada de Portugal em Maputo e o Consulado de Portugal na Beira, bem como o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua;
- Em terceiro lugar, o das entidades doadoras que com o seu apoio desinteressado se associaram ao projeto, aportando-lhe um indispensável contributo financeiro sem o qual o mesmo provavelmente nunca teria sido conseguido, destacando-se neste âmbito a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Todas essas entidades são merecedoras do nosso reconhecimento e da nossa gratidão, que aqui ficam registados publicamente.

Tendo dirigido durante 14 anos, entre 2006 e 2020, o Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, responsável na nossa Escola pela conceção e implementação dos projetos de cooperação com os demais países e territórios de língua portuguesa, não tenho qualquer dúvida em afirmar que foi o projeto levado a cabo com Moçambique um dos mais bem sucedidos de todos os que empreendemos, visto que alcançou plenamente o seu objetivo primordial: tornar as instituições irmãs com que colaborámos capazes de, por si, com qualidade e autonomia científica e pedagógica, levarem a cabo a missão educativa que constitucional e legalmente lhes compete.

É, só por isso, muito positivo o balanço que pode traçar-se do modesto contributo dado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa para a formação e existência da Organização Judiciária moçambicana cujo aniversário hoje comemoramos.

III

Mas há ainda um outro domínio, não menos relevante, em que os frutos da atividade de cooperação a que acabei de fazer referência se fizeram sentir neste quase meio século de existência da Organização Judiciária moçambicana e que gostaria de destacar: o reforço das ligações culturais entre Moçambique e Portugal, dois países que se encontram unidos não apenas por uma língua oficial comum, mas também pelo Direito que em larga medida partilham com os demais Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, do Brasil a Timor-Leste.

Estes Países formam atualmente uma *Comunidade Jurídica*, integrada por um conjunto de sistemas jurídicos com inegável coesão, que lhes é dada pela circunstância de as suas fontes legais, jurisprudenciais e doutrinárias se exprimirem numa língua comum e de os juristas neles formados partilharem os mesmos quadros mentais.

O que permite, além do mais, que as soluções jurídicas circulem livremente através desses países, como o atestam não apenas a referência frequentemente feita em obras doutrinárias de cada um deles à doutrina e jurisprudência dos demais, mas também a similitude de muitas soluções legais neles adotadas.

Darei como exemplo apenas, para não ir mais longe, a consagração no artigo 4.º da Constituição moçambicana, em 2004, do *pluralismo jurídico*, depois replicada noutros sistemas jurídicos de países de língua portuguesa, entre os quais Angola e Timor, no qual se reflete um elementar *princípio de adequação* do Direito à realidade social que o mesmo visa regular e que constitui um corolário essencial das próprias finalidades desempenhadas pela ordem jurídica.

Essa livre circulação de ideias entre os Estados membros da CPLP no domínio do Direito, através da qual todos aprendemos uns com os outros, constitui uma inegável mais valia e é, suponho, também a razão de ser da participação neste colóquio de distintos representantes desses Estados.

Que esta comunhão de culturas jurídicas possa perdurar e consolidar-se no futuro, com o contributo, além do mais, de todos aqueles que em Moçambique trabalham diariamente na administração da Justiça – é o voto que neste momento me permito formular.

Muito obrigado.”

Intervenção do Presidente do Conselho Autárquico de Maputo, **Eneas da Conceição Comiche**



O Presidente do Conselho Autárquico de Maputo, **Eneas da Conceição Comiche**, proferindo a intervenção no II Colóquio Internacional de Direito Processual

“Ao tomar a palavra perante Vossas Excelências, gostaria, antes de mais, de agradecer o amável convite que recebi do Doutor **Adelino Manuel Muchanga**, Venerando Juiz-Presidente do Tribunal Supremo, para ser parte desta sessão de abertura do II Colóquio Internacional Sobre Direito Processual.

Em nome dos munícipes, dos membros do Conselho Municipal e em meu nome, endereço calorosas boas-vindas aos participantes neste colóquio, em particular os conferencistas provenientes de fora do Município de Maputo e do estrangeiro, desejando a todos boa estadia nesta Bela Cidade das Acácias e Jacarandás.

Tenho a felicitar o Tribunal Supremo pela realização de mais um Colóquio, dando continuidade a um exercício intelectual fundamental de reflexão e troca de experiências em matéria de Direito Processual, com outras instituições congéneres e associadas à prossecução dos objectivos de edificação do Estado de Direito e reforço da democracia.

Acredito que este encontro, que decorre sob o lema “45 anos da Organização Judiciária de Moçambique: Consolidando o Estado de Direito Democrático”, se reveste de uma importância notável, como momento que, certamente, servirá para avaliar o percurso trilhado pela justiça moçambicana, desde a entrada em vigor da Lei da Organização Judiciária em Moçambique, até aos nossos dias.

A celebração, por esta via, da Lei da Organização Judiciária em Moçambique permite visualizar, analisando com clareza e rigor científico metodológico, os progressos alcançados e os benefícios que trouxe à sociedade no seu todo, e os desafios que se apresentam no contexto actual e em perspectiva.

Como Presidente do Conselho Municipal de Maputo, agrada-me notar que no nosso território estão sendo criadas condições dignas para melhor funcionamento e maior aproximação da Justiça aos munícipes nos sete distritos que compõem este Município.

Com a instalação de tribunais e procuradorias locais, e a inauguração, em praticamente todos os distritos, incluindo o distrito insular KaNyaka, de novos edifícios para os tribunais judiciais, pode-se integrar da melhor maneira o conhecimento existente em matéria de profissionais e quadros formados e treinados desde a Independência Nacional, em 1975.

Apraz-me notar que, nos últimos anos, vêm sendo realizados com regularidade fóruns de carácter internacional de debate, com vista ao intercâmbio de posições e boas práticas no domínio da legalidade e administração da justiça.

O simples facto de estes encontros se realizarem em Maputo e a par com a rápida difusão de informações através de novas tecnologias de informação e comunicação, contribui para elevar o grau de informação e conhecimento geral sobre temas de Justiça e as questões candentes nesta área.

Minhas Senhoras, Meus Senhores

No nosso entendimento, a todos os níveis, os tribunais assumem um papel extraordinariamente importante nem todas as sociedades, garantindo a justiça e a paz social. Neste sentido, o sistema da justiça, enquanto factor de desenvolvimento económico e de promoção da cidadania, coesão e paz social, merece toda a nossa atenção, dado o lugar de relevo que ocupa no Estado de direito democrático que a Constituição da República de Moçambique consagra.

Por essas razões, faz todo o sentido promover eventos de reflexão sobre uma justiça qualitativamente compatível com os paradigmas do Estado de direito democrático, designadamente a proximidade ao cidadão, transparência e integridade. Nesse contexto, creio que a qualidade da justiça há-de necessariamente ser avaliada em todas as suas dimensões, colocando os cidadãos no centro das atenções e buscando garantir o acesso universal à justiça.

Temos ainda o desafio da celeridade e da segurança das decisões judiciais, além de que precisamos de tirar o melhor proveito das novas tecnologias de informação e comunicação para a modernização do nosso sistema judicial. Isso implica, designadamente desmaterializar e simplificar os processos e procedimentos administrativos, o que, por sua vez, contribui para a celeridade processual e descongestionando dos tribunais.

Venerando Juiz-Presidente do Tribunal Supremo

Com estas palavras, termino a minha intervenção desejando aos conferencistas em todos os papéis de oradores, moderadores e outros uma óptima, produtiva e agradável jornada de trabalho

E reitero os meus agradecimentos pelo convite e os votos de boa estadia em Maputo a todos os ilustres visitantes.

Unidos e Coesos, Vamos Fazer de Maputo Uma Cidade mais Bela, Limpa, Empreendedora e Próspera!

Muito obrigado pela atenção “.

22. Administração da Justiça Eleitoral

No âmbito da preparação do ciclo eleitoral de 2023, relativo às VI Eleições Autárquicas, foram realizadas, no ano de 2023, **11** acções de formação, beneficiando, a nível nacional, um total de **764** profissionais, dentre Magistrados Judiciais e do Ministério Público e Inspectores do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), sob o lema: “*Administração da Justiça Eleitoral, em prol da consolidação da Paz, Democracia e Estado de Direito*”.

As acções de formação foram co-organizadas pelo Tribunal Supremo, Procuradoria-Geral da República, Comissão Nacional de Eleições e Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), com o apoio da Embaixada da Noruega e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A cerimónia de lançamento do ciclo das acções de formação teve lugar, no dia 13 de Maio de 2023, na Ponta D´Ouro e foi dirigida pelo Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga** e contou com a presença da Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, **Gracinda da Graça Muiambo**, da Procuradora - Chefe da Cidade de Maputo, **Tássia Martins**, do Representante da Comissão Nacional de Eleições (CNE), **Paulo Cuinica**, e do Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), **António Molpeceres**, entre outros convidados.



Participantes na cerimónia de abertura das acções de formação em matéria de ilícitos e contencioso eleitorais: Na primeira fila, da esquerda para a direita: O representante residente do PNUD, **António Molpeceres**, a Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, **Gracinda da Graça Muiambo**, o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, a Procuradora - Chefe da Cidade de Maputo, **Tássia Martins** e o representante da Comissão Nacional de Eleições, **Paulo Cuinica**

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, no discurso de ocasião, referiu que *“queremos que os Tribunais sejam os árbitros invisíveis nos momentos em que o jogo eleitoral decorre sem infracções, mas também que sejam árbitros presentes e visíveis com competência de isenção e imparcialidade nos casos em que o jogo eleitoral se desvie dos seus caminhos legais”*.

O Presidente do Tribunal Supremo, defendeu, também, que desde logo que o legislador confiou aos tribunais a tarefa de apreciar em primeira instância o contencioso eleitoral resultante de processos eleitorais, os tribunais passaram a assumir uma responsabilidade acrescida acima das funções e atribuições tradicionais.

A propósito, o Presidente do Tribunal Supremo, destacou que tal responsabilidade deve ser assumida com elevado sentido de missão, uma vez que a independência dos órgãos de justiça constitui um factor gerador de confiança e credibilidade do processo eleitoral e consequentemente do respeito pela vontade que os eleitores expressam através do sufrágio, pelo que ao assumir tal responsabilidade, os tribunais são obrigados a uma preparação adequada, e esta acção de capacitação enquadra-se no tal processo.

Na sequência, o Presidente do Tribunal Supremo, apelou aos actores políticos e os envolvidos nos processos eleitorais, incluindo a sociedade civil e o próprio cidadão, para que se apropriem do quadro regular do processo eleitoral de forma a evitar a apresentação junto dos tribunais, recursos contenciosos sem observância da lei, sob o risco de indeferimento ou julgados improcedentes.

O Presidente do Tribunal Supremo anotou que *“nas últimas eleições de 2018, do universo dos recursos contenciosos eleitorais tramitados, 95% foram indeferidos ou considerados improcedentes por preterição de formalidades prescritas na própria legislação eleitoral ou pela legislação comum, designadamente, o incumprimento de prazos, não formulação de pedidos, deficiência na identificação das partes, não menção das provas relevantes e até a ausência do objecto de recurso”*.

O Presidente do Tribunal Supremo apontou, ainda, o domínio de procedimentos por parte dos actores políticos, como uma condição necessária não apenas para a correcta impugnação dos actos e procedimentos considerados ilegais, mas também para a compreensão das decisões dos tribunais.

Num outro desenvolvimento, o Presidente do Tribunal Supremo, exortou aos magistrados a um maior preparo no tratamento de recursos contenciosos eleitorais, porquanto o desconhecimento das leis e de procedimentos de impugnação por parte dos actores políticos, leva muitas vezes a alegações de falta de independência e transparência dos Tribunais.

Por sua vez, a Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, **Gracinda da Graça Muiambo**, na sua intervenção, referiu que a justiça eleitoral é um desafio bastante acrescido para os tribunais, pois o contencioso eleitoral demanda competências que exigem a actualização ou adopção de medidas, uma vez que a tipologia da viciosidade eleitoral evolui, e justifica-se o aperfeiçoamento e actualização regular dos programas de formação contínua.

A Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo destacou que a justiça eleitoral representa uma dimensão essencial do contrato social, consolidação da paz, democracia e Estado de Direito, é a base da coesão social, estabilidade e funcionalidade do Estado, e é por reconhecer a relevância do papel dos tribunais neste processo, que são promovidas acções de capacitação.

A Procuradora - Chefe da Cidade de Maputo, **Tássia Martins**, intervindo, na ocasião, saudou a iniciativa de capacitação, porquanto irá munir os magistrados de ferramentas para atender aos desafios sobre os ilícitos e contenciosos eleitorais.

A Procuradora-Chefe da Cidade de Maputo, apelou os magistrados, que no exercício das suas actividades, é de suma importância o cumprimento do seu dever, agindo dentro das suas competências e atribuições e sempre sobre a égide dos valores de legalidade, integridade, imparcialidade e transparência, não esquecendo os princípios éticos e de moralidade.

O Representante da Comissão Nacional de Eleições, **Paulo Cuinica**, referiu na sua intervenção, que considera que acção da CNE, não seria completa no que concerne à organização e realização de processos eleitorais sem a participação dos tribunais, pois o processo no seu todo carece de um elemento fundamental que é a administração da justiça eleitoral.

O Representante da Comissão Nacional de Eleições, referiu que os “tribunais são o último produto de todo o edifício eleitoral de onde os concorrentes, os cidadãos e os eleitores irão sempre recorrer para ver quaisquer dúvidas esclarecidas e quiçá buscar a reposição da verdade eleitoral”.

Por seu turno, o Representante Residente do PNUD, **António Molpeceres**, garantiu continuar a prestar apoio ao Sector da justiça, com vista à aproximação da justiça eleitoral ao cidadão.



Participantes na cerimónia de encerramento das acções de formação de Magistrados Judiciais e do Ministério Público e Investigadores do SERNIC, em matéria de ilícitos e contencioso eleitorais

23. Seminário de Harmonização de Procedimentos na Tramitação de Processos de Branqueamento de Capitais, Terrorismo e Financiamento ao Terrorismo

Teve lugar, nos dias 27 e 28 de Fevereiro de 2023, em Maputo, a realização do seminário de harmonização de procedimentos na tramitação de processos de branqueamento de capitais, terrorismo e financiamento ao terrorismo, dirigido aos Magistrados Judiciais e do Ministério Público.

A cerimónia de abertura do seminário de Magistrados foi dirigida pelo Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, e contou com a presença do Ministro da Economia e Finanças, **Ernesto Max Elias Tonela**, do Vice-Procurador-Geral da República, **Alberto Paulo**, do Secretário-Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, **Manuel Didier Malunga** e dos representantes do Banco Mundial em Moçambique, **Julian Casal** e da Delegação da União Europeia em Moçambique, **Abel Paqueras**, entre outros convidados.



Participantes no seminário. Na primeira fila da esquerda para a direita: o representante da Delegação da União Europeia, **Abel Paqueras**, o Secretário Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, **Manuel Didier Malunga**, Ministro da Economia e Finanças, **Ernesto Max Elias Tonela**, o Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, o Vice-Procurador-Geral da República, **Alberto Paulo** e o representante do Banco Mundial, **Julian Casal**

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, no discurso de ocasião, referiu que o branqueamento de capitais, em todas as suas dimensões, designadamente a colocação de fundos, ilicitamente obtidos, no mercado formal e a circulação e integração de bens nos circuitos económicos legítimos, não só fomenta a concorrência desleal, como, também, resulta na penetração, pelos criminosos, no sistema financeiro nacional e internacional, facilitando a prática de outros crimes.

O Presidente do Tribunal Supremo destacou que o combate ao branqueamento de capitais e a prevenção e supressão do financiamento ao terrorismo, tornam-se uma prioridade para os dias que correm e as medidas a tomar, da parte dos tribunais, que incluem a responsabilização criminal, o congelamento e a perda de bens pertencentes aos autores, devem transmitir uma mensagem clara, de que o crime não compensa.

No discurso, o Presidente do Tribunal Supremo referiu, também, que a prevenção e combate ao branqueamento de capitais, terrorismo e financiamento ao terrorismo, não depende exclusivamente da actuação dos tribunais, em sede de apreciação e decisão, na medida em que se mostra também necessário aumentar a transparência na constituição de empresas e adoptar maior controle das fontes de financiamento dos diversos empreendimentos.

O Presidente do Tribunal Supremo, prosseguiu, no discurso, sustentando, ainda, que a característica da transnacionalidade, de afectar ou envolver diversas ordens jurídicas nacionais, particulariza e faz da criminalidade organizada um desafio para os Estados, desde logo, porque as normas do direito penal e direito processual penal dos diferentes Estados são diferentes.

A este respeito, referiu que os ilícitos criminais e as garantias processuais variam ligeiramente ou significativamente de Estado para Estado e nenhum Estado pode lidar com o fenómeno de forma isolada e, por essa razão, os Estados devem adoptar uma multiplicidade de instrumentos jurídicos que preveem, entre outras medidas, o alargamento da competência jurisdicional penal dos Estados, nomeadamente, através da superação do tradicional princípio da territorialidade.

Num outro desenvolvimento, o Presidente do Tribunal Supremo anotou que Moçambique tem vindo a adoptar, de forma paulatina, as medidas referidas, mas, há que reconhecer algumas limitações para perspectivar e equacionar os métodos e procedimentos probatórios mais idóneos e adequados a revelar e demonstrar a realidade sob investigação e investir seriamente na criação de capacidade de investigação e esgotar o debate sobre os procedimentos de investigação.

O Presidente do Tribunal Supremo, avançou, referindo, ainda, que *“a investigação da criminalidade organizada também dita o envolvimento de entidades privadas, máxime empresas de telecomunicações, entidades bancárias e instituições financeiras, entre outras, e nestes casos, há que equacionar a possibilidade de dispensa do dever do segredo profissional bancário, fiscal ou de outra natureza”*.

Defendeu que se mostra, por isso, *“importante regulamentar o procedimento de obtenção de informação sigilosa de modo a evitarem-se nulidades processuais. Ou seja, há que consolidar e melhorar as medidas, os instrumentos e as instituições até aqui criadas e implementadas”*.

O Presidente do Tribunal Supremo prosseguiu no discurso, sustentando, ainda, que há que prosseguir com a reforma legal, tornando o Direito Penal socialmente mais abrangente, sofisticando os mecanismos de obtenção de provas do crime organizado e transnacional, mas sem pôr em causa os princípios estruturantes do processo penal e do sistema jurídico, nem os direitos e liberdades das pessoas.

A propósito, o Presidente do Tribunal Supremo referiu que *“é neste contexto de debates, de dilemas e limitações que somos chamados a intervir e a Directiva nº 1/2023, de 25 de Janeiro, sobre a celeridade na tramitação de processos de branqueamento de capitais, terrorismo e financiamento ao terrorismo e o tratamento da informação judicial, resulta da consciência de que o sistema judicial deve ajustar-se constantemente às necessidades decorrentes de novas exigências nas áreas social, económica e política, e a exigência actual é da retirada de Moçambique da Lista Cinzenta, tal exigência, convoca-nos para um esforço adicional”*.

A propósito, o Presidente do Tribunal Supremo sustentou, ainda, que *mais do que a Directiva ou até a abundância de legislação, é no sentido de missão dos nossos magistrados que queremos acreditar e confiar. É no espírito patriótico e no orgulho de pertencermos a uma nação livre do crime organizado que nós queremos depositar a nossa certeza*.

Por seu turno, o Ministro da Economia e Finanças, **Ernesto Max Elias Tonela**, referiu, na ocasião, que no ano passado, o país foi colocado na lista de vigilância acrescida devido a preocupações associadas à deficiência no sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, identificadas pelo GAFI e para ser retirado da lista, Moçambique precisa de tomar medidas para resolver questões suscitadas por GAFI.

O Ministro da Economia e Finanças referiu ainda que *“estamos comprometidos em resolver as deficiências identificadas e melhorar a nossa contribuição para o reforço do sistema financeiro internacional e foi neste sentido que o Governo desencadeou, tempestivamente, acções com objectivo de assegurar a remoção do país de forma sustentável num prazo de 24 meses, e destaca-se, entre as medidas tomadas, a elaboração de uma estratégia detalhada para a implementação do plano de trabalho acordado com GAFI, com cronograma que envolve o reforço do quadro legal, o fortalecimento das acções das medidas de supervisão e medidas operacionais que assegurem eficácia no cumprimento da lei”*.

Dando seguimento à intervenção, o Ministro da Economia e Finanças apontou, ainda, que o Governo tomou, ainda, acções com vista ao reforço da cooperação internacional com outros países e organizações para o combate ao fenómeno de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, estabeleceu um comité executivo multisectorial de coordenação do qual faz parte o Tribunal Supremo que funciona com uma tarefa de remoção do país da lista cinzenta e para este desiderato, o país deve demonstrar progressos significativos e o sistema judicial desempenha um papel crítico no processo.

O Secretário Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, **Manuel Didier Malunga**, em representação da respectiva Ministra, referiu, na intervenção, que o Estado moçambicano tem sofrido, de forma cruel e directa, pelo fenómeno de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, contanto que o branqueamento de capitais traz consigo consequências nefásticas para o Estado, para a economia e para a sociedade, no geral, na medida em que favorece a expansão do crime organizado, uma vez que permite aos criminosos a usar e tirar benefícios dos seus fundos ilegais, reduzindo assim a capacidade do Estado em colectar impostos e enfraquecendo o sistema de controlo da economia, e o financiamento ao terrorismo permite a invasão terrorista.

Por seu turno, o representante do Banco Mundial em Moçambique, **Julian Casal**, referiu, na intervenção, que *“sair da lista cinzenta é crucial para Moçambique, por uma série de razões: primeiro, promover o acesso aos mercados financeiros internacionais, continuar a atrair investimentos estrangeiros e participar no comércio internacional; segundo, estar na lista cinzenta pode prejudicar a reputação do país como um parceiro fiável e de confiança e isso pode ter implicações a longo prazo para o crescimento e desenvolvimento económico de Moçambique; terceiro, eliminar as deficiências de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo é essencial para criar um sistema financeiro estável e transparente; quarto lugar, eliminar as deficiências de branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo é uma demonstração da capacidade de Moçambique para cumprir os seus compromissos internacionais”*.

O representante do Banco Mundial em Moçambique anoutou, também, que a contribuição dos tribunais e dos juizes para a saída de Moçambique da lista cinzenta do GAFI é fundamental e consiste, principalmente, em fazer cumprir e interpretar as leis e regulamentos do país relacionados com o combate ao branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

O representante da União Europeia em Moçambique, **Abel Paqueras** referiu que a União Europeia tem disponível, a pedido do Governo de Moçambique, de coordenar junto do Banco Mundial o Comité de Coordenação Técnica de Mecanismo Nacional para remoção de Moçambique da lista cinzenta do GAFI, e este objectivo só será possível e durável se se mantiver nos próximos meses o forte compromisso das instituições moçambicanas que estão demonstrando até agora e as acções desenvolvidas têm o carácter estratégico e não só de curto prazo.

O representante da União Europeia em Moçambique referiu, ainda, que no processo, com tanto actores, a coordenação será fulcral, como é indispensável o trabalho coordenado da cadeia da justiça criminal desde a detenção de potenciais indícios e suspeitos pelo GAFI, a importantíssima investigação judicial a ser feita pela SERNIC, passando pelas diligências a cargo da Procuradoria-Geral da República, até ao julgamento pelos magistrados dos tribunais.

24. Celebração dos 30 Anos do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo

O Tribunal de Menores da Cidade de Maputo foi criado através do Decreto nº 40/93, de 31 de Dezembro, com competências para o conhecimento de todas as acções e providências relativas à jurisdição de menores.

Para assinalar os 30 anos de criação, o Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), organizou diversas actividades, com destaque para a realização de jornadas científicas, edição de programas na rádio e na imprensa escrita, debates televisivos e realização da Iniciativa *“Tribunal de Menores de Portas Abertas”* e, ainda, a realização de um simpósio.

A celebração dos 30 anos de criação do Tribunal de Menores decorreu sob o lema: *“Tribunal de Menores: 30 Anos em Prol da Promoção e Protecção dos direitos da Criança”*.

24.1. Programa “*Tribunal de Menores de Portas Abertas*”

O Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, no âmbito das celebrações dos 30 anos da sua existência, levou a cabo a iniciativa “*Tribunal de Menores de Portas Abertas*”, entre os dias 07 e 21 de Agosto de 2023, tendo recebido em suas instalações estudantes dos cursos de Direito das Universidades Públicas e Privadas, sediadas na Cidade de Maputo, com o objectivo de gerar a necessária proximidade entre a justiça e os cidadãos.

Os estudantes participaram de uma visita guiada às instalações do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, tendo escalado a Curadoria de Menores, Secretaria, Cartórios Judiciais, entre outros compartimentos, com vista a conhecer a organização, funcionamento e o ambiente de trabalho do tribunal.



Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane que participaram da Iniciativa “*Tribunal de Menores de Portas Abertas*”



A Juíza Presidente do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, **Maria Laura Tomas, Lucas Karlsen** dirigindo-se aos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade São Tomás e do ISCTEM.



Estudantes de Direito da Universidade Politécnica, visitando a 4ª Secção do Tribunal de Menores da Cidade Maputo

24.2. Jornadas Científicas

As jornadas científicas do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo tiveram lugar nos Distritos Municipais de KaNyaka, KaTembe, KaPfumo, KaMavota, Nihamankulu e KaMaxaqueni, dirigidas por equipas multisectoriais do Tribunal e Curadoria de Menores, Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica, Gabinete de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência, Direcção do Género Criança Acção Social, Polícia da República de Moçambique, Juízes dos Tribunais Comunitário.

As jornadas científicas consistiram nos encontros, na sala, com os órgãos locais, autoridades e líderes comunitários, debates de temas orientados à promoção e protecção dos direitos da criança, visitas a famílias vulneráveis, com menores abandonados e aos centros de acolhimentos.

No decurso das jornadas científicas foram abordados vários temas, com destaque para os seguintes: o objecto e a finalidade do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo e os processos tramitados; a Sensibilização sobre a prevenção criminal de menores imputáveis e as medidas sócio educativas aplicadas e a materialização das mesmas; o Procedimento para a tutela institucional/sensibilização aos Centros de Acolhimento quanto a tutela institucional; a recomendação aos Centros de Acolhimento para o cumprimento escrupuloso do previsto no Regulamento dos Centros de Acolhimento; o papel desempenhado pelo IPAJ na Jurisdição de Menores; e o Índice de Violência contra Menores e o tratamento dado.

As jornadas científicas no Distrito Municipal KaNyaka traduziram-se na realização de palestras de divulgação das atribuições do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo e no desenvolvimento de acções tendo em vista a promoção e protecção da criança.



Participantes na jornada científica no Distrito Municipal KaNyaka



Encontro do grupo multidisciplinar com o Régulo Nyaka, na sua residência



Pormenores da visita do grupo multidisciplinar às famílias com menores em situação vulnerável no Distrito Municipal KaNyaka

A group of people are sitting in a circle in a room with a wooden coffee table and a bookshelf. The room has a tiled floor and a wooden bench. A man in a blue suit is sitting on the bench, and a woman in a white shirt is sitting next to him. A woman in a grey and white striped shirt is sitting on a wooden chair, and a woman in a blue dress is sitting on another wooden chair. A woman in a leopard print shirt is sitting in the foreground, and a woman in a blue shirt is sitting next to her. A wooden coffee table is in the center of the room, and a bookshelf is in the background. A wooden bench is against the wall, and a wooden cross is on the wall. A wooden door is open in the background.

131

Principais Constatações

- Existência de crianças vítimas de violência psicológica, sexual e em trabalho infantil nos Distritos Municipais da Cidade de Maputo;
- Existência de casos de gravidezes precoces de menores de 13 e 14 anos;
- Desistência escolar por gravidez;
- Registo de casos de menores em conflito com a lei, associada a venda de droga e consumo de bebida alcoólica;
- Existência de crianças iletradas, que nunca frequentaram uma escola;
- Grande parte de conflitualidade é resolvida pelos líderes comunitários;
- Registo de poucos processos de menores que dão entrada no Tribunal Judicial do Distrito Municipal KaNyaka;
- Existência de crianças sem registo de nascimento até idade adulta, no Distrito Municipal KaNyaka;
- Fraca rede de Centros Infantis e de Famílias de acolhimento nos Distritos Municipais da Cidade de Maputo;
- Falta de técnicos capacitados para trabalhar com menores nos Centros Infantis.

Principais recomendações

- Formação da Polícia e dos líderes comunitários em matérias de menores e direitos da criança;
- Envolvimento multisectorial dos operadores do Tribunal de Menores à causa de menores;
- Promover os serviços do Tribunal de Menores nas comunidades;
- Instalação e funcionamento de Centro de Acolhimento no Distrito KaNyaka;
- Sensibilização das famílias a aproximar ao Tribunal para o devido tratamento dos direitos de menores;
- Encetar diligências junto da Conservatória, com vista a promover o registo de nascimento de crianças.

24.3. I Simpósio sobre a Jurisdição de Menores e Direitos Conexos

O Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, realizou, entre os dias 24 e 25 de Outubro de 2023, em Maputo, o I Simpósio sobre a jurisdição de menores e direitos conexos, no âmbito da celebração dos 30 anos da sua criação.

A cerimónia de abertura foi dirigida por **João António da Assunção Baptista Beirão**, Vice-Presidente do Tribunal Supremo e contou com a presença do Provedor de Justiça, **Isaque Chande**, do Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, **Carlos Joaquim Nogueira Martins**, Magistrados Judiciais e do Ministério Público, advogados, parceiros de cooperação, oficiais de justiça, entre outros convidados.



Participantes no I Simpósio sobre a Jurisdição de Menores e Direitos Conexos

No simpósio, foram debatidos diversos temas, designadamente, a inibição do poder parental; a tramitação processual de averiguação e investigação oficiosa de maternidade ou paternidade; a perícia médico-legal na violência infantil; o acolhimento em período de emergência; os desafios da tramitação processual no âmbito do reconhecimento judicial ou cessação da união de facto; prevenção criminal e a materialização das medidas, a criança em migração em situação irregular e alimentos devidos a menores.

O Vice-Presidente do Tribunal Supremo, **João António da Assunção Baptista Beirão**, no discurso de ocasião, enalteceu os 30 anos de criação do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, jurisdição que funda um sistema legal especializado da justiça juvenil, no domínio da prevenção criminal e à protecção da criança, através de adopção de providências civis, face à demanda, em tempo útil.

O Vice-Presidente do Tribunal Supremo anotou que “o *Simpósio assinala a celebração, mas, também, constitui um fórum para diagnosticar problemas candentes da justiça juvenil, identificar os desafios e reflectir em torno da reforma da justiça e do Direito Juvenil em Moçambique*”.

O Vice-presidente do Tribunal Supremo, ainda, anotou, que “*embora no domínio normativo contamos com um quadro jurídico que evoluiu ao longo do tempo, a saber, Lei da Organização Jurisdicional de Menores, o Código civil, a Lei do abandono da família, a Lei da família, a Lei de bases de protecção a criança entre outras, é imperioso reflectir, se efectivamente o actual sistema normativo responde à necessidade de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança em Moçambique*”.

Na sequência, referiu que urge a adopção e implementação de políticas públicas e modelos adequados e eficazes com especial atenção para o acompanhamento da primeira infância, prevenção criminal e protecção à minoridade.

O Vice-Presidente do Tribunal Supremo, exortou aos presentes, a adoptar uma postura diferente em relação à criança, abandonando o hábito de vê-la como um ser dependente de adultos, ou seja, *“questionar também sobre o que a criança pensa e faz, relacioná-la ao contexto sócio cultural da sua infância, os seus modos de actuação e as suas lógicas, sem cairmos no risco de secundarizar ou desprezar os seus assuntos pelo simples facto de serem crianças”*.

O Vice-Presidente do Tribunal Supremo desafiou, ainda, aos participantes, a fazer uma introspecção, atendendo à evolução social e o risco dos problemas e fenómenos que as sociedades modernas impõem às crianças, a destacar, a inseminação artificial, as uniões precoces, a homossexualidade, o consumo de drogas, a educação, o terrorismo, as alterações climáticas, a biodiversidade, o ambiente, os problemas do tráfego de espécies da fauna e flora por conta de uma economia alicerçada na ganância e na predação dos recursos naturais.



João António da Assunção Baptista Beirão, Vice-Presidente do Tribunal Supremo, proferindo o discurso de abertura do I Simpósio sobre a Jurisdição de Menores e Direitos Conexos

Por sua vez, a Juíza Presidente do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, **Maria Laura Tomás Lucas Karlsen**, intervindo na ocasião, exaltou os defensores dos direitos humanos da criança, apontando que a defesa dos seus direitos, está prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e na Carta Africana sobre a protecção da criança.

A Juíza Presidente do Tribunal de Menores da Cidade, referiu, ainda, que durante os 30 anos de existência do tribunal, a sua missão sempre foi a salvaguarda dos direitos e interesses das crianças, garantindo que o mesmo seja um veículo para o desenvolvimento da sua personalidade, progresso pleno e harmonioso, de modo a que lhes sejam reconhecidos os direitos à educação, à saúde, alimentação, vestuário, habitação, lazer e particularmente, protecção jurídica quando em conflito com a lei.

A Juíza Presidente do Tribunal de Menores, anotou que *“a realização do Simpósio, não é apenas mero cumprimento de agenda, mas um espaço para o melhoramento dos conhecimentos, tendo como horizonte, o melhor servir aos menores e à justiça de menores em especial”*.



A Juíza Presidente do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, **Maria Laura Tomás Lucas Karlsen**, proferindo a intervenção na sessão de abertura do I Simpósio sobre a Jurisdição de Menores e Direitos Conexos



Pormenores do I Simpósio do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo sobre a Jurisdição de Menores e Direitos Conexos

25. Desenvolvimento do Capital Humano

25.1. Formação de Magistrados Judiciais em matéria de combate a crimes contra a Vida Selvagem

No âmbito da implementação do Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais 2022 - 2026, e da iniciativa do reforço da capacidade do judiciário no combate a crimes contra a vida selvagem, foram realizadas **02** acções de formação, em 2023, contemplando, um total de, **40** Juizes das zonas sul e norte do país.

A iniciativa, cuja implementação decorre desde o ano de 2017, conta com o apoio da USAID - Moçambique, através do Projecto SPEED+, em parceria com a Agência das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), WWF For Living Planet, WCS e outros parceiros, tem por objectivo aumentar conhecimentos, habilidades e atitudes adequados e suficientes dos magistrados e intervenientes relevantes para enfrentar os desafios que a nova e complexa criminalidade contra a vida selvagem e crimes conexos colocam ao Judiciário.

A acção de formação para os Magistrados Judiciais da zona sul, em matéria de crimes contra a vida selvagem, realizou-se entre os dias 27 e 31 de Março de 2023, na Ponta D'Ouro, Distrito de Matutuíne, Província de Maputo.

Por seu turno, a acção de formação para os Juizes da zona norte, em matéria de crimes contra a vida selvagem, teve lugar entre os dias 24 e 28 de Abril de 2023, na Ponta D'Ouro, Distrito de Matutuíne, Província de Maputo.



Participantes na acção de formação de Magistrados Judiciais, da zona sul do país. Da esquerda para a direita: O Chefe da Reserva de Maputo, **Natércio Ngovene**, o Juiz Desembargador, **Luís Mabote Júnior**, o Chefe da equipa de Recursos Naturais da USAID - Moçambique, **Moffatt Ngugi** e a representante da US - Forest, **Vilma Machava**



Participantes na acção de formação de Magistrados Judiciais da região norte do país, em matéria de combate a crimes contra a vida selvagem

25.2. Capacitação de Oficiais de Justiça do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo em matéria de Estatísticas Judiciais

Dezanove operadores da Justiça, do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, dos quais, **05** Escrivães de direito, **10** Ajudantes de Escrivães, **02** Escriurários Judiciais e **02** Técnicos de Estatística, beneficiam-se nos dias 28 e 29 de Junho de 2023, em Macaneta, Distrito de Marracuene, de uma acção de capacitação em matéria de estatísticas judiciais.

A formação foi organizada pelo Tribunal de Menores da Cidade de Maputo e ministrada pelo Tribunal Supremo, em cumprimento do Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais 2022 -2026.



Participantes na acção de capacitação de oficiais de justiça do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, em matéria de estatísticas judiciais. Na primeira fila, da esquerda para direita: A Juíza Presidente do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, **Maria Laura Tomás Lucas Manuel Karlsen**, Chefe do Departamento de Informação Judicial e Estatística do Tribunal Supremo, **Sílvio Alfredo João Mandlate**

A Juíza Presidente do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, **Maria Laura Tomás Lucas Manuel Karlsen**, defendeu que a estatística judicial permite a análise e avaliação do grau de alcance dos objectivos, metas e indicadores, previamente traçados para os Tribunais. E mais ainda, assume um papel fundamental, pois, auxilia no levantamento de dados dos diversos processos de modo a orientar e comunicar adequadamente com base nos números, na determinação das actividades do sector.

A Juíza Presidente do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, referiu que a sua expectativa é que com a acção de formação, o Tribunal de Menores seja mais um exemplo, ao longo do país com dados processuais que traduzem uma informação precisa, completa, confiável acessível e segura.

Na acção de 2 dias, foram discutidos entre outros temas relacionados com a importância da estatística no aparelho judicial, o uso de Excel como ferramenta para a elaboração de mapas estatísticos e a elaboração de relatórios e indicadores de desempenho.

25.3. III Reunião Nacional dos Oficiais de Justiça dos Tribunais judiciais

Decorreu nos dias 11 e 12 de Abril de 2023, na Cidade da Beira, a III Reunião Nacional dos Oficiais de Justiça dos Tribunais Judiciais, sob o lema *“Por um Oficial de Justiça e Assistente de Oficial de Justiça livre da corrupção”*.

A reunião dirigida pelo Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga** foi organizada pela Associação Moçambicana dos Oficiais de Justiça e Assistentes de Oficiais de Justiça e contou com o apoio da União Europeia e tinha por objectivo a auscultação dos membros da agremiação no âmbito da elaboração do código de ética e deontologia profissionais.

Na reunião foram debatidos temas importantes, designadamente, o papel do Oficial de Justiça no sector, ética e deontologia profissional dos Oficiais e Assistentes de Oficiais de Justiça, a prevenção e combate à corrupção no Judiciário, direitos e obrigações dos membros da associação, consolidação do corpo directivo da associação, entre outros.

O Presidente do Tribunal Supremo, **Adelino Manuel Muchanga**, no discurso de ocasião, destacou a relevância da actuação dos Oficiais de Justiça e Assistentes de Oficiais de Justiça na construção de um Estado de Direito Democrático, assegurando o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos e fundada na harmonia social.

O Presidente do Tribunal Supremo anotou que a principal preocupação é que os Oficiais de Justiça pautem a sua conduta por princípios éticos, intrínsecos à sua condição de servidores públicos, mantendo a supremacia do interesse público e da boa administração da justiça em detrimento de interesses internos, egoístas e privados.

A propósito, o Presidente do Tribunal Supremo, referiu que a expectativa é que o código de ética, cuja proposta foi estruturada e apreciada na reunião, deve ser um instrumento capaz de estabelecer os padrões de responsabilidades e deveres do Oficial de Justiça, que sirva de directrizes para avaliar a adequação das condutas, contribuições para o fortalecimento e ampliação do significado social da profissão.

A Presidente da Associação Moçambicana dos Oficiais de Justiça e Assistentes de Oficiais de Justiça, **Maria Teresa de Sousa Coutinho**, na intervenção, referiu que o seminário é um dos momentos nobres que os oficiais de justiça têm para a partilha de ideias, conhecimentos adquiridos e acumulados no desempenho do trabalho.

A Presidente da Associação Moçambicana dos Oficiais e Assistentes de Justiça, defendeu, na sua intervenção, que para ter uma sociedade global justa se impõe que todos os oficiais de justiça tenham como princípio orientador a luta implacável contra a corrupção.

A propósito, referiu que a corrupção tem sido diariamente reportada como um dos grandes males, que enferma a sociedade e as instituições públicas, e os tribunais não estão imunes à esta prática, impondo-se, desde logo, a regular capacitação em conhecimentos técnicos e fundamentais relativos à corrupção, integridade, independência, imparcialidade, com vista a dar uma resposta consistente no desempenho das suas actividades.

Por sua vez, o Presidente do Conselho Municipal da Cidade da Beira, **Albano Carige António**, referiu na intervenção, que com a realização do seminário, estão lançadas as bases de boa actuação do oficial de justiça, com vista ao resgate dos valores morais e da convivência social e o oficial de justiça deve ter a coragem de encarar o fenómeno da corrupção e inverter a dinâmica deste cancro social.



Participantes na III Reunião Nacional de Oficiais de Justiça e Assistentes de Oficiais de Justiça

25.4.Seminário Jurídico – Processual do Tribunal Superior de Recurso de Maputo

O Tribunal Superior de Recurso de Maputo reuniu-se, em seminário jurídico processual, nos dias 04 e 05 de Abril de 2023, na Cidade de Maputo.

O Seminário Jurídico-Processual foi dirigido pelo Juiz Presidente do Tribunal Superior de Recurso de Maputo, **Manuel Guidione Bucuane**, Juiz Desembargador, tendo como participantes, Juizes Desembargadores e Secretários Judiciais do Tribunal Superior de Recurso de Maputo.



Magistrados e Oficiais de Justiça que participaram no Seminário Jurídico – Processual do Tribunal Superior de Recurso de Maputo

O seminário visava apresentar e debater temas de âmbito jurídico-processual das áreas penal e laboral, com o objectivo de, tanto quanto possível, encontrar formas comuns de actuação e entendimento sobre as diferentes matérias trazidas nos processos apreciados pelas secções do tribunal.

No seminário, foram apresentados importantes temas com destaque para os seguintes: Sanação/Suprimento das invalidades e o prazo; recursos – alguns assuntos para debate; o novo regime da prisão preventiva; processo de transgressão por infracção à Lei das Instituições de Créditos e Sociedades Financeiras; audiência preliminar e debate preliminar; requisitos para a publicação de artigos na Revista dos Tribunais Judiciais “*O Embondeiro*” e o Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais 2022 – 2026. Os trabalhos do seminário tornaram possível o alcance das seguintes constatações:

No que respeita aos procedimentos a seguir quando haja reclamação e os requisitos de notificação da nota de culpa, há que ter em atenção que o processo disciplinar segue primeiramente as regras da Lei do Trabalho mas que, subsidiariamente, segue as regras do processo penal e se o processo penal não responder, recorre-se ao processo civil porque o próprio processo penal dispõe que naquilo que não houver como regulamentação recorre-se ao processo civil. Assim sendo, no que toca a reclamação as questões que podem se colocar seriam as seguintes: *qual é o órgão competente em relação ao qual deve ser feita a reclamação? Igual é o prazo e quem é a pessoa legítima?* Relativamente a legitimidade nunca poderá ser o Tribunal mas sim, a própria entidade empregador.

- Quanto ao procedimento, seguem-se as regras do código do processo civil, isso na eventualidade do processo penal não dispuser de matérias de regulamentação relativas a matéria penal. O CPP anterior remetia essa questão da regulação da reclamação em matéria penal ao CPC.

- A primeira reacção do trabalhador em face de uma decisão disciplinar é o recurso intra-administração ou seja, lá na empresa, contudo indo por esta via de impugnação, os prazos de impugnação judicial não se suspendem, com excepção da suspensão prevista no artigo 56 da LT, e passando aqueles prazos não mais se pode impugnar da decisão judicialmente, estando a correr o processo no Tribunal, os prazos já se mostram precludidos, portanto, não se pode mais reclamar na entidade empregadora.
- É necessário, contudo, que se recorram à outras regras do Direito administrativo, considerando a organização sistemática das normas, ou seja uma decisão que seja tomada em relação ao trabalhador ou funcionário no âmbito do funcionalismo público por exemplo, pode ser atacada graciosamente ou judicialmente, ou concomitantemente, portanto um meio não exclui o outro, por uma questão até de harmonia do sistema jurídico em vigor no país.
- Para os requisitos de notificação da nota de culpa, temos o artigo 242º do CPC, o qual estabelece em matéria do processo civil, quais os requisitos a serem observados para a citação do réu, a qual deve respeitar a pessoa do citando, o lugar onde este individuo deve ser citado e as limitações que devem ser observadas, os requisitos da própria certidão, o conteúdo da certidão de citação e os elementos que devem acompanhar esta citação. Portanto no acto de citação tem de se levar, a cópia da nota de culpa e todos os elementos que forem imprescindíveis para o exercício pleno do direito de defesa do arguido. No acto da notificação, se houverem consequências derivadas do facto de este individuo não responder a nota de culpa, tem de se deixar lá clara a sanção que o trabalhador incorre na eventualidade de não responder e se indicar também o prazo do seu termo.
- É obrigatório notificar o órgão sindical da nota de culpa pois, o sindicato deve estar informado de tudo quanto é a acusação contra o seu filiado que é o trabalhador, para que este possa emitir a sua defesa, e tal defesa não se resume no parecer. O sindicato pode ter no seu meio juristas que podem auxiliar este trabalhador para produzir a sua defesa, requerer diligências, daí que o legislador achou por bem que a falta de notificação da nota de culpa ao sindicato também constitui uma invalidade do processo disciplinar porque coarta o direito de defesa do trabalhador.
- Os termos, invalidade, irregularidade e nulidade, não são sinónimos, um acto nulo existe ou seja existiu, porém porque fere gravemente a lei, a própria lei chega a conclusão de que este acto não pode ter eficácia na ordem jurídica, é o caso de um despedimento em que a entidade empregadora entendeu despedir o trabalhador porque cometeu alguma violação de um dever que constitui também infracção, então a entidade empregadora entende despedir o trabalhador.
- O legislador não previu o regime dos requisitos na nota de culpa e da reclamação, recomendando-se consulta ao Direito Administrativo assim como o CPC. É sabido que, a al. a) do nº3, do artigo 1, do código do processo de trabalho manda remeter à todas as legislações processuais mencionadas, contudo, limitou o tema ao Código do Processo de Trabalho, daí a crítica que se pode fazer uma vez que nem sempre o pessoal dos recursos humanos existente na entidade empregadora é constituído por juristas, podendo ficar sem saber como tramitar a reclamação ou a notificação da nota de culpa e que muitas vezes as notificações são assinadas na própria cópia na nota de culpa. Portanto, se esta matéria também estivesse inserida no Código de Processo de Trabalho beneficiaria as entidades empregadoras, pois muitas das vezes são invalidados os processos disciplinares por estas questões, porque o trabalhador não foi devidamente notificado, sendo que seria bom que a própria lei estabelecesse o regime de notificação da nota de culpa ao trabalhador.

- Havendo que sanar irregularidades processuais só pode ocorrer no âmbito do processo disciplinar e não após o seu encerramento ou quando o trabalhador leva a questão para o recurso hierárquico ou ao Tribunal em fase de impugnação do respectivo despedimento.
- Na Lei Laboral o trabalhador não está obrigado a responder à nota de culpa, e isso, não lhe acarreta nenhuma consequência, este, pode não responder por escrito mas requerer a sua audição. E, requerer oralmente diligências de prova, cabendo a entidade empregadora reduzir a acto estas declarações.
- As empresa quando se constitui tem uma série de responsabilidades, portanto, a entidade patronal quando se propõe a desenvolver certa actividade deve ter um departamento jurídico e o tribunal não pode agir sempre em função da ineficiência da entidade patronal, porque quando a entidade patronal não esteja organizada, ela sofre as consequências, portanto, se o pessoal dos recursos humanos na empresa não está devidamente preparado o ónus é da Empresa, e o Tribunal não tem nada que suprir as deficiências das entidades patronais.
- Relativamente ao ónus da entidade patronal, com vista a evitar as omissões e as irregularidades nos actos, embora uma empresa quando se constitui tem uma série de responsabilidades, devendo em princípio ter um departamento jurídico, daí não se exigir que o tribunal actue sempre em função da ineficiência da entidade patronal, porque quando a entidade patronal não esteja organizada, ela sofre as consequências, devemos ter em atenção que, para além das grandes empresas que podem ter no seu seio todos os requisitos mencionados na Lei, existem também as pequenas empresas, empresas unipessoais ou até empresas rurais que funcionam com pessoal que muitas vezes não têm acesso a essa informação, e que é positiva a crítica feita no sentido de a Lei do Trabalho poder especificar a forma como deve ser feita esta notificação, até porque ao aplicar o regime do CPC que é um pouco mais rígido do que o laboral, não responderia aquilo que é o objectivo que se pretende para as notificações, tanto é que já tiveram casos de notificações da nota de culpa ao trabalhador por via do endereço electrónico, coisa que não acontece no âmbito civil, ainda, as notificações são feitas por carta registada. Daí que, uma regulação clara desta matéria vai retirar algumas zonas de penumbra até para que o Tribunal não tome medidas drásticas contra o empregador, considerando que a notificação da nota de culpa não tenha sido efectuada.
- Um processo disciplinar na sociedade laboral, é um processo que ocorre não só nas grandes unidades, mas também pode ocorrer numa alfaiataria, numa relação entre o proprietário do chapa e o cobrador, assim, o processo disciplinar quando analisado em qualquer instância, tem de ser abordado em todas as vertentes e realidades possíveis incluindo esta outra que por ventura não é a que chega mais ao sistema formal da administração da justiça mas provavelmente é a que chega mais ao centros de arbitragem.
- Um processo disciplinar é um processo *sui generis*, é um processo em que na lei a infracção que vai ser escrutinada, se existir, vai ser objecto de uma sanção para o infractor, não tem um outro lado do infringido, portanto não tem vítima, nem autor, ou seja é um processo visando a aplicação de uma sanção por violação de lei por parte do trabalhador. Sendo ofendido, o próprio investigador que é a entidade patronal, na fase da instrução e na fase de decisão e aplicação da sanção, funcionando quase como um Tribunal.

- O processo disciplinar tem uma natureza com a finalidade de decidir rapidamente, portanto deve ser simples e célere, pois estão em causa sobretudo direitos do trabalhador. Esta natureza menos solene e de maior celeridade do processo bem como a sua simplicidade devem ser retidas pelo magistrado quando está em fase da impugnação judicial devendo ter em atenção que nem todas empresas têm como instrutores do processo disciplinar juristas, muitas vezes são trabalhadores, portanto deve-se ter atenção ao analisar um processo disciplinar e ponderando o grau de exigência.
- Relativamente a questões de escrita de sintaxe da sentença proferida pela primeira instância, a sugestão avançada é de que deve ser feita uma transcrição com indicação clara de que está a transcrever a sentença, obedecendo as respectivas regras, nomeadamente, colocando dois pontos e abrir aspas, sinalizando deste modo de que estamos a transcrever a sentença, sendo que aí não têm a responsabilidade de corrigir o texto, portanto não deve corrigir o texto, devendo manter-se fiel ao seu autor, ou por outro lado, pode parafrasear, portanto não irá copiar a sentença mas sim retirar dela o sentido e escreve-la no acórdão segundo suas próprias palavras.
- Nos termos do artigo 466, nº3 do CPP, o requerimento de interposição de recurso deverá conter a alegação, nos casos em que recorrente só apresenta o requerimento e não apresenta a alegação ou nos casos em que apresenta só o pedido e depois do prazo apresenta a alegação estamos perante uma situação de deserção por falta de alegação.
- Nas situações em que o recorrente apresenta só o pedido e ainda dentro do prazo dos vinte ou oito dias consoante a espécie do processo, vem juntar a alegação; há duas posições, uma delas aponta que é de se admitir o recurso porque o recorrente veio completar os actos de interposição de recurso dentro do prazo, portanto, submeteu o requerimento e veio apresentar as alegações, e há uma outra posição contrária que sustenta que é de se indeferir, porque a lei é imperativa portanto diz que o requerente deve apresentar o seu pedido devendo conter a respectiva alegação, e por outro lado que com a entrega do requerimento o sujeito recorrente prescinde do restante prazo devendo os autos imediatamente prosseguir.
- Não se conhece alguma jurisprudência do Tribunal Supremo na área penal sobre a matéria mas sim na área laboral. Na área laboral, o último acórdão apontava a segunda solução, segundo a qual estamos perante uma norma imperativa e que é por isso obrigatório que o sujeito processual interessado apresente o requerimento ao mesmo tempo com as alegações. A 6ª secção criminal do TSRM até ao momento tem estado a seguir esta solução.
- Contudo, embora do disposto no artigo 466, nº 3 do CPP, segundo o qual “o requerimento de interposição de recurso deverá conter a alegação do recorrente...”, e que portanto, peremptório, entendendo se que refere-se a uma peça única, o requerimento e as alegações, subsiste a teoria segundo a qual, da leitura da Lei, tanto a legislação penal como a laboral não impõem de que deve ser rejeitado o recurso porque a alegação foi entregue depois do requerimento.
- Com relação à questão de saber se o recurso obrigatório é interposto ou não no exclusivo interesse da defesa, há que realçar que, a preocupação surge porque nos termos do artigo 463º do CPP é proibido o *reformation in pejus*, ou seja, agravar a pena do arguido quando tenha sido ele o recorrente ou o recurso tenha sido interposto no seu exclusivo interesse e é sabido, que a maior parte dos processos conhecidos pelo TSRM são os recursos interpostos de forma obrigatória, portanto

o recurso obrigatório. Daí que se pergunta o seguinte: *Interposto este recurso obrigatório estamos perante um recurso que tenha sido interposto no interesse da defesa ou não?* Uma vez que a resposta terá influência na possibilidade ou não da agravação da pena consoante a análise que se faça.

- Existem duas teorias com relação ao objectivo do recurso obrigatório;
- A primeira teorias com relação ao objectivo do recurso obrigatório sustenta que os recursos obrigatórios não são interpostos no exclusivo interesse da defesa mas sim no interesse geral da legalidade, podendo portanto a sua apreciação levar para a diminuição da pena consoante seja ou a agravação da mesma.
- A segunda, teorias com relação ao objectivo do recurso obrigatório, defende que os recursos obrigatórios são interpostos no exclusivo interesse da defesa porque o recurso obrigatório é interposto naquelas situações em que tenha sido aplicada uma pena igual ou superior a 10 anos. Para estes seguidores o sistema assusta-se com uma pena tão grave como esta de 10 anos de prisão ou mais, e para que o condenado não sofra de tamanha injustiça, eventualmente, o sistema impõe que haja uma apreciação oficiosa. O objectivo nesse sentido não seria apenas o da legalidade no seu sentido geral mas sim no sentido específico de verificar se aquela pena é ou não correcta, é neste sentido que para os defensores deste entendimento, aqui está subjacente o interesse específico que é defender o arguido de alguma pena que tenha sido indevida e injustamente aplicada, sendo esta a posição do Tribunal Supremo.
- A 6ª secção criminal do TSRM tem entendido que os recursos obrigatórios não são interpostos no interesse do arguido mas sim no interesse da legalidade. Podendo a sua análise levar as duas vertentes tanto para a diminuição ou para agravação na pena. E tem citado Germano Marques da Silva que define o Recurso do MP no exclusivo interesse do arguido como aquele em que o MP defende e propõe uma solução para o caso que objectivamente seja mais favorável ao arguido do que a decisão recorrida. Entende a 6ª secção, que no recurso obrigatório o MP não está a propor uma posição que seja favorável ao arguido, o MP submete o recurso e o processo à verificação do Tribunal Superior que daí vai aplicar a solução adequada ao caso que se mostrar pertinente. Contudo, parte do colectivo de juízes da 6ª secção criminal do TSRM, ultimamente tem estado numa posição migratória para a corrente adoptada pelo Tribunal Supremo, porque fica com percepção de que é possível, que o Tribunal Supremo tenha razão, visto que o texto que têm vindo a citar de Germano Marques da Silva, pode ter sido construído numa realidade jurídica diferente da nossa, de eles não terem os Recursos Obrigatórios, portanto fazendo uma análise a sua definição de recurso interposto no exclusivo interesse da defesa limita-se ao que é possível dentro do seu ordenamento jurídico.
- Outra opinião é de que, no caso dos recursos obrigatórios, existe uma possibilidade que o MP tem de recorrer no exclusivo interesse do arguido e isto resulta da al. a), nº1 do artigo 453 do CPP. Pois, se no recurso obrigatório fosse no exclusivo interesse do arguido, o MP não estaria isento de alegar, porquanto o mesmo teria de expor os motivos pelos quais não concorda com a decisão recorrida. Entendo que o Recurso Obrigatório será para a sindicância e verificação da legalidade em dois sentidos, verificação da legalidade que possa favorecer o arguido e verificação da legalidade para aferir se foram aplicados todos os procedimentos relativos a apreciação de toda aquela questão. Sendo que a lei limita o recurso aos processos com pena superior há 10 anos, não só no sentido de ser uma condenação gravosa, como também para não ser interposto recurso de tudo e qualquer processo.

- Com relação á responsabilidade da renovação da prova, se caberá ao respectivo relator ou tem de ser feita pelo colectivo, refira-se que existem alguns dispositivos legais, nomeadamente os n.ºs 3 e 5 do artigo 488 do CPP, que apontam para aplicação das regras da discussão em julgamento em primeira instância. Contudo subsiste a seguinte questão? *Vamos renovar a prova com um único juiz ou em colectivo?* Tendo como resposta duas soluções, uma que é a da livre composição do Tribunal, portanto recorrendo as regras ordinárias da constituição do Tribunal e a outra segundo a qual temos de interpretar o termo *correspondentemente* como significado de que vamos aplicar aquelas regras onde for possível, onde for adaptável, e nessa sequência a conservar o que está indicado no artigo 480 do CPP, porque aí está clara a intervenção do relator e a intervenção do restantes juizes, dizendo-se que, no fim, o relator simplesmente vai colher aquilo que foram as conclusões produzidas pelo colectivo de toda a secção.
- Sobre a necessidade de notificação do parecer do MP em todas as situações: se é só quando o MP traz um parecer ou faz uma alteração da proposta da medida ou se também nos casos em que pura e simplesmente concorda com a pena da sentença também tem de haver essa necessidade de notificação do parecer, clarifica-se que a maior parte dos processos recebidos pelo TSRM, são relativos ao recurso obrigatório. No entanto, o CPP, no n.º2 do artigo 473, preceitua que se o MP não se limitar a apor o seu visto, e disser mais alguma coisa, é preciso notificar todos os sujeitos interessados. Nessa senda surgem duas correntes, uma que entende que, por ser um recurso obrigatório, portanto que não foi interposto pelo arguido e o MP der o seu parecer, que não se limita a apor o visto, mas concordando com aquela sentença, a qual o arguido não recorreu, não precisamos de notificar aos demais sujeitos processuais, e a outra diz que a lei não distingue, e assim sendo, se o MP não se limitar a apor o seu visto tem de ser notificados os outros sujeitos processuais.
- A questão sobre a recorribilidade ou não da decisão dos HC surgiu porque a 6ª Secção criminal do TSRM tramitou uma providência de *Habeas Corpus* que tinha havido recurso o qual foi indeferido, decisão sobre o qual recaiu uma reclamação, tendo recebido um despacho do presidente do TS ordenando a subida da providência, dizendo que tendo em conta a finalidade dos *Habeas Corpus* de salvaguarda de um direito fundamental seria difícil sustentar uma pertença recorribilidade da decisão do TSRM nos casos de indeferimento quando o recorrente estivesse convencido de que tal decisão viole o seu direito. Assim, surge a questão da recorribilidade ou não da decisão do *habeas Corpus*, em atenção ao preceituado no artigo 262 do CPP no sentido de que só se recorre em sede de medidas preventivas da decisão que a tenha aplicado ou tiver mantido.
- O Tribunal Supremo não tem competência para conhecer do *Habeas Corpus*, por essa competência ter passado para o TSR, contudo, o TS tem competência para apreciar as questões de direito que se colocam na área penal, consequentemente, se for matéria de direito a ser apreciada, não há outra alternativa ao cidadão que não seja recorrer a última instância que nesse caso é o Tribunal Supremo.
- Com relação ao novo regime da prisão preventiva; há necessidade de esclarecimento sobre o efeito do termo dos prazos de prisão preventiva, pois nos termos da lei anterior uma vez expirados os prazos o arguido era imediatamente restituído à liberdade, o que com a nova lei, parece que já não é nenhum efeito processual, sendo que o único meio para impugnar estas situações é a providência de *Habeas Corpus*.

- Relativamente ao reexame da prisão preventiva, há um reexame regular no decurso da prisão preventiva de modo a verificar se os pressupostos da mesma ainda se encontram preenchidos.
- O reexame da prisão preventiva, deve ser feito pelo Juiz da Instrução, assim sendo, o procurador mesmo na fase de investigação envia o processo ao JIC para verificar se ainda continuam reunidos os pressupostos da prisão preventiva. Evitando requerimentos subsequentes pedindo liberdade provisória, deste modo sendo decretada a prisão preventiva o arguido tem a faculdade de recorrer, recorrendo a apreciação do recurso tem de ser rápida não superior a 30 dias, se não recorre, mesmo sem o pedido de liberdade provisória, o Tribunal de 3 em 3 meses tem que reapreciar o processo.
- A avaliação dos pressupostos são relativos a manutenção do decretamento da prisão preventiva, de modo a saber se ainda há receio de perturbação do inquérito, se há receio de fuga ou se há receio de continuação da actividade criminosa, sendo que quando a pessoa está presa preventivamente está sobre a alçada do processo e não sobre a alçada dos serviços de prisionais e correcionais, portanto ele aguarda o julgamento no departamento dos preventivos e não dos que estão em cumprimento de pena, assim não faz muito sentido que sejam os serviços prisionais a fazer uma avaliação ou inquérito social, porque nesta fase o que importa saber é se mediante os pressupostos que ditaram a decretação da prisão preventiva ainda assim subsistem.
- As pessoas que estarão mais atentas aos prazos, não será o cartório, nem o juiz, mais sim os próprios advogados do arguido, que de 3 em 3 meses, uma semana antes do prazo, vai pedir uma reapreciação, isto é, vai fazer questão de reclamar o Tribunal para esse efeito. Contudo, se ele não fizer, o cartório oficiosamente têm de fazer os autos conclusos ao Juiz, e no caso de o processo estiver sobre a alçada do MP, o MP tem de enviar o processo ao Tribunal com a informação de se fazer o reexame dos pressupostos da prisão preventiva, se ele não fizer e o processo estiver no Tribunal, o cartório tem de oficiosamente fazer o processo concluso ao juiz com a informação de que está na altura de se fazer a reapreciação dos pressupostos da prisão preventiva, nos termos do artigo 254 do CPP.
- O artigo 256 estabelece claramente que o prazo de prisão preventiva se extingue, não havendo espaço para prorrogação, nem para elevação, portanto, terminado o prazo de 4 meses sem que seja deduzida acusação, o arguido deve ser imediatamente restituído à liberdade, ocorrendo o mesmo na situação em que depois de notificado da acusação, havendo lugar a Audiência Preliminar, não tiver sido feito o despacho de pronúncia. Fora desse prazo, passa o arguido a estar na situação de prisão ilegal, podendo o mesmo usar da providência cautelar de *habeas corpus* para solicitar a sua soltura imediata. O reexame é mesmo para evitar este tipo de situações, como bem estabelece o artigo 254 do CPP, durante a execução da prisão preventiva o juiz procede oficiosamente, não é necessário que se desencadeie um pedido para o efeito, o juiz de 3 em 3 meses procede o controlo ou fiscalização de modo a verificar se os pressupostos da prisão preventiva ainda se encontram reunidos.
- Sugere-se que se desenvolva alguma reflexão sobre a prisão preventiva prevista no CPP versos a Lei do Terrorismo, visto que os prazos de prisão preventiva referidos no CPP são divergentes dos prazos constantes da lei do terrorismo.

- A Lei sobre Terrorismo é específica e foi aprovada depois do CPP, a qual estabelece prazos específicos de prisão preventiva. Assim sendo, prevalece o que está na lei especial, pela natureza dos crimes a que se refere. Não obstante a própria lei dispor que decorrido o prazo de 2 anos se extingue a prisão preventiva, significando que também respeita-se a questão relativa ao prazo da prisão preventiva tendo em conta a natureza excepcional ali prevista.
- Com relação ao Processo de Transgressão por Infracção a Lei das Instituições de Créditos e Sociedades Financeiras, o quadro legal é a Lei nº 20/2020 de 31 de Dezembro, havendo casos que foram introduzidos em juízo ainda no período da vigência da Lei nº 15/99 de 21 de Novembro, que agora se encontra revogado.
- A análise feita com relação ao processo diz respeito a fase da impugnação judicial também conhecida por recurso, cujas sanções estão previstas na Lei 15/98 de 21 de Novembro e 20/2020 de 31 de Dezembro.
- Na Lei nº 20/2020 de 31 de Dezembro, consta o capítulo IX dedicado às Infracções, onde começa a esclarecer-se natureza deste processo pela via do direito substantivo. Iniciando no Artigo 194º, o qual dispõe que *“as infracções previstas no presente capítulo regem-se pelas disposições nele contidas e, subsidiariamente, pela lei penal geral.”* Portanto não se trata de infracções administrativas, a lei também prevê no seu capítulo IX infracções de natureza penal, trata-se da previsão de crimes na Secção II, artigo 202 e seguintes e na Secção III, contravenções.
- No que respeita ao direito substantivo trata-se claramente do direito penal. E, trata-se também de lei processual penal especial, porque na subsecção II, encontramos normas relativas ao processo, tratando-se de um processo especial.
- Fazendo uma comparação com do processo de transgressão que actualmente se encontra no artigo 440 e seguintes do CPP, verifica-se que há uma diferença radical entre estes dois processos. No processo de transgressão contra a violação das normas constantes da Lei nº 20/20 de 31 de Dezembro, verifica-se logo no artigo 215 que a tramitação, decisão, averiguação e instrução do processo, são realizadas pelo Banco de Moçambique, portanto não é um processo de transgressão comum previsto no CPP, o qual a averiguação, instrução, tramitação e tomada de decisão, não cabem a entidade que faz a instrução. No caso, o processo de transgressão termina com a decisão que é tomada pela entidade supervisora. A decisão de condenação e aplicações de sanções por entidade não judicial é a parte que mais ressalta neste processo de transgressão, portanto é um processo de transgressão com natureza judicial, sendo uma lei processual penal especial ou seja, lei adjectiva especial.
- Na Subsecção III tem como epigrafe Recurso e logo no primeiro artigo 219 temos a impugnação judicial, o qual prevê que *“As decisões condenatórias por contravenções previstas na presente Lei são passíveis de recurso, para o Tribunal Judicial de Província onde tiver ocorrido a infracção, a ser interposto no prazo de 15 dias a partir do seu conhecimento pelo arguido”*. Temos aqui o ponto de partida, assim sendo as decisões do Banco de Moçambique são impugnáveis para o Tribunal Judicial de Província no prazo de 15 dias e a lei chama de Recurso.
- Na cidade de Maputo, o domínio do julgamento dos processos contravencionais é o Tribunal de Polícia.
- O artigo 220 prevê que *“O juiz pode decidir por despacho saneador-sentença, precedido de audiência preliminar, o arquivamento do processo, a absolvição do arguido, e a manutenção ou alteração da condenação, quando não considere necessária a audiência de julgamento”*

- O recurso referido do artigo 229, não é referente às decisões tomadas sobre as infracções criminais mais sim administrativas, constantes na Lei 20/20 de 31 de Dezembro porque há muitas decisões tomadas pelo Banco de Moçambique enquanto autoridade reguladora, de carácter administrativo, e estas decisões de carácter administrativo são susceptíveis de recurso contencioso administrativo não é o caso de que se está a tratar agora, que são as infracções.
- É um direito penal adjectivo, auto-suficiente porque aqui a lei não manda aplicar subsidiariamente o CPP, diferentemente do que acontece com a disposição do artigo 91, relativamente a aplicação subsidiária das normas do C.P, normas do direito substantivo, no que respeita a este processo, o mesmo é específico e especial, e não há aplicação subsidiária das normas do processo penal e acontecendo assim por ser um processo que tem as suas características, tem a sua natureza especial e o legislador assim entendeu.
- É um processo de transgressão especial e específico e auto-suficiente sem aplicação subsidiária do CPP.
- Das decisões do Banco de Moçambique que admitem sanções penais nomeadamente as multas e medidas acessórias previstas na lei, há impugnação judicial para os Tribunais Judiciais de Província e na Cidade de Maputo para o Tribunal de Polícia.
- Das sentenças judiciais em segunda instância, não há lugar a recurso para os TSRM, pois a Lei 20/20 de 31 de Dezembro, prevê apenas um grau de recurso, para as decisões tomadas pelo Banco de Moçambique, que é a reapreciação daquela decisão pelo Tribunal Judicial da Província de Maputo ou Tribunal da Polícia da Cidade de Maputo.
- Relativamente a legitimidade para recorrer, pode-se verificar o artigo 453 do CPP. Portanto, o Banco de Moçambique enquanto entidade reguladora que proferiu a decisão não tem legitimidade para recorrer. Porquanto, agiu no processo com poderes para averiguar, instruir, decidir e condenar, exerceu uma função jurisdicional, condenou e aplicou sanções penais de multa, com poderes iguais aos Tribunais não figurando nas alíneas constantes do nº1, do artigo 453 do CPP. A decisão do Banco de Moçambique no processo de transgressão tem a natureza e eficácia das sentenças condenatórias dos Tribunais Judiciais.
- O TSRM ao receber o processo em que o Banco de Moçambique recorre da decisão da 1ª instância, pedindo a reapreciação da sentença proferida pelo Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo, o venerando juiz relator vai proceder o exame preliminar, nos termos do artigo 473 do CPP, elaborando o projecto de acórdão referindo-se a irrecurribilidade da sentença que quer ver reapreciada, podendo também arguir a ilegitimidade do BM para recorrer ordenando a colheita dos vistos dos Venerandos Juizes Adjuntos e o TSRM decidira em conferencia ao abrigo do nº 3 do artigo 475 do CPP, em não conhecer do requerimento por falta do preenchimento dos objectivos de recorribilidade.
- Contudo, temos a seguinte questão: Pode-se ou não considerar as medidas tomadas pela polícia no âmbito de fiscalização rodoviária, pela fiscalização marítima no âmbito da fiscalização do mar, pelo INEA, Inspeção de saúde e outros organismos, similares a que são tomadas pelo Banco de Moçambique ou as medidas que são tomadas pelo Banco de Moçambique tem mesmo de ser consideradas *sui generis*, uma vez que as emitiu na veste de uma entidade jurisdicional?

- O Processo de Transgressão por Infracção a Lei das Instituições de Créditos e Sociedades Financeiras é *sui generis*, portanto a aplicação de uma multa por agente de trânsito é bem diferente da aplicação da multa pelo Banco de Moçambique, que exige toda a solenidade de instrução, averiguação, acusação, defesa, tomada decisão etc., com garantias de defesa aos arguidos. Não obstante as decisões do Banco de Moçambique terem a eficácia de uma decisão judicial, intervindo nas vestes de um órgão jurisdicional.
- Com relação á audiência preliminar e debate preliminar não é a primeira vez que se discute a possibilidade de realização do Debate Preliminar fora da Audiência Preliminar, entretanto, esta possibilidade levanta consigo um problema prévio, no sentido de, se o primeiro entendimento for o de que os autos só vão à SIC havendo requerimento de Audiência Preliminar, então, qual será o Juiz que irá realizar o Debate Preliminar sem Audiência Preliminar porque o processo só vai à SIC tendo havido requerimento da abertura da Audiência Preliminar. Compreendendo-se que seja realizada Audiência Preliminar e Debate Preliminar, não havendo Audiência Preliminar os autos vão ao juiz de julgamento.
- Quanto a questão de saber se é ou não obrigatório o Debate Preliminar, refira-se que olhando para a sistematização do CPP, pode-se verificar no Título II - Audiência Preliminar, Capítulo I - Finalidade da Audiência Preliminar, Capítulo II - Dos Actos de Audiência Preliminar, e Capítulo III - Debate Preliminar. Portanto, a Audiência Preliminar é uma fase e o Debate Preliminar é um momento integrante da Audiência Preliminar.
- A Audiência Preliminar é uma fase que não é obrigatória, mas sim facultativa, dependendo do pedido feito pelo arguido ou assistente para a sua realização. Se tiver acusação, e não tiver sido requerida a Audiência Preliminar, o processo vai directamente ao Juiz do julgamento, coincidentemente também não haverá debate. Portanto, havendo Audiência Preliminar, o Debate Preliminar é obrigatório.
- Quanto a rejeição ou não da apreciação da matéria de direito na AP, refira-se que os artigos 332 do CPP o qual dispõe que *“a Audiência Preliminar têm por finalidade obter uma decisão de submissão ou não da causa a julgamento, através da comprovação da decisão de deduzir ou de arquivar os autos da instrução”*, e o nº 2 do artigo 333 do CPP que estabelece que, *“o requerimento não está sujeito a formalidades especiais, mas deve conter as razões de facto e de direito de discordância relativamente à acusação ou não acusação, bem como, sempre que disso for o caso, a indicação dos actos que o requerente pretende que o juiz de instrução leve a cabo, dois meios de prova que não tenham sido considerados na instrução e dos factos que, através de uns e de outros, se espera provar,”* percebe-se claramente que a acusação insere assim a matéria de facto e de direito e é preciso discutir as duas matérias.
- Na discussão sobre a questão de ser ou não obrigatório o debate preliminar, deve-se primeiro interpretar o nº 1, do artigo 343 do CPP, segundo o qual *“Quando considerar que não há lugar à prática de actos de audiência preliminar, nomeadamente nos casos em que estes não tiverem sido requeridos, ou em 5 dias a partir da prática do último acto, o juiz de instrução designa dia, hora e local para o debate preliminar. Este é fixado para a data mais próxima possível, de modo que o prazo máximo de duração da audiência preliminar possa em qualquer caso ser respeitado”* atendendo-se a finalidade do Debate Preliminar prevista no artigo 344 do DPP, o qual refere que *“O debate preliminar visa permitir uma discussão perante o juiz de instrução, por forma oral e contraditória, sobre se, do decurso da instrução e da audiência preliminar, resultam indícios de facto e elementos de direito suficientes para justificar a submissão do arguido a julgamento”*, pode-se concluir que a

finalidade do Debate Preliminar não se cinge apenas para a indicação dos factos que eventualmente tenham sido praticados na Audiência Preliminar mas também na instrução, daí a necessidade de sempre ser realizado este Debate Preliminar, portanto, tenha ou não havido o requerimento da abertura da Audiência Preliminar, tem de se realizar o Debate Preliminar para as finalidades do artigo 344 do CPP.

- Sugeriu-se que para melhor interpretação pode-se recorrer a semântica -lexical, da palavra audiência. Portanto, para haver uma audiência tem de existir as duas partes, em que cada um vai expor as suas razões, não havendo outra forma de ouvir senão através de debate. E partindo desta compreensão não teremos nenhum problema em entender o que é Audiência, e de que o Debate Preliminar está inserido no contexto da Audiência Preliminar. Sendo a Audiência Preliminar facultativa, só mediante requerimento, se não requereu audiência preliminar, então não haverá debate.
- Com relação a aguarda de quem fica o processo em caso de não pronúncia, refira-se que o processo quando vai à Secção de Instrução Criminal, vai com a finalidade da realização da Audiência Preliminar, fora disso, iria para o Juiz de julgamento, deste modo, realizada a Audiência Preliminar e tiver sido proferido despacho de pronúncia será a SIC que remeterá o processo ao juiz de julgamento. Entretanto, o processo pode ir a SIC com ou sem acusação, sem acusação será no caso que o assistente requerer a abertura da Audiência Preliminar. Significando que o processo já não está mais sobre o poder do MP e ao mesmo tempo não reúne requisito para fins de julgamento, logo ficará na Secção da Instrução Criminal.

25.5. II Seminário Jurídico - Processualdo Tribunal Superior de Recurso de Maputo

Magistrados Judiciais e Oficiais de Justiça do Tribunal Superior de Maputo, reuniram-se no dia 13 de Outubro de 2023, na Cidade de Maputo, em II Seminário Jurídico-Processual da área Cível, tendo como objectivo a uniformização de procedimentos processuais.

No Seminário foram abordadas temáticas jurídico-processuais, designadamente, as nulidades no processo civil e o seu regime de arguição; União de facto: o antigo e o novo regime; efeitos processuais das custas como condição de seguimento do recurso e sucessão por morte e o regime de bem.



Participantes no II Seminário Jurídico –Processual do Tribunal Superior de Recurso de Maputo

O Presidente do Tribunal Superior de Recurso de Maputo, **Manuel Guidione Bucuane**, no discurso de ocasião, defendeu a relevância e oportunidade do seminário e da reflexão nas temáticas seleccionadas.

A propósito, o Presidente do Tribunal Superior de Recurso de Maputo, referiu que a temática sobre as nulidades no processo civil e o seu regime de arguição, reveste de muita importância por tratar-se de um assunto transversal a todos os ramos de Direito e ao ser trazido para esta reflexão é porque tem gerado infindáveis e intrincadas controvérsias.

Num outro desenvolvimento, o Presidente do Tribunal Superior de Recurso de Maputo apontou que *“no processo judicial é fundamentalmente a forma de encontrar a solução do litígio ditada pelo direito substantivo, e as normas do direito processual civil, devem sempre ser interpretadas no sentido de ser um instrumento cada vez mais útil à realização do direito substantivo, como o mais valioso meio de que se vale a soberania estatal para garantir a paz social”*.

Em relação ao tema, “união de facto: do antigo ao novo regime”, o Presidente do Tribunal Superior de Recurso, destacou que *“por se traduzir num palco onde confluem interesses imateriais, ligado ao sentimento afectuosidade existente entre os companheiros e, sobretudo, por estar no epicentro das relações jurídico-familiares uma vez que da união pode advir a filiação, que se consubstancia numa das fontes do Direito da família a par do casamento, adopção e afinidade e ainda aqueles efeitos pessoais da união de facto, como os da presunção da paternidade/maternidade e interesses patrimoniais, enquadrando todos os bens e direitos avaliáveis pecuniariamente, adquiridos na constância da relação, assume importância capital no que se prende com a necessidade de correcta interpretação das disposições legais e do pensamento legislativo (elemento teleológico) que inspirou o legislador a legislar num determinado sentido e não noutro”*.

No que se refere ao tema *“efeitos processuais das custas como condição de seguimento do recurso”*, o Presidente do Tribunal Superior de Recurso, destacou a relevância de reflectir sobre este assunto, fazendo o confronto entre o Código de Processo Civil, Código de Processo de trabalho e o Código das Custas Judiciais, e espera-se que esta reflexão traga uma ideia se há ou não desarmonia entre as leis ou ainda há necessidade de aprofundar sobre esta temática.

Para finalizar, o Presidente do Tribunal Superior de Recurso, referiu que *“a discussão do tema sobre Sucessão por morte e o regime de bens, é importante, uma vez que nos fará perceber qual foi a engenharia legislativa para regular a sociedade moçambicana cuja paisagem é multifacetada de hábitos e culturas no âmbito da dicotomia matrilinear e patrilinear, e durante a reflexão, será avaliado o impacto da revisão desta lei, para aferir até que ponto houve avanços e espera-se, pelo menos despertar aos magistrados, a ânsia de a conhecer e melhor interpretá-la”*.

25.6. I Seminário de intercâmbio e de troca de experiências e de boas práticas, dos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo, Beira e Nampula

Os Tribunais Superiores de Recurso de Maputo, Beira e Nampula, realizaram, no dia 27 de Outubro de 2023, na Ponta de D´Ouro, Província de Maputo, em formato híbrido (presencial e online), o I Seminário de intercâmbio de troca de experiências e de boas práticas, visando a eficiência, imprimir maior celeridade na tramitação de processos, melhorar os serviços de justiça prestados ao cidadão e reforçar a credibilidade do sistema de justiça.



Pormenores do I seminário de intercâmbio e de troca de experiências e de boas práticas dos Tribunais Superiores de Recurso

No seminário foram abordados importantes temas, com destaque para os seguintes: A concessão de dispensa no pagamento de custas e preparos (procedimento); direito da propriedade adquirida/prova diabólica e efeitos do conhecimento da justa causa do despedimento, em segunda instância, preterida na primeira instância, por violação das formalidades do processo disciplinar.

O Presidente do Tribunal Superior de Recurso de Maputo, **Manuel Guidione Bucuane**, no discurso de abertura do evento, realçou que o seminário constitui espaço de troca de experiências, harmonização de procedimentos processuais e partilha das diversas reflexões sobre a actividade de julgar e não só, também, a gestão de processos.



Participantes no I Seminário de intercâmbio e de troca de experiências e boas práticas dos Tribunais Superiores de Recurso: Na primeira fila, da esquerda para a direita: **Mauro Carter Phiri Hussein**, Juiz Desembargador do TSR da Beira, **Romana Luís de Camões**, Juíza Desembargadora do TSR de Maputo, **Manuel Guidione Bucuane**, Juiz - Presidente do TSR de Maputo, **Maria Alexandra Zamba**, Juíza Desembargadora do TSR de Maputo e **Carlos Magaia Mahumane**, Juiz Desembargador do TSR de Maputo

25.7. Formação de formadores de mediadores Judiciais

No âmbito da consolidação e expansão dos serviços de mediação judicial nos Tribunais Judiciais do país, teve lugar, no período de 25 de Setembro de 2023 a 12 de Novembro de 2023, em Maputo, a acção de formação de formadores de mediadores judiciais.

Participaram na acção de formação **15** magistrados, **03** advogados, **03** Técnicos Jurídicos do IPAJ e **04** mediadores judiciais.

A acção de formação foi ministrada pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ), do Conselho de Justiça Federal (CJF), no formato virtual, no seguimento da implementação dos mecanismos de cooperação existentes entre a Justiça Federal da República Federativa do Brasil e o Tribunal Supremo de Moçambique.

Pretendia-se com a acção de formação dotar os formandos de conhecimentos para actuarem como formadores de mediadores judiciais, no processo em curso de consolidação e expansão dos serviços de mediação judicial no país.

Igualmente, pretendia-se que os formandos fossem suficientemente capazes de reconhecer as diferentes perspectivas sobre o conceito de conflito; compreender a dinâmica da comunicação interpessoal; identificar as várias formas de composição dos conflitos, sobretudo a mediação e a conciliação; analisar os principais marcos do desenvolvimento dos métodos consensuais de solução de conflitos; utilizar os fundamentos da negociação e suas técnicas; demonstrar o panorama da mediação, destacando suas principais características e aplicar as técnicas auto - compositivas para promover mudanças de comportamento e favorecer a construção de consenso.

Durante a acção de formação foram abordados vários temas de interesse para a mediação judicial, com maior enfoque, designadamente, para o processo de ensinamento; metodologias activas: vivência de dinâmicas e sua operacionalização; intencionalidade do acto de ensinar; planeamento de aula: objectivo geral, objectivos específicos, metodologia, conteúdos de avaliação; o conflito e a política pública para o seu tratamento; meios de tratamento de conflitos; papel do terceiro facilitador; fases e técnicas de conciliação/mediação, entre outros.

A formação integrou, igualmente, aulas práticas de preparação de plano de aulas e apresentação simulada de aulas.

De referir que, neste momento, encontram-se em funcionamento os Serviços de Mediação Judicial dos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Manica e Inhambane.

26. Semana da Legalidade

Decorreu, em todo o país, de 30 de Outubro a 05 de Novembro de 2023, as actividades alusivas às celebrações da Semana da Legalidade, que este ano decorreram sob o lema: *“O papel do Estado de Direito Democrático e de Justiça Social na Materialização e Promoção dos Direitos Humanos”*.

A Semana de Legalidade, surge na sequência da comunicação feita à nação, pelo saudoso primeiro Presidente da República de Moçambique, **Samora Moisés Machel**, no dia 05 de Novembro de 1981, onde apontou os problemas enfrentados na altura e delineou formas de organização e actuação dos Órgãos e Agentes do Estado e do Sistema de Administração da Justiça.

A partir desse dia, o 05 de Novembro, foi institucionalizado e assumido como sendo o *“Dia da Legalidade”*, traduzindo-se num momento de reflexão dos órgãos do Estado no geral e do Sector de Administração da Justiça, em particular, sobre a legalidade da sua actuação.

Este ano, as actividades de celebração da efeméride, foram coordenadas pelo Ministério da Justiça, Assuntos constitucionais e Religiosos e marcadas pela realização de vários eventos, à escala nacional.

O ponto mais alto das celebrações da semana da legalidade, foi assinalado pela saudação ao mais alto Magistrado da Nação, **Filipe Jacinto Nyusi**, Presidente da República de Moçambique, pelos titulares dos órgãos do Sistema de Administração da Justiça.



Participantes na cerimónia de saudação ao mais alto magistrado da nação, por ocasião da semana da legalidade: No centro, o Presidente da República de Moçambique, **Filipe Jacinto Nyusi**, com titulares e dirigentes superiores dos órgãos do Sector de Administração da Justiça

O Presidente da República, no discurso de ocasião, referiu que *“na nossa função de alto magistrado da Nação, temos procurado colocar no topo das nossas prioridades, a consolidação do aparelho e administração da justiça como um dos três pilares do edifício do nosso Estado, respeitando o princípio democrático de separação e complementaridade dos poderes do Estado”*.

O Presidente da República, ainda, destacou que o Governo definiu como uma das prioridades, assegurar o bom funcionamento do sistema de administração da justiça, com vista a garantir o acesso ao direito da justiça aos cidadãos.

A propósito, o Presidente da República, referiu que, neste contexto, enquadra – se o movimento de edificação de infra – estruturas condignas, não só para o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, mas também para os Tribunais Judiciais, Procuradoria da República, Provedor da Justiça, Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica, Conservatórios dos Serviços e Notariados, Esquadras da Polícia da República de Moçambique, bem como a formação contínua dos magistrados, dos defensores públicos, da polícia e outros intervenientes, o que permite aproximar a justiça ao cidadão.

O Presidente da República, finalizou ao sublinhar o impacto que este esforço do Governo tem produzido em benefício ao cidadão, que se traduz em aumento significativo de processos julgados e tramitados em tempo útil, resultando num incremento da assistência jurídica e judiciária.

